

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNA CAMARGOS AVELINO

**CARACTERÍSTICAS EXPLICATIVAS DO NÍVEL DE
DISCLOSURE VOLUNTÁRIO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DA TEORIA
DA DIVULGAÇÃO**

BELO HORIZONTE
2013

Bruna Camargos Avelino

**CARACTERÍSTICAS EXPLICATIVAS DO NÍVEL DE
DISCLOSURE VOLUNTÁRIO DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA DA TEORIA
DA DIVULGAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Área de Concentração: Contabilidade e Controladoria

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

BELO HORIZONTE
2013

Ficha Catalográfica

A949c
2013 Avelino, Bruna Camargos.
Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais [manuscrito]: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação / Bruna Camargos Avelino. - 2013.

176 f. : il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Jacqueline Veneroso Alves da Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria.

Inclui bibliografia (f. 155-169) e anexos.

1. Abertura de informação ao público – Minas Gerais – Teses. I. Cunha, Jacqueline Veneroso Alves da.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria.
III. Título.

CDD: 657.098151

BRUNA CAMARGOS AVELINO

Esta Dissertação foi julgada adequada pelo Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2013



Profa. Laura Edith Taboada Pinheiro
Coordenadora do Curso

BANCA EXAMINADORA



Prof. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima
USP/SP



Prof. Romualdo Douglas Colauto
UFPR



Profa. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
CEPCON/UFMG (orientadora)

Belo Horizonte, 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares que, de uma forma ou outra, colaboraram com este trabalho. Agradeço especialmente à minha mãe, cuja torcida, amor e apoio incondicionais foram inspiradores em todos os momentos. Às minhas tias, primos e primas-irmãs pelo incentivo constante.

À prof^a. Dr^a. Jacqueline Veneroso Alves da Cunha por ser a personificação da palavra orientadora. Seu auxílio, paciência, dedicação e disponibilidade recorrentes foram fundamentais para meu crescimento e aprendizagem, tanto como pessoa, quanto como pesquisadora. O convívio diário com você, o apoio e incentivo constantes foram essenciais para que eu fosse capaz de percorrer todo esse caminho.

Ao prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto, que desde a iniciação científica me incentivou a seguir esta jornada e a quem devo grande parte de minha escolha pela carreira acadêmica e de minha formação como pesquisadora. Ao prof. Geová Madeira pelo auxílio desde a graduação.

Aos Professores: Dr. Romualdo Douglas Colauto e Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima pela participação em minha banca de defesa e à prof^a. Dr^a. Laura Edith Taboada Pinheiro pela participação em minha banca de qualificação. Agradeço pelas ideias, críticas e sugestões que contribuíram substancialmente para a melhoria deste estudo.

Aos professores do mestrado, por compartilharem conhecimentos e experiências; e aos meus alunos, que me fizeram ter ainda mais certeza da escolha pela academia.

Aos meus eternos amigos: Camila, Carol, Bruno, Bruna, Nathy, Flavinha, Rafa, Marília, Igor, Laila, Vi, Rejs, Lê, dentre tantos outros que pelo limite de espaço não poderei citar, mas cujos nomes estarão sempre em minha memória e em meu coração, agradeço por entenderem a minha ausência, muitas vezes decorrente da pesquisa, e por estarem sempre prontos a me auxiliarem. Ao Daniel pelo companheirismo, inspiração e apoio inestimáveis. Sua presença sempre torna tudo mais fácil. À Renata pelas valiosas contribuições, pelas críticas e, principalmente, pela amizade.

Aos grandes amigos que fiz no mestrado, Renata, Thiago, Danilo, que tornaram essa trajetória muito mais agradável e me fizeram ver o real sentido de trabalhos em grupo. À Marina pela companhia e aprendizado no primeiro semestre. Aos amigos das turmas anteriores, principalmente a Carol e o Eduardo, pelo apoio, amizade e sugestões sempre bem vindas.

RESUMO

AVELINO, Bruna Camargos. **Características Explicativas do Nível de *Disclosure* Voluntário de Municípios do Estado de Minas Gerais**: uma Abordagem sob a Ótica da Teoria da Divulgação. Belo Horizonte, 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

O propósito desta pesquisa foi identificar as características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais em seus portais eletrônicos. As características dos entes públicos analisadas foram: gênero do gestor municipal, filiação partidária, escolaridade do(a) gestor(a) municipal, PIB *per capita*, receita orçamentária, população, transferências de recursos da União para os Municípios, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), taxa de alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos. A amostra da pesquisa foi composta por 130 municípios, sendo 65 considerados de pequeno porte (até 50.000 habitantes) e 65 de médio e grande porte (população superior a 50.000 habitantes). Na plataforma teórica, foram abordadas questões relacionadas à *accountability* e transparência na gestão pública. A principal teoria utilizada para sustentar os achados quanto ao nível de *disclosure* voluntário foi a Teoria da Divulgação, aqui entendida como uma resposta aos conflitos tratados pela Teoria da Agência. Foram efetuados testes paramétricos e não paramétricos de correlação, análise de regressão linear múltipla e modelo *logit*. As evidências empíricas apontaram que os municípios da amostra, de maneira geral, apresentam níveis baixos de divulgação de informações voluntárias, demonstrando que estes estão usufruindo, apenas de forma limitada, dos benefícios advindos de uma maior divulgação de informações. Especificamente quando se trata de divulgações voluntárias, verifica-se que os municípios analisados não parecem priorizar a divulgação destas informações, gerando empecilhos para o exercício pleno da *accountability* e do controle social. Os resultados da análise de regressão permitiram identificar as características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais e responder à questão de pesquisa levantada no estudo. Assim, observou-se que, para os municípios analisados, o tamanho do ente público pode ser considerado uma característica explicativa do nível de *disclosure* voluntário. Adicionalmente, considerando-se a totalidade dos municípios, o IFDM, também, pode ser considerado um fator explicativo para o nível de divulgação de informações voluntárias, além do fato de o gestor municipal ser filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) ou PR (Partido da República). Ao analisarem-se apenas os municípios de médio e grande porte, a taxa de alfabetização foi, igualmente, considerada uma característica explicativa do nível de *disclosure* voluntário. Quanto ao modelo *logit*, os resultados permitiram inferir que, considerando-se a totalidade dos municípios, as variáveis PT, PMDB, PR e tamanho exercem influência sobre a probabilidade de os municípios apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior. Tais achados forneceram evidências que não permitiram rejeitar a hipótese da pesquisa de que os indicadores de natureza socioeconômica exercem maior influência no nível de *disclosure* voluntário do que outras variáveis explicativas.

Palavras-chave: *Accountability*. Municípios. Portais eletrônicos. Teoria da Divulgação. Transparência.

ABSTRACT

AVELINO, Bruna Camargos. **Características Explicativas do Nível de *Disclosure* Voluntário de Municípios do Estado de Minas Gerais:** uma Abordagem sob a Ótica da Teoria da Divulgação. Belo Horizonte, 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

This research aims to identify the characteristics that explain the voluntary disclosure level of Minas Gerais municipalities in their homepages. The analyzed characteristics of public entities were the city manager gender, political party affiliation, educational level of the municipal manager, Gross Domestic Product (GDP) per capita, budgetary revenue, population, resources transfers from the Union to Municipalities, Municipal Human Development Index (IDH-M), literacy rate, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro-Firjan (Industries Federation of Rio de Janeiro State) Index of Municipal Development (IFDM), Firjan Index of Fiscal Management (IFGF), and participation in the Federal Resources Surveillance Program from public sweepstakes. The research sample was composed by 130 municipalities - 65 municipalities were considered small size (up to 50,000 inhabitants) and 65 medium and large sizes (more than 50,000 inhabitants). In theoretical platform, the addressed issues were related to accountability and transparency in public administration. Theory of Disclosure was the main theory used to support the findings regarding the level of voluntary disclosure, understood here as a response to conflicts dealt by the Agency Theory. Parametric and nonparametric tests of correlation, multiple linear regression analysis, and logit model were performed. Empirical evidences pointed that the municipalities in the sample in general had low levels of voluntary information disclosure, showing that they are enjoying only in a limited way the benefits arising from a greater information disclosure. Specifically when concerning to voluntary disclosures, it appears that the analyzed municipalities do not seem to prioritize the disclosure of such informations, creating obstacles to the full exercise of accountability and social control. Results from the regression analysis have allowed the features identification that explain the level of voluntary disclosure of municipalities in the state of Minas Gerais and answer the research question raised by this study. Thus, it was observed that for the analyzed municipalities the size of the public entity can be considered an explanatory characteristic of voluntary disclosure level. Additionally, considering all the municipalities, the IFDM can even be considered an explanatory factor for the level of voluntary information disclosure, beyond the fact that the city's manager is affiliated to political parties, named Partido dos Trabalhadores-PT (Workers Party), Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB (Brazilian Democratic Movement Party), or Partido da República-PR (Republic Party) to detriment of the others. When analyzing only the municipalities of medium and large sizes, the literacy rate was also considered a feature explaining the level of voluntary disclosure. Regarding the logit model, considering all the municipalities, results showed that PT, PMDB, PR parties and size variables can lead to municipalities present a disclosure degree considered superior. These findings provided evidence not permitting to reject the research hypothesis that indicators of socioeconomic nature exert high influence on voluntary disclosure level than other explanatory variables.

Keywords: Accountability. Municipalities. Homepages. Theory of Disclosure. Transparency.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização e Problema.....	14
1.2 Objetivos.....	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 Hipótese da Pesquisa	20
1.4 Justificativa	21
1.5 Organização da Dissertação	22
2 PLATAFORMA TEÓRICA.....	24
2.1 Teoria da Agência	24
2.2 Teoria da Divulgação	25
2.3 Estudos com Abordagem na Associação entre Características Corporativas e <i>Disclosure</i>	32
2.4 <i>Accountability</i> na Gestão Pública.....	35
2.4.1 Aspectos Conceituais.....	36
2.4.2 Controle Social	39
2.4.3 A Prática da <i>Accountability</i>	41
2.5 Transparência na Gestão Pública	43
2.5.1 E-governo e Transparência	52
2.5.2 Estudos com Abordagem na Divulgação de Informações em Portais Eletrônicos .	56
2.6 Indicadores de <i>Disclosure</i> /Transparência.....	63
3 METODOLOGIA	71
3.1 Definição das Características da Pesquisa.....	71
3.2 Amostra	72
3.3 Coleta de Dados	73
3.4 Variáveis Analisadas	74
3.4.1 Construção da Variável dependente Índice de <i>Disclosure</i> Voluntário Municipal (IDV-M).....	75

3.4.2 Variáveis Independentes	85
3.5 Hipóteses.....	88
3.6 Modelo Estatístico.....	101
3.7 Técnicas de Análise dos Dados.....	102
3.8 Delimitações e Limitações.....	103
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	106
4.1 Índice de <i>Disclosure</i> Voluntário Municipal (IDV-M)	106
4.1.1 Análise Agregada	106
4.1.2 Municípios de Pequeno Porte e Municípios de Médio e Grande Porte.....	114
4.2 Testes de Correlação	124
4.3 Análise de Regressão.....	126
4.3.1 Análise Agregada	127
4.3.2 Municípios de Pequeno Porte e Municípios de Médio e Grande Porte.....	131
4.4 <i>Logit</i> multinomial.....	135
4.4.1 Análise Agregada	135
4.4.2 Municípios de Pequeno Porte e Municípios de Médio e Grande Porte.....	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A – Amostra da pesquisa.....	170
APÊNDICE B – Indicadores utilizados nas análises dos municípios.	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dimensões vertical e horizontal da <i>accountability</i>	18
Figura 2: Elementos da transparência das contas públicas.	45
Figura 3: Estrutura da validade preditiva.	75
Figura 4: Curva ROC (totalidade dos municípios).	143
Figura 5: Curva ROC (municípios de médio e grande porte).	147

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Características da divulgação das categorias de pesquisa.	31
Quadro 2: Publicações compulsórias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.	47
Quadro 3: Lista de meios para geração de publicidade.	53
Quadro 4: Resumo dos índices/indicadores considerados no estudo.	67
Quadro 5: Categorias de informações do IDV-M e pesquisas realizadas.	77
Quadro 6: Construção do Índice de <i>Disclosure</i> Voluntário Municipal (IDV-M).	78
Quadro 7: Resumo das variáveis e <i>proxies</i> selecionadas e das hipóteses a estas relacionadas.	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatísticas descritivas das categorias do instrumento de coleta de dados (análise agregada).	107
Tabela 2: Estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes quantitativas... ..	112
Tabela 3: Distribuição de frequência e média do IDV-M por categorias das variáveis independentes qualitativas.....	113
Tabela 4: Estatísticas descritivas das categorias do instrumento de coleta de dados, segregadas de acordo com o porte do município.....	116
Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes quantitativas, segregadas de acordo com o porte do município.....	119
Tabela 6: Distribuição de frequência e média do IDV-M por categorias das variáveis independentes qualitativas, segregadas de acordo com o porte do município.	122
Tabela 7: Resultados dos testes de correlação (paramétrico e não paramétrico), considerando-se a totalidade dos municípios	124
Tabela 8: Resultados dos testes de correlação (paramétrico e não paramétrico), considerando-se somente os municípios de pequeno porte	125
Tabela 9: Resultados dos testes de correlação (paramétrico e não paramétrico), considerando-se apenas os municípios de médio e grande porte	126
Tabela 10: Coeficientes de correlação (<i>Pearson</i> e <i>Spearman</i>).....	127
Tabela 11: Resumo do modelo de regressão estimado.	129
Tabela 12: Coeficientes de correlação (<i>Pearson</i> e <i>Spearman</i>) – municípios de pequeno porte.	132
Tabela 13: Coeficientes de correlação (<i>Pearson</i> e <i>Spearman</i>) – municípios de médio e grande porte.	132
Tabela 14: Resumo do modelo de regressão estimado (municípios de pequeno porte).	133
Tabela 15: Resumo do modelo de regressão estimado (municípios de médio e grande porte).	134
Tabela 16: Resultados do modelo de regressão <i>logit</i> multinomial.	136
Tabela 17: Modelo multinomial com visualização da Região de Risco Relativo (RRR).....	138
Tabela 18: Resultados do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios apresentarem um grau de <i>disclosure</i> considerado Superior.	140
Tabela 19: Efeitos marginais das variáveis explicativas do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios apresentarem um grau de <i>disclosure</i> considerado Superior.	141

Tabela 20: Resultados da classificação do modelo da situação dos municípios da amostra.	142
Tabela 21: Resultados do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios de médio e grande porte apresentarem um grau de <i>disclosure</i> considerado Superior.....	145
Tabela 22: Efeitos marginais das variáveis explicativas do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios de médio e grande porte apresentarem um grau de <i>disclosure</i> considerado Superior.....	145
Tabela 23: Resultados da classificação do modelo da situação dos municípios de médio e grande porte.	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF – Análise Fatorial
CGU – Controladoria Geral da União
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPI – Comissões Parlamentares de Inquérito
CyPRG – *Cyberspace Policy Research Group's*
DEM – Democratas
DMPL – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
FINBRA – Finanças do Brasil
FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDV-M – Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal
IESFB – Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil
IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFGF – Índice Firjan de Gestão Fiscal
INDIP – *Indice de Transparencia de las Diputaciones*
IPC – Índice de Potencial de Consumo
IQM – Índice de Qualidade dos Municípios
IRFS – Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos municípios
ITA – *Indice de Transparencia de los Ayuntamientos*
ITM – Índice de Transparência Municipal
KMO – *Kaiser-Meyer-Olkin*
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
OECD – *Organisation for Economic Co-Operation and Development*
ONU – Organização das Nações Unidas
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP – Partido Progressista
PPA – Plano Plurianual
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PV – Partido Verde
RGF – Relatório de Gestão Fiscal
ROC – *Receiver Operating Characteristic*
RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária
RRR – Região de Risco Relativo
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TRE-MG – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
VIF – *Variance Inflating Factor*

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, analisa-se o contexto da Teoria da Agência, da Teoria da Divulgação e da transparência na gestão pública, de modo a estabelecer o problema de pesquisa, o objetivo geral e a justificativa do estudo.

1.1 Contextualização e Problema

O tema *disclosure* é de alta relevância para a discussão corporativa, haja vista que consiste em uma das formas mais importantes dos gestores se comunicarem com seus acionistas, com o mercado em geral e de apresentarem o desempenho da administração. A divulgação de informações possui papel fundamental na diminuição da assimetria informacional existente entre gestores e investidores, desse modo, a função do *disclosure* consiste em auxiliar na avaliação das melhores oportunidades de alocação de recursos por parte dos investidores. É com base nas informações apresentadas pelos gestores que os investidores poderão fazer inferências sobre o desempenho e perspectivas futuras da companhia, tomando decisões de investimento em determinado empreendimento (LANZANA, 2004).

Para Hendriksen e Van Breda (1999), o *disclosure* pode ser classificado em três níveis: divulgação adequada, justa e completa. A divulgação adequada pressupõe um volume mínimo de divulgação compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam enganadoras; a divulgação justa subentende um objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial; e a divulgação completa implica na apresentação de toda a informação relevante. Dobler (2005) salienta que um gestor que visa maximizar o valor de mercado da empresa vai optar pela divulgação completa, disponibilizando integralmente informações privadas, além daquelas consideradas obrigatórias, se é de conhecimento comum que o gestor se encontra bem informado em relação às operações da empresa, se não existirem custos significativos associados ao *disclosure* e se as informações divulgadas puderem ser interpretadas da mesma forma por todos os usuários externos.

De modo contrário, três explicações possíveis podem ser associadas à não divulgação de determinada informação:

- I. O gestor não tem conhecimento acerca da informação, ou seja, não há razoável certeza de que o gerente é informado ou o quão precisamente ele é (DOBLER, 2005).

Nesse caso, como é difícil supor que os gestores não divulguem informações porque estão mal informados (VERRECCHIA, 2001), a maioria das pesquisas pressupõe que, se a informação existe, os gestores (ou acionistas controladores) possuem conhecimento acerca desta (MURCIA, 2009). Yamamoto e Salotti (2006) acrescentam que a existência de informação incerta ou recém-produzida se transforma em um tipo de custo de divulgação, pois suscita dúvida para os investidores desinformados. Assim, esse argumento dá suporte à não divulgação da informação.

- II. Não há informação a ser divulgada, ou a informação não é passível de verificação (DOBLER, 2005). Murcia (2009) esclarece que, diversas vezes, não existe informação a ser divulgada. O autor exemplifica tal situação ao mencionar uma empresa que não evidenciou o impacto negativo de suas atividades no meio ambiente, isto é, não contabilizou um passivo ambiental ou não realizou qualquer tipo de divulgação em notas explicativas porque não o possuía, ou seja, o evento econômico não existia. No entanto, uma premissa racional poderia levar os usuários a acreditar que a empresa decidiu não evidenciar essa informação.
- III. O gestor tem conhecimento acerca da informação, mas possui incentivos para não divulgá-la (DOBLER, 2005). De acordo com Murcia (2009), parece razoável que os gestores considerem as consequências que o *disclosure* possa ter no mercado; desse modo, a decisão de se divulgar ou não determinada informação seria influenciada por uma ampla gama de fatores.

Verifica-se, assim, que o *disclosure* de algumas empresas excede o requerido por lei, sendo tal ocorrência resultante do fato de que os controladores da companhia possuem informações adicionais cuja divulgação não é obrigatória, tendo a opção de divulgá-las em determinados casos (MURCIA, 2009). Segundo Lanzana (2004), a divulgação de uma maior quantidade e qualidade de informações, de forma pontual e consistente para todo o mercado, pode ser interpretada como um meio de garantir a igualdade de direitos entre todos os acionistas, além de resultar em uma maior credibilidade dos gestores junto ao mercado de capitais. Nesse sentido, não somente os órgãos reguladores têm exigido padrões mais altos de abertura de informações, mas, também, as companhias têm se envolvido em atitudes voluntárias de divulgação. Esta postura das empresas tem como objetivo procurar a diferenciação das demais na busca pelos recursos dos investidores, como forma de serem avaliadas de modo mais adequado e também com o intuito de manterem um bom relacionamento com o mercado, a fim de garantir futuras emissões de títulos.

Evidências empíricas demonstram que a evidenciação é positiva, pois empresas com melhor *disclosure* possuem menor custo de capital próprio (FRANCIS; KHURANA; PEREIRA, 2005; ALENCAR, 2007), menor custo de capital de terceiros (LIMA, 2007), ações mais líquidas (LEUZ; VERRECCHIA, 1999; ZHOU, 2004) e são mais acompanhadas por analistas (LANG; LUNDHOLM, 2000). Contudo, Murcia (2009) salienta que divulgar informações de maneira voluntária também acarreta custos para a empresa, como, por exemplo: custos de preparação e certificação (auditoria) das demonstrações contábeis, custos de oportunidade do pessoal envolvido nesse trabalho (LEUZ; WYSOCKI, 2008), custos de propriedade (VERRECCHIA, 2001) e, nomeadamente no Brasil, os custos de publicação dos balanços no Diário Oficial e em jornais de grande circulação.

Dentro desse cenário, insere-se a Teoria da Divulgação baseada em Discricionariedade, cuja premissa central consiste no fato de que o *disclosure* é um evento endógeno e que os gestores têm incentivos econômicos para divulgar (ou não) determinadas informações não requeridas em lei, de forma que os usuários externos das demonstrações contábeis são considerados os consumidores dessas informações (VERRECCHIA, 2001).

No âmbito da administração pública, o *disclosure* ganha destaque substancial, uma vez que a transparência governamental é condição necessária, embora não suficiente, para a efetivação de qualquer ordem democrática, tendo em vista que só há controle efetivo dos governantes se seus atos forem adequadamente informados à sociedade (LOUREIRO; TEIXEIRA; PRADO, 2008). Para Grau (2005), o desenvolvimento de estratégias de informação e, em geral, a transparência da gestão pública, constituem requisitos fundamentais para o exercício do controle social sobre a administração. Além disso, a transparência em si constitui garantia da democracia no próprio controle social, bem como pode contribuir de forma direta para a conquista de eficiência na gestão pública.

De acordo com Athayde (2002), o mundo tem passado por transformações de todas as espécies, culminando em maior interação entre governantes e sociedade. No Brasil, essa mudança de atitude pode ser visualizada nos campos político (*impeachment*, instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI); empresarial (apoio à cultura, educação, esporte etc.); governamental (aumento quantitativo nos investimentos sociais) e comunitário (maior conscientização). Tais fatos podem despertar cada vez mais o interesse da população em

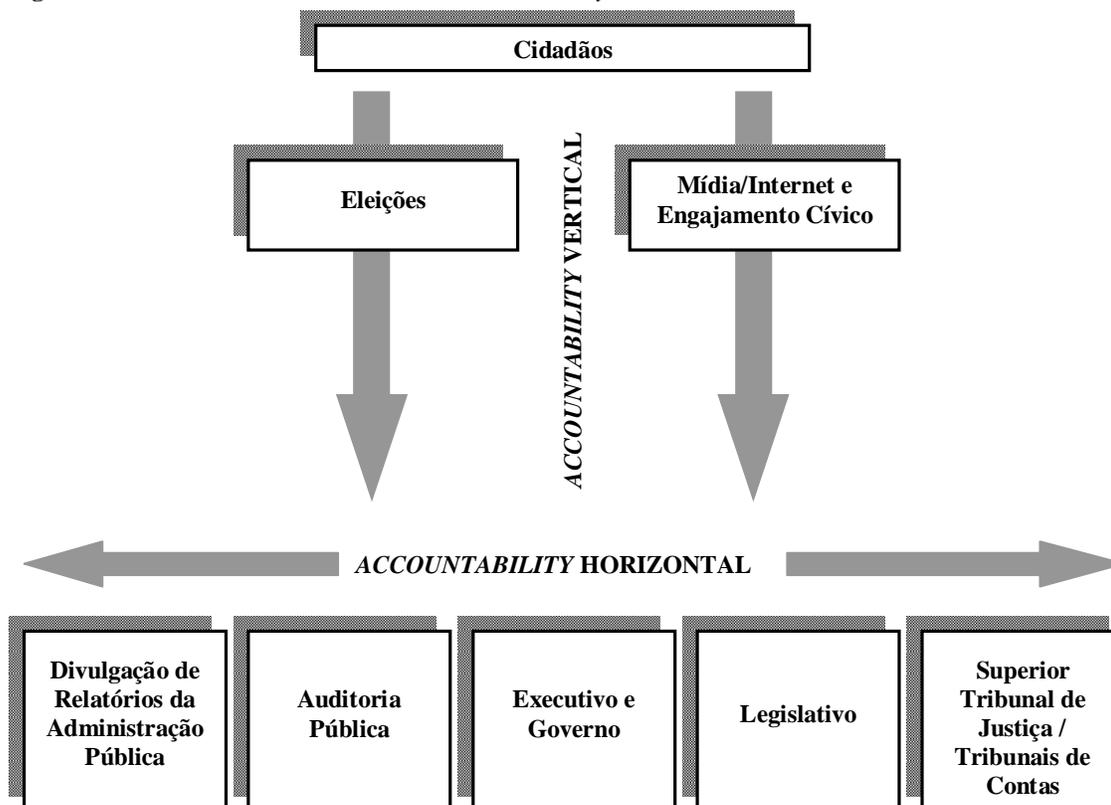
participar da vida política do município ou Estado, permitindo ao cidadão comum entender melhor o papel do ente público como agente arrecadador de tributos e distribuidor destes por meio de programas de saúde, educação, habitação.

Lopes (2009) acrescenta que, em uma democracia verdadeira e consolidada, deve haver livre fluxo de ideias, com grupos que debatam pontos de vista, para que, assim, possam agir em plenitude e de acordo com sua capacidade de convencimento e de construção de consensos. Nesse sentido, conforme ressalta Cruz (2010), uma gestão pública transparente vai além da evidenciação dos instrumentos de transparência fiscal, estendendo-se à concretização do conceito de *accountability*, quando permite que os cidadãos acompanhem e participem efetivamente dos atos da administração pública que causam impactos em toda a sociedade. De acordo com Nakagawa (1995, p. 17), a *accountability* pode ser conceituada como “a obrigação de prestar contas dos resultados obtidos, em função de responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder”. Ribeiro Filho *et al.* (2009) destacam que a *accountability* é condição indispensável para uma boa gestão e visa promover a aproximação entre a sociedade e o gestor público, haja vista que uma gestão que a tenha como princípio norteador estaria aproximando-se das práticas de promoção da participação social.

No contexto da sociedade digital, a Internet detém capacidade de representar um importante instrumento para a execução da *accountability*. Entretanto, segundo Bandeira (2005), a divulgação dos resultados obtidos pela administração pública dentro da própria administração pública (*accountability* horizontal) é uma ação que se desenvolve somente nos órgãos fiscalizadores, abarcando, em algumas situações, normatizações referentes a questões de sigilo e de salvaguarda de interesses previamente definidos pelo Estado. Já na *accountability* vertical, a Internet pode se configurar como uma ferramenta acessível para que os governos veiculem para a coletividade informações da gestão administrativa, englobando, por exemplo, ouvidorias públicas, de forma que as críticas oriundas dos cidadãos sejam capazes de nortear os governantes, mesmo porque a opinião pública tem influência direta no sistema político-eleitoral.

Na Figura 1, representam-se as dimensões vertical e horizontal da *accountability*. A primeira dimensão, conforme já mencionado, envolve a participação direta dos cidadãos em processos políticos democráticos. A *accountability* horizontal, por sua vez, abarca as instituições responsáveis por mecanismos formais de fiscalização.

Figura 1: Dimensões vertical e horizontal da *accountability*.



Fonte: adaptado de *United Nations Development Fund For Women - UNIFEM* (2008, p. 3).

Diversas iniciativas na esfera legal têm sido empreendidas com vistas a aumentar a exigência de transparência por parte das entidades públicas, determinando até mesmo a divulgação de informações em meios eletrônicos de acesso público, como é o caso da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 9.755/98.

A despeito da exigência legal de divulgação em meio eletrônico de determinados instrumentos de transparência da gestão fiscal, há inúmeras outras informações e serviços que a administração pública pode disponibilizar por meio da Internet. As informações divulgadas a título de evidenciação voluntária podem, inclusive, propiciar uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade, uma vez que há a possibilidade de apresentarem linguagem mais acessível e atrativa aos cidadãos. O acesso a informações de boa qualidade, tempestivas e, principalmente, compreensíveis a uma ampla gama de usuários, é um pré-requisito para o exercício da cidadania.

Nesse cenário, cabe aos cidadãos tornarem-se mais ativos, pressionando a administração pública no sentido de divulgar a maior quantidade possível de informações, priorizando, também, a qualidade destas, como uma forma de prestação de contas mais efetiva pelos seus atos. A sociedade tem a possibilidade de tornar-se cada vez mais consciente da necessidade de uma fiscalização constante e a evidenciação de informações voluntárias exerce papel fundamental no processo de legitimação das entidades públicas.

Desse modo, a ideia é que a contabilidade pública seja utilizada não só pelos contadores e órgãos de controle, mas principalmente por gestores, administradores e pela sociedade. O objetivo da contabilidade pública é fornecer informações sobre o que foi planejado, executado e os resultados alcançados, em apoio à tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao controle social. Entretanto, muitas vezes a linguagem é um dos maiores entraves ao desenvolvimento da transparência na gestão dos recursos públicos (CORBARI, 2004), principalmente quando se analisam as demonstrações que devem ser divulgadas a título de evidenciação compulsória. Nesse contexto, adquirem relevância substancial os itens que são divulgados voluntariamente, com possibilidade de uma linguagem mais acessível, inteligível e atrativa a uma gama maior de usuários.

A evidenciação de informações que extrapolam os eventos contábeis e incluem itens de cunho social, ambiental e administrativo auxilia os cidadãos a avaliarem os resultados e desempenhos obtidos pelos projetos e programas efetivamente implementados pelas entidades públicas, de forma a permitir o exercício da *accountability* e do controle social. Torna-se relevante, portanto, verificar se tais informações estão sendo disponibilizadas pelos entes públicos, além de entender os motivos e/ou incentivos que os governos possuem para divulgar determinadas informações, sem que estas sejam requeridas legalmente.

Assim, após identificar na literatura recorrente as características corporativas que são comumente associadas ao *disclosure*, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: *quais as características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais?*

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo geral identificar as características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais em seus portais eletrônicos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar, na literatura recorrente, os instrumentos que podem ser associados a uma gestão pública transparente, de forma a possibilitar a construção de um Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M);
- Verificar o nível de divulgação de informações voluntárias acerca da gestão pública nos portais eletrônicos de municípios do Estado de Minas Gerais;
- Propor um modelo que classifique os municípios em diferentes níveis de divulgação de informações voluntárias.
- Comparar os resultados segregando-se os municípios por porte, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em municípios de pequeno porte (até 50.000 habitantes) e municípios de médio e grande porte (acima de 50.000 habitantes).

1.3 Hipótese da Pesquisa

De acordo com Martins e Theóphilo (2009), após a formulação de um problema e o delineamento dos objetivos de uma pesquisa com abordagem empírico-analítica, convém construir e expor para teste uma ou algumas hipóteses. Hipótese, nesse contexto, refere-se a uma proposição, com sentido de conjectura, de suposição, de antecipação de resposta para um problema, que pode ser aceita ou rejeitada pelos resultados da pesquisa, constituindo-se como um guia para a investigação, proporcionando ordem e lógica ao estudo (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Nesse sentido, estabelece-se a seguinte hipótese de pesquisa:

Os indicadores de natureza socioeconômica, representados pelas variáveis: receita orçamentária, transferências de recursos da União para os Municípios, Produto Interno Bruto (PIB) per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), taxa de alfabetização e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), exercem maior influência no nível de disclosure voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais do que outras variáveis explicativas.

1.4 Justificativa

Diante de um cenário caracterizado por custos e benefícios advindos da maior divulgação de informações, a Teoria da Divulgação baseada em Discricionariedade propicia o subsídio conceitual para examinar os incentivos que os gestores e/ou entidades têm para divulgar informações de forma voluntária. Tal teoria provê o arcabouço teórico que permite verificar em quais circunstâncias as entidades estariam dispostas a divulgar determinada informação, sem que esta seja requerida legalmente.

Nessa linha de pensamento, a evidenciação de informações voluntárias poderia ser explicada por características próprias da organização (VERRECCHIA, 2001). Consequentemente, seria possível identificar o nível de *disclosure* voluntário das entidades a partir de algumas características, tais como: tamanho, endividamento, alavancagem, dentre outras variáveis já amplamente estudadas no ambiente de mercado de capitais. Quando se trata de entes públicos, porém, faz-se necessária a exclusão de determinadas variáveis e a inclusão de outras, haja vista suas peculiaridades quando comparados às empresas privadas. De acordo com Beuren e Söthe (2009), as entidades públicas apresentam diversas características diferenciadas em relação às empresas privadas, principalmente no que se refere à responsabilização social do gestor pelos resultados apresentados pela organização.

Nesse contexto, o presente estudo justifica-se, primeiramente, sob a ótica do estado da arte, pelo fato de que, apesar da existência de diversas pesquisas sobre as práticas de evidenciação de empresas de capital aberto, tanto nacionais quanto internacionais, nota-se que estudos fundamentados na Teoria da Divulgação baseada em Discricionariedade, especialmente focados no âmbito da administração pública, ainda são poucos no Brasil. Desse modo, esta pesquisa visa preencher a lacuna existente sobre a necessidade de uma maior discussão

acadêmica e conceitual de temas relacionados à contabilidade aplicada ao setor público, principalmente no que se refere a fornecer explicações para o nível de *disclosure* das entidades públicas. Como contribuição empírica, destaca-se que uma parcela das pesquisas realizadas no Brasil objetiva investigar a transparência da gestão pública por meio da divulgação de itens que são de evidenciação compulsória, conforme a legislação pertinente. O presente estudo avança e foca nas divulgações voluntárias, por considerar que estas têm potencial para modificar a percepção da sociedade em relação às ações dos governos.

Salienta-se, ainda, que a transparência das contas da administração pública constitui um tema de relevância social, gerencial e financeira, assim, o estudo se justifica e tem um caráter social por ampliar os níveis de acesso dos cidadãos a esse tipo de informação, tendo em vista que a Internet é uma modalidade de mídia amplamente difundida. Ademais, os resultados mapeados poderão servir como base para melhorias nas informações divulgadas pelos entes públicos, visando o aumento das evidenciações voluntárias disponibilizadas aos cidadãos.

De acordo com o *ranking* divulgado em 2011 pela ONG Transparência Internacional, entidade que mede a percepção da corrupção nas nações avaliadas, o Brasil ficou com a 73ª colocação (nota 3,8), sendo que, quanto mais próximo do topo da lista e da nota dez, menor é a sensação de que o país é corrupto (CASTRO, 2011). A corrupção pode ser entendida como a interação voluntária de agentes racionais, com base em ordenamento de preferências e restrições, na tentativa de capturar, ilegalmente, recursos de organizações, das quais pelo menos um deles faz parte, sendo as ações propiciadas por ambiente de baixa *accountability*. Quanto menor o exercício da *accountability*, maiores os níveis de corrupção (MELO, 2003). Desse modo, no que diz respeito à contribuição prática, estudos desenvolvidos acerca da temática aqui tratada poderão suscitar o desenvolvimento de cidadãos mais críticos e conscientes, com vistas a uma gestão mais participativa e um incremento na *accountability*, principalmente na dimensão vertical, o que, em última instância, poderia resultar em melhorias nos níveis de corrupção do país.

1.5 Organização da Dissertação

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução ao estudo, englobando a caracterização e contextualização do problema que

motivou a dissertação, bem como o objetivo geral, os objetivos específicos e a hipótese da pesquisa, finalizando com a justificativa e organização do trabalho.

No segundo capítulo, apresenta-se a plataforma teórica do estudo, dividida em seis partes: a primeira e a segunda abordam, respectivamente, aspectos relacionados à Teoria da Agência e Teoria da Divulgação. A terceira parte trata da associação entre características corporativas e *disclosure*; a quarta seção aborda a *accountability* na gestão pública, incluindo seus aspectos conceituais, a relação com o controle social e sua prática efetiva. A quinta parte trata da transparência na gestão pública, englobando aspectos concernentes ao e-gov, além de elencarem-se estudos com abordagem na divulgação de informações em portais eletrônicos. Na sexta parte, são tratados indicadores de *disclosure*/transparência que serviram de base para a construção do IDV-M.

O terceiro capítulo contém a metodologia do trabalho, que contempla a definição das características da pesquisa, o perfil da amostra, a apresentação da coleta de dados e de como se deu a construção da variável IDV-M, a descrição das variáveis independentes e a fundamentação das hipóteses, as técnicas de análise de dados utilizadas e as delimitações e limitações do estudo.

No quarto capítulo, são descritos os resultados do estudo, iniciando-se com a análise do Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M). Em seguida, são apresentados os resultados dos testes estatísticos realizados, bem como o modelo *logit* proposto. Por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações acerca dos achados e as sugestões para pesquisas futuras.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

Neste capítulo, são discutidas as bases que serviram de direcionadores à pesquisa, tais como: questões relacionadas à Teoria da Agência, Teoria da Divulgação, *accountability* e transparência na gestão pública. Adicionalmente, são enumerados estudos anteriores em cujo escopo foram tratados assuntos também abordados nesta pesquisa.

2.1 Teoria da Agência

A teoria da agência estuda as relações que se desenvolvem entre dois agentes econômicos, sendo um considerado o sujeito ativo (principal) e o outro o sujeito passivo (agente). De acordo com Jensen e Meckling (1976, p. 5), tal relação pode ser definida como “um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) encarrega uma outra pessoa (o agente) para executar alguns serviços em seu nome, os quais envolvem delegação de alguma autoridade para a tomada de decisão” (tradução livre).¹ Nesse contexto, a empresa é vista como um “nexo de contratos” entre indivíduos auto interessados que reconhecem que seu bem estar depende da sobrevivência da empresa, porém, ao mesmo tempo, estes indivíduos possuem incentivos para realizar ações que reduzem o valor da companhia e sua possibilidade de sobrevivência (WATTS; ZIMMERMAN, 1986). Para minimizar tais conflitos de agência, os acionistas (principais) arcam com determinados custos, com o intuito de fazer com que os interesses dos administradores (agentes) visem ao atendimento de seus próprios interesses, ou seja, a maximização do valor da empresa. Estes custos, denominados custos de agência, consistem em custos positivos de monitoramento e de concessão de garantias contratuais (JENSEN; MECKLING, 2008).

Como consequência do não alinhamento de interesses entre o principal e o agente, surge a assimetria de informações, geralmente associada à relação entre a melhor informação dos gestores e a não tão boa informação dos investidores e acionistas (FIELDS; LYS; VICENT, 2001). A contabilidade, por meio da divulgação de informações financeiras, possui papel significativo na redução dos custos de agência, uma vez que fornece aos investidores e acionistas informações relevantes e confiáveis, que auxiliam no monitoramento eficaz da gestão e/ou administração. Consequentemente, os relatórios financeiros podem ser

¹ [...] a contract under which one or more persons (the principal(s)) engage another person (the agent) to perform some service on their behalf which involves delegating some decision making authority to the agent.

considerados mecanismos para a redução da assimetria de informações (ARMSTRONG; GUAY; WEBER, 2010).

De modo similar ao que acontece em uma organização privada com fins lucrativos, na esfera pública municipal, apesar de não haver um proprietário formal do município, existem diversos conflitos de agência. Pode-se considerar como proprietário do município os seus habitantes, que por meio de eleições livres escolhem o prefeito que será o administrador do município em um dado período (SCARPIN, 2006). Ao admitir a existência de assimetria informacional entre agente e principal, surge a necessidade de avaliar se o agente (gestor público) sempre tomará as decisões que maximizem os interesses do principal (cidadãos), o que depende das informações disponíveis aos principais (SLOMSKI *et al.*, 2008).

Para Cruz (2010), a assimetria informacional no contexto do setor público resulta em consequências danosas para a sociedade e para a legitimidade da ação do Estado. Essas consequências, de acordo com a autora, decorrem de situações concretas que podem ser exemplificadas por ineficiência dos canais de comunicação, insatisfação popular com a prestação de serviços públicos e falta de políticas públicas que incentivem o exercício da cidadania. Surge, então, um conflito informacional, no qual o agente (Estado) não cria mecanismos de comunicação eficiente com o principal (sociedade), devido aos ruídos observados no processo – assimetria informacional (CRUZ, 2010). Desse modo, a ampla divulgação de informações, a partir da criação de mecanismos que assegurem uma prestação de contas responsável (*accountability*), pode ser considerada uma importante ferramenta para reduzir a assimetria informacional entre agentes e principais, haja vista que seus atributos (transparência, clareza e tempestividade) contribuem para a aproximação dos cidadãos com o Estado (ALBUQUERQUE *et al.*, 2007).

2.2 Teoria da Divulgação

Salienta-se, primeiramente, que para o entendimento da divulgação (ou evidenciação), reporta-se ao termo na língua inglesa, *disclosure*. Conforme esclarece Goulart (2003, p. 58), “o *disclosure* pode ser entendido como o oposto de fechamento, significando a ‘abertura’ da empresa por meio da divulgação de informações, garantindo a transparência corporativa diante do público e dos participantes de mercado”. Portanto, neste estudo, os termos divulgação, evidenciação e *disclosure* serão tratados como sinônimos.

Lima (2007) ressalta que, no conjunto total do *disclosure* de uma empresa, não está contida apenas a informação que é regulada por lei, mas, também, a veiculação de toda informação que seja útil aos *stakeholders* para tomada de decisões. Nesse sentido, o *disclosure* pode ser tanto compulsório, englobando as informações requeridas pela legislação e/ou por organismos reguladores, quanto voluntário. A evidenciação voluntária refere-se à não obrigatoriedade legal de disponibilizar determinadas informações geradas pela companhia no decorrer do exercício. De acordo com Boff (2007), divulgar voluntariamente está atrelado ao cumprimento ético e moral das entidades, visto que cada vez mais as organizações estão se dando conta da importância de transmitir informações ao seu público interno e externo.

Adicionalmente, Dantas, Zendersky e Niyama (2004) salientam que *disclosure* não implica somente em divulgar, mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza. Assim, para alcançar a transparência pretendida com a evidenciação, a instituição deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários formar uma compreensão das atividades desenvolvidas e dos seus riscos, observando aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância.

Estudos sobre *disclosure* identificaram uma série de benefícios oriundos da divulgação de informações por uma empresa, tais como: redução dos custos de agência e do custo de capital, melhoria na liquidez de ações, além de outros benefícios não tão facilmente captáveis (LEUZ; VERRECCHIA, 1999; ZHOU, 2004; FRANCIS; KHURANA; PEREIRA, 2005; ALENCAR, 2007; LIMA, 2007). Quanto mais informações uma empresa divulga, mais os investidores são capazes de avaliar, de forma eficaz, o quão bem a direção da empresa está explorando as oportunidades disponíveis. Uma forma de entender como a maior divulgação pode reduzir custos de agência consiste em considerar os resultados de uma divulgação limitada. Na ausência de divulgação adequada, os gestores vão se concentrar em melhorar o conjunto de indicadores de desempenho que são observáveis por parte dos investidores, mesmo quando melhorar esses índices não implique em aumentar o valor da empresa. Desse modo, a ênfase excessiva na evidenciação de resultados financeiros positivos no curto prazo são um exemplo deste custo. Enquanto os investidores confiam principalmente em resultados financeiros para controlar e recompensar a prática dos gerentes, estes últimos, por sua vez, concentram-se em melhorar as medidas informadas, mesmo que isto não resulte em criação de valor para a empresa (GUTTENTAG, 2004).

Cruz e Lima (2010) enfatizam que o *disclosure* pode influenciar o comportamento tanto dos usuários quanto dos fornecedores dessas informações, pois, se por um lado, afeta a percepção dos agentes econômicos em relação ao risco que a empresa oferece, influenciando no processo de alocação de recursos e estabelecimento dos preços dos títulos; por outro lado, influencia decisões quanto ao nível de evidenciação, considerando o custo do fornecimento dessas informações para a companhia. Guttentag (2004) salienta, ainda, que com o aumento da divulgação, os investidores não terão que confiar demasiadamente em sinais indiretos de criação de valor. A evidenciação, também, irá reduzir a quantidade de informações a que os gestores têm acesso exclusivo, reduzindo a possibilidade de que estes se beneficiem do conhecimento de informações privilegiadas. Assim, a divulgação de informações por uma empresa poderia reduzir os custos de agência associados à expropriação de informações concernentes à firma.

Diante desse cenário, os pesquisadores têm demonstrado interesse em estudar as práticas de divulgação das empresas e os fatores que influenciam tais práticas (HOPE, 2003). De acordo com Hope (2003), o *disclosure* é inerentemente um fenômeno complexo e uma única teoria fornece apenas explicações parciais. Verrecchia (2001, p. 98), por sua vez, defende a inexistência de uma teoria unificada da divulgação:

[...] não há uma teoria da divulgação abrangente ou unificada, ou pelo menos, nenhuma com a qual eu me sinta confortável para identificá-la. Na literatura sobre divulgação, não existe um paradigma central, nem uma noção única e convincente que dá origem a todas as pesquisas posteriores, não há uma teoria bem integrada [...] (tradução livre).²

Verrecchia (2001) interpreta a literatura referente ao *disclosure* como um conjunto eclético de modelos altamente idiossincráticos. Esclarece que o ecletismo é exacerbado porque a divulgação, considerada como um tópico de pesquisa, abrange três áreas: contabilidade, finanças e economia, de modo que, inevitavelmente, assume características dessas três literaturas distintas.

² [...] there is no comprehensive, or unifying, theory of disclosure, or at least none that I felt comfortable identifying as such. In the disclosure literature, there is no central paradigm, no single compelling notion that gives rise to all subsequent research, no well-integrated "theory" [...].

Dye (2001) concorda parcialmente com Verrecchia (2001) ao afirmar que, quanto ao *disclosure* obrigatório, a literatura existente não está suficientemente amadurecida para merecer o *status* de teoria. No entanto, quando se trata de *disclosure* voluntário, a teoria já se encontra em um estágio avançado, podendo ser considerada como desenvolvida. A teoria da divulgação voluntária é um caso especial da teoria dos jogos com a seguinte premissa central: qualquer entidade que considere a possibilidade de uma divulgação, divulgará informações que lhe sejam favoráveis, e não divulgará informações desfavoráveis para a companhia.

Como exemplo, Dye (2001) cita uma empresa que destaca, em seu relatório anual, somente o sucesso alcançado na redução de custos, não fazendo qualquer tipo de menção às receitas da entidade. Nesse caso, a teoria permite inferir que o crescimento das receitas não foi tão satisfatório quanto a redução de custos; inferência esta que pode ser realizada antes mesmo de se examinar a demonstração de resultados. Observa-se, porém, que a aplicação da premissa de que as empresas ou seus gestores irão divulgar o que acreditam ser favorável à companhia e omitir o que for desfavorável não tem, necessariamente, ligação com o aumento ou redução dos preços das ações.

Goulart (2003), no entanto, enfatiza que para a garantia da transparência, faz-se necessário que as empresas divulguem tanto as informações positivas quanto as negativas. Desse modo, para a consecução do objetivo da contabilidade, requer-se que as companhias apresentem padrões satisfatórios de evidenciação, oferecendo informações amplas, tanto de cunho positivo quanto negativo, o que garantirá a transparência empresarial e permitirá que os usuários possam realizar julgamentos adequados e tomar decisões com fundamentos consistentes e não enviesados.

Verrecchia (2001) propõe uma taxonomia que engloba três categorias amplas de pesquisa, quando se trata de estudos sobre divulgação em Contabilidade: (1) Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Associação (*Association-Based Disclosure*); (2) Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Discricionariedade (*Discretionary-Based Disclosure*); e (3) Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência (*Efficiency-Based Disclosure*).

A primeira categoria envolve trabalhos cuja preocupação central consiste em estudar os efeitos exógenos do *disclosure* nas mudanças das ações individuais de investidores que competem no ambiente do mercado de capitais, principalmente por meio do comportamento

dos preços dos ativos em equilíbrio e do volume de negociação (VERRECCHIA, 2001). Salotti e Yamamoto (2005) salientam que as pesquisas sobre divulgação baseada em associação têm sido bem sucedidas, uma vez que oferecem caracterizações detalhadas sobre as relações ou associações entre a divulgação, mudanças de preços, volume de negócios ou outro fenômeno de mercado.

A segunda categoria analisa a forma como os administradores e/ou empresas exercem discricionariedade no que diz respeito à divulgação de informações sobre as quais eles possam ter conhecimento (VERRECCHIA, 2001). A principal característica desse tipo de estudo consiste em tratar o processo de divulgação como um evento endógeno, assumindo que a administração pode optar entre divulgar ou não determinada informação. Exemplificando, se uma empresa tem boas perspectivas financeiras para os próximos exercícios, ela tem um incentivo maior para divulgar em detalhes essas perspectivas, haja vista que acredita que os custos da divulgação seriam menores que os benefícios (LIMA, 2009). Além disso, conforme acrescenta Lima (2009), a não divulgação da informação poderia levar o mercado a interpretar que as perspectivas financeiras para os próximos anos não são boas. Em sentido contrário, se as perspectivas financeiras da empresa para os próximos exercícios são ruins, então não vale a pena incorrer em custos de divulgação, uma vez que a não divulgação já levará o mercado a interpretar dessa forma.

Lima (2007) esclarece que a pesquisa sobre divulgação baseada em discricionariedade está muito ligada aos estudos de Fields, Lys e Vincent (2001) sobre *Accounting Choice* (Escolhas Contábeis). A teoria das Escolhas Contábeis envolve a ideia de que *proxies* ou imperfeições de mercado podem influenciar as escolhas contábeis por parte dos gestores: custos de agência, assimetria da informação e externalidades. Os custos de agência relacionam-se a questões contratuais; a assimetria de informações está associada à relação entre gestores (bem informados) e investidores (não tão bem informados como os gestores); e as externalidades afetam as partes não contratantes (LIMA, 2007).

Dye (2001) elenca algumas razões pelas quais o mercado não consegue pressionar as firmas a fazer *disclosure*. A primeira razão relaciona-se ao fato de que, mesmo os participantes bem informados, desconhecem o potencial de informações de que a firma dispõe. Nesse cenário, considera-se o exemplo de Dye (2001): escolha uma empresa bem sucedida e solicite a um amigo bem informado sobre a companhia que especifique hoje, em detalhes, que tipo de

informação relevante a empresa divulgará voluntariamente ao longo do próximo ano. Então, no curso do próximo ano, acompanhe se a empresa divulgou qualquer informação que não estava na lista do amigo considerado. Se tais itens existirem, aparentemente, os gestores recebem (e, ocasionalmente, divulgam) informações que mesmo indivíduos bem informados desconhecem. A segunda razão diz respeito ao fato de que investidores distintos interpretam informações ou a falta delas diferentemente; e a terceira, que a credibilidade do *disclosure* é afetada pela existência de gerenciamento de resultados.

Por fim, verifica-se que o modelo analítico proposto por Verrecchia (2001) para *disclosure* discricionário resulta em cinco hipóteses empiricamente testáveis. Segundo o modelo do autor supracitado, o nível de *disclosure* tem correlação: (1) positiva com o desempenho da empresa; (2) negativa com os custos de divulgação; (3) positiva com o nível de assimetria informacional entre os investidores externos e a empresa; (4) positiva com a importância dada pela firma às percepções dos *outsiders*; e (5) positiva com o nível passado de divulgação.

A terceira categoria – Pesquisa sobre Divulgação Baseada em Eficiência – discute que tipos de informações são preferidas e mais eficientes, considerando-se a ausência de prévio conhecimento da informação (VERRECCHIA, 2001). De acordo com Salotti e Yamamoto (2005), trabalhos classificados nessa categoria discutem quais os tipos de divulgação mais eficientes, isto é, aqueles incondicionalmente preferidos. Nesse caso, as ações dos agentes do mercado de capitais que maximizam a riqueza são consideradas endógenas (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005). Lima (2007) menciona, ainda, que em pesquisas sobre divulgação baseada em eficiência, visualizam-se os estudos que recomendam a informação como redução da assimetria e verificam sua relação com a *performance* econômica das empresas. Como exemplo, pode-se citar a análise entre o Custo de Capital x *Disclosure*. A respeito dessa categoria de pesquisas, Dye (2001, p. 224) menciona:

[...] a maioria dos pesquisadores da área de contabilidade concordaria que, ao divulgar mais informação, a companhia pode reduzir seu custo de capital, às custas de possíveis perdas em função da divulgação de informação privada. Como consequência, uma política de divulgação ótima que promove um *tradeoff* entre ganhos decorrentes do custo de capital e perdas decorrentes da divulgação de informação privada tipicamente envolverá a divulgação de uma parte (mas não toda) de sua informação (tradução livre).³

³ [...] most accounting researchers would agree that, by disclosing more information, a firm can lower its cost of capital at the possible expense of generating losses through disclosure of proprietary information. As a

No Quadro 1, resumem-se as características da divulgação das três categorias de pesquisa anteriormente discutidas.

Quadro 1: Características da divulgação das categorias de pesquisa.

Categorias de Pesquisa	Características da Divulgação	
	Momento de Ocorrência da Divulgação	Processo de Divulgação
Associação	<i>ex post</i>	exógeno
Discrecionalidade	<i>ex post</i>	endógeno
Eficiência	<i>ex ante</i>	não aplicável

Fonte: adaptado de Salotti e Yamamoto (2005).

Observa-se, assim, que nas pesquisas sobre Divulgação Baseada em Associação, o processo de divulgação é exógeno e assume-se que a divulgação já ocorreu (*ex post*). No processo exógeno, não se discutem os motivos da divulgação da empresa (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006). Quando se tratam de pesquisas sobre Divulgação Baseada em Discrecionalidade, pressupõe-se que o processo de divulgação é endógeno, pois se consideram os incentivos que as empresas possuem para divulgar informações, além de assumir-se, também, que a divulgação já ocorreu (*ex post*). Quando se consideram as pesquisas sobre Divulgação Baseada em Eficiência, estuda-se qual tipo de divulgação é preferível antes de sua ocorrência (*ex ante*), de forma a atingir a eficiência máxima divulgando-se informações preferíveis (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

De acordo com Verrecchia (2001), uma teoria abrangente precisaria reconhecer todos estes aspectos, abordando, de modo apropriado, o papel da eficiência, dos incentivos e a endogeneidade do processo de mercado. Assim, essa teoria englobaria as interações entre investidores que são agentes maximizadores do próprio bem-estar.

A partir da caracterização apresentada, salienta-se que o presente estudo se enquadra na categoria das pesquisas sobre Divulgação Baseada em Discrecionalidade, haja vista que tem como objetivo avaliar a influência de determinadas variáveis sobre a prática da divulgação voluntária de informações pelos entes públicos selecionados. Nesse caso, a divulgação é analisada sob uma perspectiva interna (endógena), em que se procura entender os motivos e/ou incentivos que a administração pública teria para divulgar ou não determinadas informações.

consequence, an optimal disclosure policy that trades-off these cost of capital gains against proprietary losses typically will involve some, but not complete, disclosure of its information.

Ao pretender-se identificar as características que explicam o nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais, assume-se a premissa de que as entidades públicas que apresentam maior nível de *disclosure* estão, teoricamente, oferecendo mais mecanismos de monitoramento das atividades do gestor público (agente) para os cidadãos (principais). A questão do alinhamento de interesses entre cidadãos e gestor público torna-se verificável pelos primeiros quando os entes públicos disponibilizam mais informações, desde que essas sejam de caráter relevante. Desse modo, tendo em vista que o compromisso de uma maior divulgação reduz a assimetria de informação (VERRECHIA, 2001), pode-se considerar a Teoria da Divulgação como uma resposta aos conflitos tratados pela Teoria da Agência.

2.3 Estudos com Abordagem na Associação entre Características Corporativas e *Disclosure*

De acordo com Ahmed e Courtis (1999), diversos pesquisadores da área de contabilidade investigaram a associação entre características corporativas e a divulgação de informações nos relatórios anuais corporativos desde 1961. Os resultados destes estudos têm demonstrado consistentemente que o tamanho das empresas (medido pelo valor contábil dos ativos, valor de mercado da firma, receita total ou número de acionistas) e a listagem em bolsa de valores têm sido significativamente associados aos níveis de divulgação, enquanto resultados controversos são relatados quando se consideram variáveis como alavancagem (medida pela relação entre o valor contábil das dívidas e o patrimônio líquido ou total dos ativos), lucratividade e tamanho da empresa de auditoria. Nesse cenário, com o objetivo de integrar estudos prévios sobre *disclosure* e identificar os fatores subjacentes que explicam a variação aparente nos resultados, Ahmed e Courtis (1999) realizaram uma meta-análise de 29 estudos, confirmando relações significativas e positivas entre os níveis de divulgação e as características corporativas tamanho, listagem em bolsa de valores e alavancagem. Os autores não encontraram associação significativa entre o *disclosure* e a rentabilidade das empresas ou o tamanho da empresa de auditoria. A pesquisa, também, permitiu inferir que, além da possibilidade de erro de amostragem, os resultados controversos encontrados em estudos que investigaram a associação entre características corporativas e *disclosure* advêm das diferenças na construção de índices de *disclosure*, de divergências na definição das variáveis explicativas e em decorrência da diversidade dos ambientes de pesquisa.

Além das características corporativas elencadas anteriormente, uma série de estudos examinaram a associação do *disclosure* com outras variáveis. Lima (2009) menciona, nesse contexto, os estudos de Singhvi (1968), Abayo, Adams e Roberts (1990) e Wallace (1987), dentre outros. Singhvi (1968), citado por Lima (2009), examinou o relacionamento do nível de *disclosure* com a nacionalidade dos gestores, demonstrando que as empresas indianas gerenciadas por gestores da mesma nacionalidade evidenciam menos informações que seus colegas estrangeiros. Abayo, Adams e Roberts (1990), em estudo realizado na Tanzânia, investigaram a associação entre o nível de *disclosure* e a qualificação profissional do principal executivo contábil, não encontrando associação significativa entre essas variáveis. Wallace (1987), em um estudo de caso desenvolvido na Nigéria, analisou a associação entre nível de *disclosure* e relacionamento com a *holding*, concluindo que existe uma associação significativa entre o nível de *disclosure* e o relatório da entidade quando esta é uma subsidiária de uma companhia multinacional.

Hope (2003), por sua vez, investigou a contribuição do sistema jurídico (*common law* ou *civil law*) e da cultura nacional como fatores explicativos para o nível de *disclosure* em 39 países. A cultura nacional foi caracterizada por Hope (2003) utilizando as medidas de valores culturais de Hofstede (distância do poder, individualismo, masculinidade e aversão à incerteza) e Schwartz (conservadorismo, autonomia, hierarquia, domínio, comprometimento igualitário e harmonia). Adicionalmente, o autor incluiu no modelo variáveis de controle, relacionadas ao tamanho da entidade, listagem em bolsa de valores e alavancagem. Os resultados demonstraram que o sistema legal é um determinante importante nas diferenças de *disclosure*, e que não há suporte para o argumento de que a cultura não é relevante para explicar a divulgação de informações. Conforme salienta Hope (2003), estes resultados são consistentes com a visão de que os organismos normalizadores devem estar cientes das variações nos aspectos culturais ao realizar alterações nas normas de contabilidade, além do fato de que tais achados dão suporte à afirmação de que os valores culturais podem ser mais resistentes à mudança do que outras variáveis institucionais.

Em estudos nacionais, pode-se citar Lanzana (2004), Lima (2009), Braga, Oliveira e Salotti (2009) e Cruz (2010), dentre outros. Lanzana (2004) investigou a existência de uma relação significativa entre o nível de *disclosure* das empresas brasileiras de capital aberto e a governança corporativa destas, tanto em termos de variáveis relacionadas à estrutura de

propriedade das companhias quanto de variáveis relacionadas à estrutura do conselho de administração. A autora supracitada incluiu, ainda, variáveis de controle, relacionadas às seguintes características corporativas: identidade do acionista controlador, setor da empresa, tamanho, alavancagem, liquidez, variáveis de desempenho, valor de mercado/patrimônio líquido, e o fato de a empresa captar ou planejar captar recursos no mercado. Os resultados empíricos demonstraram a existência de relação positiva e significativa entre o nível de *disclosure* e as variáveis: identidade do controlador (sendo de origem privada nacional), tamanho da empresa, alavancagem, desempenho e valor de mercado/patrimônio líquido.

Lima (2009) examinou a associação entre índices de *disclosure* e características corporativas de Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil (IESFB), tais como: tamanho da instituição, localização, alavancagem, gratuidades realizadas pelas IESFB, benefícios fiscais e subvenções. Os resultados demonstraram que existe relação apenas entre os índices de *disclosure* e as características corporativas gratuidade e subvenção, não se observando associação entre esses índices e as demais variáveis incluídas no estudo (tamanho, localização, benefícios fiscais e alavancagem).

Braga, Oliveira e Salotti (2009) avaliaram a influência de determinadas variáveis sobre o nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. Nesse contexto, os autores investigaram se havia associação entre o nível de divulgação ambiental e as seguintes características corporativas: tamanho da empresa, desempenho, endividamento, riqueza criada pela companhia, natureza da atividade, origem do controle acionário e participação da empresa em segmentos diferenciados de governança corporativa da BM&FBovespa. As evidências empíricas demonstraram que as variáveis tamanho, riqueza criada e natureza da atividade exercem influência direta e significativa sobre o nível de divulgação ambiental das empresas analisadas.

Cruz (2010) investigou as características que poderiam estar associadas à divulgação das informações acerca da gestão pública disponibilizadas nos portais eletrônicos dos grandes municípios brasileiros. Dentre as características consideradas, podem-se elencar: região em que se situam os municípios; localização do município em termos de capital, região metropolitana e interior do Estado; filiação partidária do gestor municipal (prefeito); o fato de o município participar ou não de redes de integração de municípios; acessibilidade da *homepage*; PIB *per capita* do município; receita orçamentária; taxa de alfabetização do

município; dinamismo municipal; desempenho alcançado pelo município no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), no Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão dos municípios (IRFS) e no Índice de Potencial de Consumo (IPC). Os resultados da pesquisa demonstraram que existe diferença entre os níveis de *disclosure* quando se considera a localização dos municípios em termos de capital, região metropolitana e interior; e que há uma relação positiva e significativa entre o nível de *disclosure* e as variáveis: PIB *per capita*, receita orçamentária, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), taxa de alfabetização, Índice Firjan e Dinamismo Municipal.

Diante dessas tentativas de se avaliar ou criar índices que mensurem o *disclosure*, sendo possível associá-los a características corporativas de entidades públicas ou privadas, Carlos *et al.* (2008) sugerem alguns elementos constituidores de indicadores de transparência, especificamente quando se trata de entidades públicas, foco desta pesquisa. Dentre estes elementos, pode-se destacar: avaliar as informações que são publicadas na Internet; verificar quanto do orçamento tem sido destinado à transparência em termos de pessoal, material e estrutura; investigar se impropriedades administrativas estão sendo punidas, se são publicadas e se os resultados são de livre acesso ao público; verificar se os projetos defendidos na campanha eleitoral foram cumpridos; e se os relatórios que promoveriam transparência, previstos na LRF, são publicados. Ressalta-se, portanto, a necessidade de serem desenvolvidos demonstrativos e instrumentos de transparência conectados aos conceitos de *accountability* e aos princípios de normas éticas, escrutínio público e interesse público (CARLOS *et al.*, 2008), sejam estes de divulgação compulsória ou voluntária.

2.4 *Accountability* na Gestão Pública

Nas seções que seguem, detalha-se o processo de *accountability* na gestão pública, englobando os aspectos conceituais associados ao termo, o controle social e sua relação com a *accountability*, bem como a prática efetiva desta prestação de contas.

2.4.1 Aspectos Conceituais

Para tentar dirimir a assimetria informacional referente à alocação dos recursos públicos existentes na relação entre o principal (a sociedade) e os agentes (governantes eleitos), os governos têm por obrigação prestar contas de seus atos perante a sociedade, não só com demonstrativos comprobatórios da alocação de recursos, mas, também, proporcionar informações que sejam transmitidas da forma mais transparente possível, ganhando destaque o conceito de *accountability* (ALBUQUERQUE *et al.*, 2007). No entanto, apesar da relevância atribuída ao termo, Albuquerque *et al.* (2007) esclarecem que não existe tradução para o português do conceito de *accountability*. De acordo com os autores, este conceito surgiu em meados da década de 1980 em países de língua inglesa e não é definido de modo uniforme. Assim, enquanto alguns autores relacionam *accountability* ao dever de prestar contas, outros pontuam o dever de eficiência daqueles responsáveis pela realização da atividade financeira do Estado.

Corbari (2004) acrescenta que a dificuldade de tradução do termo *accountability* parece estar associada com sua prática ainda incipiente no Brasil. De modo geral, em grande parte dos estudos, a *accountability* aproxima-se do conceito da obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder (autoridade), de forma que há a geração de uma responsabilidade, que é a de prestar contas de seu desempenho e seus resultados (CORBARI, 2004). Para Castro (2005), *accountability* está relacionada à responsabilidade em prestar contas, uma vez que no Brasil prestar contas não é uma atitude natural, só se faz, quando se faz, por força da lei.

Mosher (1968) apresenta *accountability* como sinônimo de responsabilidade objetiva ou obrigação de responder por algo: como um conceito oposto a – mas não necessariamente incompatível com – responsabilidade subjetiva. Enquanto a responsabilidade subjetiva vem de dentro da pessoa, a *accountability*, sendo uma responsabilidade objetiva, "acarreta a responsabilidade de uma pessoa ou organização perante uma outra pessoa, fora de si mesma, por alguma coisa ou por algum tipo de desempenho", de modo que "quem falha no cumprimento de diretrizes legítimas é considerado irresponsável e está sujeito a penalidades" (MOSHER, 1968, p. 7). Paul (1992), por sua vez, estabelece uma concepção mais ampla ao afirmar que *accountability* significa manter indivíduos e organizações passíveis de serem responsabilizados pelo seu desempenho.

A *accountability* pode ser definida, ainda, como a responsabilização permanente dos gestores públicos em termos da avaliação da conformidade/legalidade, bem como da economia, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos atos praticados em decorrência do uso do poder que lhes é outorgado pela sociedade. Consequentemente, no âmbito público, a *accountability* está relacionada ao direito de cada cidadão de conhecer o desempenho de seus governantes, adicionado à obrigação destes de realizar prestações de contas sobre as suas ações (GRACILIANO *et al.*, 2010).

Nessa mesma linha, Albuquerque *et al.* (2007) afirmam que *accountability* pública se refere ao conjunto de abordagens, mecanismos e práticas usados pelos atores interessados em garantir um nível e um tipo desejados de desempenho dos serviços públicos. Nakagawa, Relvas e Dias Filho (2007) acrescentam que a noção de *accountability* no setor público pode ser dividida da seguinte maneira: (a) dando explicações a todos os cidadãos, sejam eles eleitores ou não; (b) provendo informações posteriores sobre fatos relevantes, quando se tornarem necessárias; (c) revendo e, se necessário, revisando sistemas ou práticas para atingir as expectativas dos cidadãos, sejam eles eleitores ou não; e (d) concedendo compensações ou impondo sanções.

Nesse contexto, nota-se que o termo *accountability* ainda carece de consenso quanto a seu significado, de modo que diversas áreas de divergência podem ser identificadas. Segundo Graciliano *et al.* (2010), a mais fundamental e básica questão – da qual as outras divergências parecem originar-se – refere-se ao escopo e à abrangência do conceito. Assim, enquanto alguns autores consideram que apenas os mecanismos de controle formais e institucionalizados devem ser compreendidos sob a noção de *accountability*, não incluindo como agentes de *accountability* a imprensa e organizações da sociedade civil que comumente se incumbem de monitorar e denunciar abusos e condutas impróprias de agentes públicos no exercício do poder; outros admitem um rol de relações bem mais abrangente, estipulando que tais relações devem necessariamente incluir a capacidade de sanção aos agentes públicos (GRACILIANO *et al.*, 2010). Há, ainda, um terceiro grupo de autores que admite toda e qualquer atividade ou relação de controle, fiscalização e monitoramento sobre agentes e organizações públicas como constituintes do conjunto de mecanismos de responsabilização.

Dada essa ampla gama de abordagens, Graciliano *et al.* (2010) optam por uma noção menos abrangente de responsabilização, que abarque em seus limites apenas as relações e atividades de fiscalização e controle de agentes públicos propositadamente concebidas para tal finalidade e que, ademais, envolvam necessariamente a possibilidade de sanção legal ou simbólica.

Outro ponto de divergência teórica diz respeito à diferenciação entre *accountability* horizontal e *accountability* vertical. De acordo com Miguel (2005), a primeira dimensão se refere ao controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros, como é o caso, por exemplo, do controle exercido pelos Tribunais de Contas. Para O'Donnell (1998), a *accountability* horizontal implica na existência de agências e instituições estatais possuidoras de poder legal para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina até sanções legais contra atos delituosos. Já a *accountability* vertical está relacionada à necessidade que os representantes têm de prestar contas e submeter-se ao veredicto da população (MIGUEL, 2005). Segundo Miguel (2005), o ponto culminante dessa dimensão é a eleição – que, desse modo, ocupa a posição central nas democracias representativas, efetivando os dois mecanismos principais da representação política democrática, que são a autorização, pela qual o titular da soberania (o povo) delega capacidade decisória a um grupo de pessoas, e a própria *accountability*. De forma similar, Graciliano *et al.* (2010) afirmam que a *accountability* vertical se refere à interação entre governantes e cidadãos, ou seja, é, ainda que de forma não exclusiva, a dimensão eleitoral, o que implica premiar ou punir um governante nas eleições. Essa dimensão requer a existência de liberdade de opinião, de associação e de imprensa, bem como de diversos mecanismos que permitam tanto reivindicar demandas diversas como denunciar certos atos das autoridades públicas.

No entanto, independentemente da fonte teórica e da direção (vertical ou horizontal) que se pretenda para a *accountability*, é condição essencial para que ela ocorra que as informações relacionadas à atuação governamental estejam disponíveis para que todos (legisladores, governo, sociedade, cidadãos e os próprios gestores públicos) saibam se: os recursos governamentais são utilizados apropriadamente e os gastos efetuados de acordo com as leis e regulamentos; os programas e projetos governamentais são conduzidos de acordo com seus objetivos e efeitos desejados; e os serviços governamentais seguem os princípios da economia, da eficiência, da eficácia e da efetividade (GRACILIANO *et al.*, 2010).

Neste estudo, o termo *accountability* pode ser entendido como a responsabilidade dos governantes em prestar contas de seus atos, de forma transparente, inteligível e acessível aos cidadãos, adicionado à capacidade destes últimos de impor sanções às autoridades, mediante recondução ao cargo numa eleição futura ou destituição por desempenho insatisfatório (CORBARI, 2004; CASTRO, 2005; MIGUEL, 2005; GRACILIANO *et al.*, 2010).

2.4.2 Controle Social

De acordo com Paiva (2004), a conceituação original do termo controle social foi cunhada na sociologia para indicar o controle da sociedade sobre comportamentos delituosos dos indivíduos. Esse controle seria, então, o poder de coerção exercido pela sociedade para moldar o comportamento dos seus indivíduos, dentro de parâmetros estabelecidos. Salienta, no entanto, que é necessário o devido cuidado para qualquer tentativa de analogia entre o controle social conceituado pela sociologia e o adotado para se referir ao controle da administração pública. Ainda segundo o autor, as semelhanças estão no exercício de poder pela sociedade com o intuito de direcionar condutas; entretanto, o termo controle social derivado da sociologia traz uma imagem de coerção social que difere da definição empregada na administração pública, na qual o termo está atrelado ao exercício da cidadania, com vistas a alinhar as ações do Estado para o atendimento das necessidades básicas de seus cidadãos.

Para Carlos *et al.* (2008), o controle social é aquele exercido em plenitude pela sociedade, sendo um dos mais efetivos meios de controle, uma vez que, em vários casos, quem está usufruindo do benefício é a própria sociedade. Assis e Villa (2003) mencionam, ainda, que o controle/participação social pode ser entendido como um espaço de representação da sociedade, onde se articulam diferentes sujeitos, com suas diversas representações: movimentos populares, entidades de classe, sindicatos, governo, entidades jurídicas, prestadores de serviço, dentre outros, e uma população com suas necessidades e interesses que envolvem o indivíduo, família e grupos da comunidade. Portanto, o controle social consiste em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios, não se confundindo com os movimentos sociais que se configuram como autônomos em relação ao Estado.

De acordo com Corbari (2004), o controle social é entendido como o controle que os cidadãos exercem de forma direta sobre as ações do Estado, isto é, o controle da sociedade sobre o

Estado. Porém, a autora salienta que, em relação a esse assunto, há um conceito parcial cercado de incompreensões, pois, na maioria das vezes, as pessoas tendem a entender esse controle simplesmente como um ato de verificação de falhas e irregularidades. No entanto, sua importância é muito mais ampla, devendo tal controle ser entendido como um instrumento de auxílio na busca da organização governamental, como um instrumento que visa garantir uma boa administração que leve à concretização dos objetivos estabelecidos. Para mudar essa mentalidade, é indispensável que se veja o controle como um aspecto fundamental da vida da sociedade e do Estado, uma vez que, inversamente, o descontrole resulta na perda das ações socialmente significativas e até da própria interação entre Estado e sociedade. O controle sob essa ótica exerce influência sobre o processo decisório, aprimorando-o em favor da comunidade (CORBARI, 2004).

Silva (2002) ressalta que, na administração pública, o controle é imprescindível, haja vista que os recursos em jogo não são particulares, mas sim públicos, de modo que deve haver comprometimento com os interesses e objetivos de toda uma Nação. Nessa mesma linha, Corbari (2004) afirma que os controles sociais são essenciais porque compensam a redução do controle legal de procedimentos e apontam para um controle de resultados, ou seja, a redução da rigidez burocrática é compensada pela satisfação popular dos resultados alcançados pelo governo. Nesse cenário, não basta que o governo seja eficiente e cumpra com as formalidades legais; também, é indispensável que as políticas públicas garantam o atendimento dos interesses da sociedade.

Segundo Silva (2002), a finalidade do controle é garantir que a administração atue de acordo com os princípios explícitos e implícitos na Constituição Federal, quais sejam: legalidade, moralidade, finalidade pública, motivação, impessoalidade, publicidade e, mais recentemente introduzido, o princípio da eficiência. No entanto, Ribeiro (2009) salienta que, para que o controle social tenha efetividade, o Estado, por um lado, tem que criar mecanismos em sua estrutura e em seu ordenamento jurídico que assegurem e possibilitem aos cidadãos exercerem seus direitos, isto é, o Estado tem que criar instituições formais que ditam as regras do jogo. Por outro lado, o Estado tem, também, que ser detentor de uma sociedade composta de cidadãos conscientes de seus direitos e dispostos a exercê-los, sendo necessário que haja instituições informais na sociedade que propiciem esse tipo de atitude dos cidadãos. Isso implica que a sociedade seja dotada de costumes que levem os cidadãos a lutarem por seus

direitos, bem como supervisionarem a administração pública por intermédio do controle social.

O controle social não se faz a partir da abundância de informações, mas da disponibilidade de informações suficientes e de entendimento simples para o cidadão médio que dela faz uso, uma vez que o controle e acesso à informação são cruciais para exercer o poder (ALBUQUERQUE *et al.*, 2007). Nesse aspecto, o acesso a informações suficientes e compreensíveis reforça a importância até mesmo no processo de escolha dos governantes, através de eleições seguras e livres, uma vez que, sem elas, os cidadãos não possuem os dados necessários para fazer uma seleção criteriosa de seus representantes (CORBARI, 2004).

Corbari (2004) salienta, finalmente, que o controle social não pode existir sem a *accountability*, pois, para que haja a fiscalização por parte do cidadão, duas condições são essenciais: de um lado, o surgimento de cidadãos conscientes; de outro, a existência de um Estado que seja provedor de informações completas, tempestivas e compreensíveis para toda a sociedade. Nesse sentido, governo e sociedade precisam partilhar informações num processo de mão dupla, cuja finalidade seja sempre a defesa do erário e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. A autora menciona, ainda, que a informação é fundamental para que a sociedade possa fiscalizar com eficiência o Poder Estatal, sendo o efetivo controle social dos recursos públicos passível de ser exercido somente com a inserção da sociedade na administração pública. Entretanto, o controle social não é algo fácil de se concretizar, haja vista que a exposição teórica do controle social não considera o despreparo geral da sociedade, ao contrário, pressupõe uma sociedade capaz de compreender o funcionamento da máquina pública.

2.4.3 A Prática da *Accountability*

A sociedade não exerce seu papel somente no momento do voto, mas passa a legitimar os seus representantes ao longo do período em que os eleitos permanecem no poder. Porém, no Brasil, o cidadão, um importante elemento da fiscalização e do julgamento dos atos da administração pública, esteve ausente durante muitos anos. Uma questão fundamental para o amadurecimento da sociedade é a compreensão de que o processo eleitoral é apenas um dos passos para a democracia. Ademais, é necessário se ter claro que a cidadania é um exercício permanente, sendo esta construída e mantida por meio da participação contínua nas ações de

governo e da avaliação permanente da pessoa eleita para gerenciar os recursos angariados da sociedade (CORBARI, 2004).

Para Albuquerque *et al.* (2007), a prática do exercício permanente da *accountability* e do controle social pode elevar a administração pública, uma vez que se amplia a confiança mútua entre o Estado e a sociedade. A ideia de um sistema de administração pública sustentado pelos fundamentos da *accountability* reflete integridade, representando um passo importante no estabelecimento de uma política consistente de controle da corrupção, na qual os gestores públicos devem ter em mente a responsabilidade de se preocupar, de forma recorrente, com os produtos, bens e serviços que oferecem para os cidadãos, aos quais devem prestar contas permanentemente, consolidando, assim, o trinômio da moralidade, da cidadania e da justiça social (GRACILIANO *et al.*, 2010). Quanto melhor a governança, mais eficiente tende a ser o governo e, conseqüentemente, mais benefícios serão gerados para a sociedade. Nesse sentido, Roczanski e Tomasi (2010, p. 7) ressaltam:

numa sociedade com *accountability* plena, espera-se que os gestores públicos prestem contas de suas ações, dando publicidade às decisões e ações governamentais que interessem à coletividade, tais como a divulgação de balanços orçamentários, ampla publicidade às licitações, indicando os fornecedores selecionados e preços das propostas vencedoras, e indicação dos serviços e programas de governo que são oferecidos.

A ampliação do controle social, de responsabilização dos agentes públicos, e a busca de maior transparência são questões fundamentais para a construção da cidadania, além de estarem vinculadas à necessidade de enfrentar a corrupção na esfera pública. Nesse cenário, a educação política é essencial para que as partes compreendam seus papéis, modificando a situação ainda hoje encontrada: “de um lado o Estado sem consciência de quem são seus mantenedores; e, de outro, o cidadão com sua atitude passiva, sem noção de seu papel na sociedade” (CORBARI, 2004, p. 104). Campos (1990) acrescenta que somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor. Assim, de acordo com o autor, o desenvolvimento da consciência popular é a primeira pré-condição para uma democracia genuinamente participativa e, portanto, para a *accountability* do serviço público.

Em estágios mais adiantados da democracia, espera-se que, além da transparência dos resultados alcançados pela administração, as principais decisões governamentais, tais como a elaboração do orçamento e a licitação de obras e serviços mais representativos, sejam sempre tomadas com consulta à sociedade, por meio de audiências públicas (ROZANSKI; TOMASI, 2010).

Vale ressaltar, no entanto, que a *accountability* não se restringe a dar publicidade aos atos do governo e, ao final do exercício, prestar contas em veículos oficiais de comunicação, “demonstrando que a gestão pública cumpriu todas as determinações legais e seus gestores foram honestos na aplicação dos recursos públicos” (CORBARI, 2004, p. 109). Além disso, não se limita à troca dos controles formais pela fiscalização direta da sociedade. A prática da *accountability* é a integração de todos os meios de controle – formais e informais – aliada a uma superexposição da administração, que passa a exibir suas contas não mais uma vez ao ano e em linguagem excessivamente técnica, mas diariamente e por meio de demonstrativos capazes de ampliar cada vez mais o número de controladores (OLIVEIRA, 2002).

Desse modo, não basta divulgar dados, não basta publicar. O que se busca é que os dados divulgados sejam compreensíveis para que possam atingir um objetivo bastante nobre: permitir o controle, notadamente o controle social, que é a forma mais eficaz de controle da administração pública (CORBARI, 2004).

2.5 Transparência na Gestão Pública

Considerando-se que o Estado é uma organização na qual existe uma ampla gama de contratos complexos entre os proprietários dos recursos econômicos (principal) e os gestores (agentes) que são responsáveis pelo uso e controle desses recursos, faz-se necessário implementar elementos que permitam ao cidadão observar o valor dos serviços produzidos pelo conjunto de agentes, como forma de acompanhar a execução da ação pública. Dentre estes elementos pode-se destacar a *accountability* e a transparência da gestão, contendo conceitos que se complementam, haja vista que para a existência de um, supõe-se como pré-requisito a existência do outro (CARLOS *et al.*, 2008).

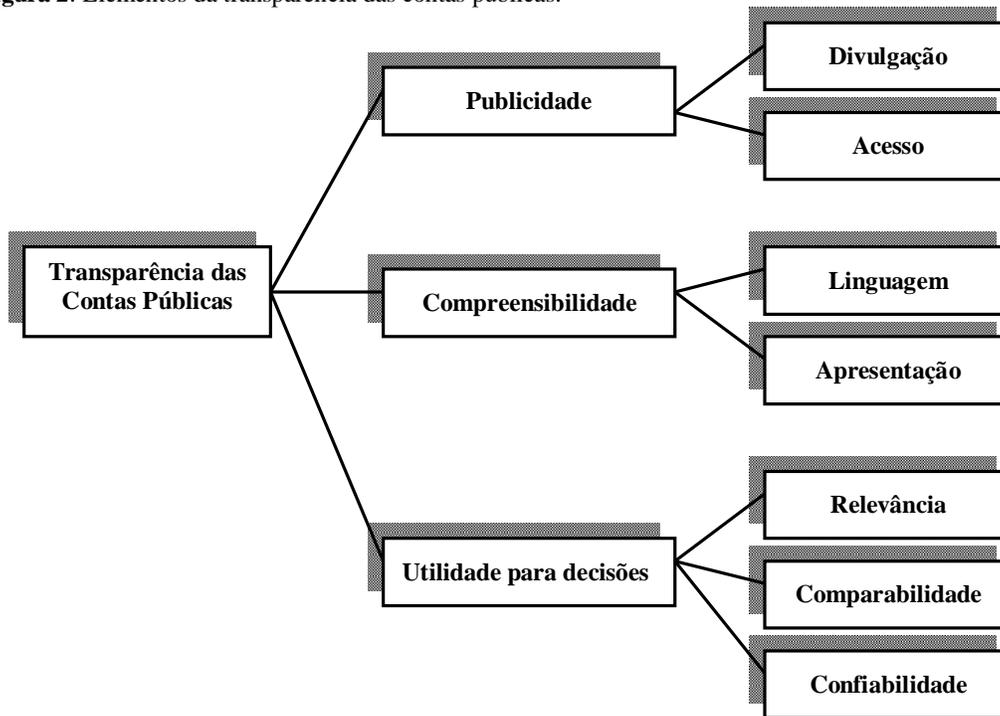
De modo geral, a transparência deve caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de forma que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores

governamentais têm realizado, após o poder de representação que lhes foi confiado. No contexto da transparência fiscal, isso implica na possibilidade do acompanhamento claro e transparente da execução orçamentária e das finanças públicas (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009). Conforme salienta Silva (2000, p. 10):

A transparência tem por objetivo garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio das diversas formas em que costumam se organizar, acesso às informações que explicitam as ações a serem praticadas pelos governantes, as em andamento e as executadas em períodos anteriores, quando prevê ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos e realização de audiências públicas, dos planos, diretrizes orçamentárias, orçamentos, relatórios periódicos da execução orçamentária e da gestão fiscal, bem como das prestações de contas e pareceres prévios emitidos pelos tribunais de contas.

Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a transparência significa que informações confiáveis, relevantes e oportunas sobre as atividades do governo estão disponíveis ao público (KONDO, 2002). É o que destaca Santana Júnior (2008), para quem ser transparente significa mais do que o simples ato de divulgar as informações, uma vez que o gestor público deve estar impelido pelo desejo de se tornar compreendido pelo cidadão, disponibilizando informações úteis e relevantes para a sociedade. Nesse sentido, a transparência das contas públicas pressupõe o fornecimento de informações confiáveis, compreensíveis e relevantes aos interesses dos usuários, apoiando o processo decisório (PLATT NETO *et al.*, 2007), conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2: Elementos da transparência das contas públicas.



Fonte: Platt Neto *et al.* (2007).

A primeira dimensão da transparência é a publicidade, entendida como a ampla divulgação de informações à população, proporcionando o acesso em múltiplos meios de baixo custo e domínio dos usuários. Pressupõe-se, ainda, segundo Platt Neto *et al.* (2007), a “oportunidade” das informações fornecidas, com tempestividade e em tempo hábil para apoiar as decisões. O segundo elemento da transparência é a compreensibilidade das informações, que se relaciona à apresentação visual, incluindo a formatação das informações (demonstrativos, relatórios, etc.), e ao uso da linguagem. Busca-se, idealmente, a simplicidade, a linguagem acessível e orientada ao perfil dos usuários, com vistas a aumentar o entendimento das informações. Por fim, a terceira dimensão da transparência das contas públicas é a utilidade para decisões, que está fundamentada na relevância das informações. A relevância, por sua vez, pode ou não se ajustar aos interesses dos usuários. Associada à relevância, está a confiabilidade das informações a que os usuários têm acesso, isto é, a garantia de veracidade daquilo que é divulgado. A comparabilidade, por sua vez, deve ser propiciada entre períodos e entre entidades (PLATT NETO *et al.*, 2007).

Em linhas gerais, portanto, pode-se dizer que uma gestão transparente tem como principais características o acesso a informações compreensíveis para todo cidadão e a abertura para a

sua participação no governo, exercendo o controle social (CRUZ, 2010). Desse modo, é notória a necessidade de transparência das contas dos entes públicos e seus órgãos componentes nas administrações direta e indireta, constituindo um tema de relevância social e gerencial (PLATT NETO *et al.*, 2007) que vem recebendo maior destaque em leis recentes, como a Lei nº 9.755/98, Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

A Lei nº 9.755/1998 dispõe sobre a criação de *homepage* na Internet, pelo Tribunal de Contas da União, para a divulgação de dados e informações concernentes à administração pública. De acordo com Platt Neto *et al.* (2007), esta Lei consistiu na primeira iniciativa legal no sentido de incorporar a obrigatoriedade da divulgação de informações das contas públicas na Internet, culminando na criação do portal eletrônico Contas Públicas (<www.contaspublicas.gov.br>). Para o atendimento ao que dispõe a referida Lei, conforme esclarecem Beuren e Söthe (2009), o Tribunal de Contas da União criou em sua *homepage* um *link* de acesso com o título “contas públicas” para a publicação de todas as informações contábeis compulsórias dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Os critérios para a divulgação das informações a serem publicadas foram devidamente normatizadas na Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 28/1999 (BEUREN; SÖTHER, 2009). No Quadro 2, são detalhadas as informações orçamentárias e financeiras a serem divulgadas pelos entes públicos, conforme determinações da Lei nº 9.755/1998.

Quadro 2: Publicações compulsórias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Informação a ser Divulgada	Prazo para Publicação
Montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.	Último dia do segundo mês subsequente ao da arrecadação.
Relatórios resumidos da execução orçamentária.	Sessenta dias após o encerramento de cada bimestre.
Balanço consolidado das contas, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários.	Balanço consolidado: último dia do terceiro mês do segundo semestre do exercício imediato àquele a que se referir; Quadro baseado nos orçamentos: último dia do primeiro mês do segundo semestre do próprio exercício.
Orçamentos do exercício e os respectivos balanços do exercício anterior.	Orçamentos: 31 de maio de cada ano; Balanços: 31 de julho de cada ano.
Resumos dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior.	Resumos: quinto dia útil do segundo mês seguinte ao da assinatura do contrato ou de seu aditivo; Comunicações: trigésimo dia de sua ocorrência.
Relações mensais de todas as compras feitas pela Administração direta ou indireta.	Último dia do segundo mês seguinte àquele a que se referirem.

Fonte: adaptado do art. 1º da Lei 9.755/1998.

A publicação da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) contribuiu de forma significativa para aumentar a exigência de transparência no âmbito das entidades públicas ao determinar que são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, bem como suas versões simplificadas. O texto legal prevê, ainda, que a transparência será assegurada mediante: (I) incentivo à participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (II) liberação ao conhecimento e acompanhamento da sociedade de informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (III) adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União (Parágrafo Único, art. 48 da LC 101/2000).

Os artigos 52 a 55 detalham as informações que devem estar contidas nos relatórios exigidos pela LRF: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. O

primeiro deverá conter o balanço orçamentário e os demonstrativos da execução das receitas e despesas. O segundo deverá contemplar os seguintes itens: (1) comparativo com os limites dos montantes da despesa total com pessoal, das dívidas consolidada e mobiliária, da concessão de garantias e das operações de crédito; (2) indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites; (3) demonstrativos, no último quadrimestre, do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro; (4) demonstrativos da inscrição, em Restos a Pagar, das despesas liquidadas, das despesas empenhadas e não liquidadas, e das despesas não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados.

Além de fundamentar-se em questões relacionadas à transparência e participação popular, a LRF enfatiza, também, o planejamento, por meio da exigência de divulgação do Plano Plurianual (PPA), que representa o planejamento de longo prazo do ente público; da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem como finalidade apresentar as metas e prioridades da administração; e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

De acordo com Carlos *et al.* (2008), a LRF surgiu com o intuito de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, definindo no §1º de seu artigo 1º que:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (LC nº 101/2000).

Khair (2000) esclarece que a LRF se apoia em quatro eixos: planejamento, transparência, controle e responsabilização. De acordo com o autor, o planejamento é aprimorado pela criação de novas informações, metas, limites e condições para a renúncia de receita e para a geração de despesas, para a assunção de dívidas, para a realização de operações de crédito e para a concessão de garantias. A transparência, por sua vez, é concretizada com a divulgação ampla, inclusive pela Internet, de quatro relatórios de acompanhamento da gestão fiscal, que permitem identificar receitas e despesas: Anexo de Metas Fiscais, Anexo de Riscos Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. O controle é

aprimorado pela maior transparência e pela qualidade das informações, exigindo uma ação fiscalizadora mais efetiva e contínua dos Tribunais de Contas. Por fim, a responsabilização deverá ocorrer sempre que houver o descumprimento das regras, com a suspensão das transferências voluntárias, das garantias e da permissão para a contratação de operações de crédito, de modo que os responsáveis sofrerão as sanções previstas na legislação que trata dos crimes de responsabilidade fiscal.

Para Toledo Júnior (2005, p. 288), “o controle social do erário é peça básica da Lei de Responsabilidade Fiscal, que para tanto, estabelece intensa agenda de debate popular e de publicidade das contas”. Verifica-se, assim, que a transparência da gestão fiscal no Brasil, a partir da LRF, passou a ser uma exigência legal, que pode ser periodicamente acompanhada e fiscalizada pelos órgãos competentes, bem como pela população (CRUZ, 2010). Figueiredo (2001) salienta, no entanto, que os instrumentos de transparência da gestão fiscal elencados na LRF não devem ser vistos como exaustivos, haja vista que outros documentos ou informações considerados relevantes para conferir maior transparência à gestão devem ser disponibilizados ao cidadão.

A Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos à Lei nº 101/2000 para conferir maior transparência à gestão das contas públicas em todos os níveis. Uma modificação relevante foi o acréscimo de sanção para o ente federativo que não disponibilizar as informações, sendo tal sanção referente à impossibilidade de receber transferências voluntárias. Além de reafirmar a participação popular no ciclo orçamentário, a LC nº 131/2009 estabelece que todos os gestores públicos do país estão obrigados a liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira de todos os órgãos dos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, em meios eletrônicos de acesso público.

Finalmente, a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação) institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é regra, e o sigilo somente a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal, a Lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos. Ademais, determina que os órgãos e entidades públicas

divulguem um rol mínimo de informações proativamente por meio da Internet, quais sejam (art. 8º, § 1º da Lei nº 12.527/11):

- I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III - registros das despesas;
- IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

As regras para a classificação de informações sigilosas, aquelas que deverão ter o seu acesso restrito por determinado período de tempo, são rigorosas e justificam-se pela salvaguarda da segurança do Estado ou da própria sociedade. Estão previstas medidas de responsabilização dos agentes públicos que retardarem ou negarem indevidamente a disponibilização de informações (CGU, 2012a).

Vale salientar, no entanto, que antes da publicação da Lei nº 9.755/98, da LRF, da LC 131/2009 e da Lei nº 12.527/11, o cidadão já tinha o direito, garantido pela Constituição Federal, de conhecer os atos praticados na administração pública. Nesse contexto, as entidades que compõem o arcabouço da administração pública brasileira são obrigadas pela Constituição Federal a prestar contas do uso de recursos públicos e a respeitar, dentre outros, o princípio da publicidade (PLATT NETO *et al.*, 2007). O princípio em questão encontra-se detalhado no artigo 37, §1º, da Constituição Federal de 1988:

a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Extraí-se do princípio da publicidade que os cidadãos têm o direito de conhecer os atos praticados na administração pública, passo a passo, para o exercício do controle social, derivado do exercício do poder democrático. Destaca-se, também, o “caráter educativo,

informativo ou de orientação social” das divulgações, exigido pelo artigo 37 da CF/88, que revela a preocupação da assembleia constituinte com a compreensibilidade das informações para o controle social (PLATT NETO *et al.*, 2007).

De acordo com Albuquerque *et al.* (2007), este princípio foi implementado em virtude da cobrança por transparência dos gastos governamentais, objetivando contribuir para a democratização das informações no que concerne à prestação de contas do governo. No entanto, Corbari (2004) salienta que, para contribuir efetivamente no processo democrático, a publicidade das ações do governo não pode ser entendida como publicação de atos carregados de termos técnicos, como a prestação de contas formal, mas ser sinônimo de transparência das ações públicas. Segundo a autora, para que a sociedade possa avaliar de forma crítica o desempenho e os resultados alcançados pelo Órgão Público, é imprescindível que as informações sejam inteligíveis, tempestivas e confiáveis, uma vez que a transparência pressupõe comunicação eficaz que, por sua vez, pressupõe linguagem adequada e viabilidade de acesso à informação. Nesse sentido, Gomes Filho (2005, p. 5) esclarece que:

A transparência pública não se confunde com o tradicional princípio jurídico da publicidade, que fundamenta o moderno Estado de direito. As duas noções são distintas, ainda que a publicidade garanta ao poder público uma certa transparência. A diferença é que a exigência da publicidade é atendida com a publicação dos atos do poder público no veículo oficial de imprensa, ao passo que a transparência não se satisfaz com o mero cumprimento de formalidades. Ela é mais exigente. Não pode ser vista, mas pode ser percebida em uma determinada atitude comportamental que se manifesta no relacionamento com o outro. É transparente quem remove barreiras ao conhecimento de si pelo outro. Portanto, requer a disposição, o destemor de desproteger-se em relação ao outro, de expor-se, de mostrar-se como se é, de dar a conhecer externamente aquilo que não é aparente e que de outro modo não seria do conhecimento do outro. Enfim, de desnudar-se. Porque transparência confere visibilidade.

Cruz (2010), de forma similar, também enfatiza que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente; é preciso que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de forma a não parecerem enganosas. Entende-se, assim, que a transparência ocorre efetivamente quando realizada de maneira compreensível para todo cidadão, com clareza, abertura e simplicidade (CRUZ, 2010). Para Albuquerque *et al.* (2007), o conceito de informação está se transformando, deixando de ser apenas publicidade, para dar ênfase à transparência. Segundo o autor supracitado, isto acontece na medida em que a sociedade não se satisfaz apenas com a informação dos episódios ocorridos na gestão pública, mas passa a exigir que sejam também divulgadas as

razões de tais acontecimentos e que se justifique o relacionamento entre estes, levando em conta os objetivos do Estado e os desejos da comunidade.

Ainda no âmbito legal, destaca-se a expectativa da convergência das normas contábeis brasileiras às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*), convergência esta válida para o exercício de 2010, de forma facultativa, e obrigatoriamente em 2011 para a União, 2012 para os Estados e 2013 para os Municípios.

Ressalta-se, porém, que a despeito das obrigações legais contidas na Constituição Federal ou nas leis já mencionadas (Lei nº 9.755/98, LRF, LC nº 131/2009 e Lei nº 12.527/11), a transparência está estreitamente relacionada à “disposição de informar” ou, ainda, à *accountability* em decorrência da responsabilidade da gerência de recursos públicos (CRUZ, 2010). Nesse cenário, as entidades não devem restringir sua divulgação às informações requeridas em lei. Ao contrário, devem divulgar outras informações que colaborem para que o público constitua uma visão correta sobre a realidade da organização (GOULART, 2003). Levy (2002, p. 5) salienta que a responsabilização não diz respeito apenas ao cumprimento de leis e normas, mas, principalmente, “ao atendimento das expectativas do que a sociedade considera como comportamento íntegro por parte dos detentores de cargos públicos”.

Entende-se, assim, que com o aumento da divulgação voluntária de informações de caráter contábil e social, englobando questões relacionadas ao meio ambiente, recursos humanos, relações com a comunidade, saúde, educação, dentre outros, os cidadãos têm a possibilidade de visualizar de forma mais efetiva as atividades desenvolvidas pelo ente público e, conseqüentemente, usufruir dos serviços por eles oferecidos.

2.5.1 E-governo e Transparência

Diferentes estratégias de divulgação e meios de comunicação podem ser utilizados para oferecer uma publicidade mais completa às contas públicas (PLATT NETO *et al.*, 2007), conforme exemplos do Quadro 3.

Quadro 3: Lista de meios para geração de publicidade.

Classificação	Listagem de meios
Meios impressos	Jornais, revistas, <i>outdoors</i> , cartazes, murais, folhetos, cartilhas e Diário Oficial.
Via Internet	Página do município, <i>Links e banners</i> em páginas de interesse social do município, e-mails para cidadãos que se cadastrarem e formação de grupos de discussão.
Meios Presenciais	Reuniões comunitárias e audiências públicas.
Televisão e Rádio	Horário eleitoral, publicidade e pronunciamentos oficiais.
Meios Inovadores	Painéis eletrônicos na rua e em prédios públicos, cartilhas de cidadania nas escolas (em todos os níveis de ensino).

Fonte: Platt Net *et al.* (2007).

No entanto, Platt Netto *et al.* (2007) salientam que as entidades públicas, muitas vezes, continuam privilegiando um jornal de pouca circulação e destacando um veículo sem impacto direto na discussão e na crítica popular, isto é, o Diário Oficial. Nesse contexto, a Internet pode configurar-se como uma boa alternativa, embora não isolada, para o fortalecimento das relações entre o governo e o cidadão. Segundo Cruz, Silva e Santos (2009), a rede mundial de computadores (Internet) tem realizado mudanças significativas no processo de comunicação humana. As formas tradicionais de comunicação, atualmente, contam com o auxílio de recursos tecnológicos que permitem que a distância geográfica se torne um conceito relativo, possibilitando, por exemplo, a divulgação de informações dos atos da administração pública.

Bandeira (2005) afirma que, no cenário digital, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) se apresentam como instrumentos hábeis para que os atores sociais possam exigir dos representantes da administração pública o gerenciamento transparente dos órgãos estatais. Para Pinho (2008), essas TIC têm se alastrado pelo setor público por meio do que se denomina de e-gov ou governo eletrônico, representado pela informatização de atividades internas governamentais e da comunicação realizada com o público externo (cidadãos, fornecedores, empresas, assim como outros setores do governo ou da sociedade). Porém, Loureiro, Teixeira e Prado (2008) enfatizam que a noção de governo eletrônico, embora ainda fortemente associada ao uso das TIC pelo setor público, ultrapassa essa dimensão. Esclarecem que, nos últimos anos, conceitos mais abrangentes passaram a ser utilizados, englobando não só a melhoria dos processos da administração pública e o aumento da eficiência, mas, também, melhor governança, elaboração e monitoramento das políticas públicas, integração entre governos e democracia eletrônica.

De acordo com Prado (2004), o governo eletrônico surgiu em meio a um contexto amplo, caracterizado de um lado pelos movimentos de reforma do Estado e emergência de temas como *accountability* e transparência, e, de outro, pelo surgimento de novas tecnologias na

área da informática, que permitiram a criação de sistemas de informação mais abrangentes, bem como o desenvolvimento da Internet. Ruediger (2002, p. 30) acrescenta que o governo eletrônico pode ser entendido como um “potencializador de boas práticas de governança e catalisador de uma mudança profunda nas estruturas do governo, proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento, além do provimento democrático de informações para decisão”.

Para a OECD (2003), as iniciativas de governo eletrônico devem focar sua atenção em uma série de questões, destacando-se as seguintes: promover uma colaboração mais eficaz entre as agências governamentais, com o intuito de solucionar problemas complexos e compartilhados; melhorar o foco no usuário e construir melhores relações com parceiros do setor privado. Dentre os benefícios que a política de governo eletrônico proporciona à administração pública e aos cidadãos, pode-se citar (OECD, 2003):

- o e-governo melhora a eficiência: as TIC permitem melhorar a eficiência nas tarefas de processamento em massa e nas operações da administração pública. A utilização da Internet pode gerar economia na coleta e transmissão de dados e na comunicação com a sociedade.
- o e-governo melhora a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo governo: serviços bem sucedidos são possíveis a partir da compreensão das necessidades daqueles que os utilizam, e serviços *on-line* não são uma exceção. A Internet permite que a administração pública seja visualizada como uma organização unificada, centralizada e cujos serviços estão interconectados;
- o e-governo auxilia na obtenção de resultados específicos: a Internet pode auxiliar no compartilhamento de informações e ideias, contribuindo para resultados políticos específicos. Por exemplo, informações *on-line* sobre o setor da saúde podem melhorar o uso de recursos/serviços e a assistência ao paciente; além disso, a troca de dados e informações intra e entre diferentes níveis de governo pode facilitar políticas ambientais;
- o e-governo contribui para a obtenção de objetivos políticos mais amplos: reduz os gastos do governo por meio de programas mais eficazes e eficientes, diminuindo os custos de transação existentes;
- o e-governo contribui para a modernização e reforma do setor público: as TIC têm sustentado reformas em muitas áreas; e

- o e-governo melhora a relação entre governantes e cidadãos: a construção de uma relação de confiança entre o governo e os cidadãos é fundamental para a boa governança. As TIC podem auxiliar na construção dessa confiança, permitindo o envolvimento da sociedade no processo político, promovendo um governo aberto e responsável e ajudando a prevenir a corrupção.

A divulgação de informações na Internet, portanto, é uma política de gestão que garante a transparência dos atos dos entes públicos, o que transcende a simples obrigação legal. A administração pública pode valer-se da Internet das seguintes maneiras (SATO, 1997, p. 11-12):

- parceria com a sociedade no controle social das ações/projetos dos órgãos públicos através da divulgação de relatórios de acompanhamento que sejam atualizados sistematicamente;
- divulgação de informações sobre os órgãos públicos e os serviços/produtos oferecidos, pontos de atendimento ao cidadão, campanhas de interesse público, dados estatísticos, etc;
- pesquisa, principalmente através dos e-mails, sobre os clientes/cidadãos e suas necessidades, o que é extremamente útil no processo de criação e melhoria de produtos/serviços;
- modernização da administração, pois, à medida em que a Internet exige que as informações sejam ao mesmo tempo atualizadas, rapidamente e com qualidade (consistentes tecnicamente, simples, objetivas e curtas), torna-se necessário que os departamentos se organizem de maneira a facilitar, ao máximo, o fluxo de informações, o que exigirá reflexões profundas sobre hierarquia/controle x descentralização/flexibilidade e;
- oferta de serviços.

Nesse sentido, o governo pode utilizar a Internet para oferecer à sociedade um canal de controle efetivo das ações e projetos de suas instituições, divulgar informações institucionais e dos serviços/produtos oferecidos, atender o cidadão e coletar e consolidar informações disponíveis por meio da *homepage* que sirvam de subsídios para as unidades da instituição criarem ou melhorarem os serviços oferecidos ao cidadão (SATO, 1997). Entretanto, de acordo com Santana Júnior (2008), apesar do amplo direito de acesso à informação garantido constitucionalmente ao cidadão, a sua efetividade depende da agilidade e dos custos dos meios fornecidos pela administração pública em tornar essa norma mais efetiva. A Internet, dentro desse contexto de e-governo, pode produzir as condições necessárias para que a população obtenha, por meio dessa tecnologia de informação, o aprimoramento do exercício da cidadania (SANTANA JÚNIOR, 2008).

2.5.2 Estudos com Abordagem na Divulgação de Informações em Portais Eletrônicos

Conforme salienta Cruz (2010), inúmeros estudos têm sido realizados com a finalidade de investigar a transparência na divulgação de informações no âmbito do setor público, em todas as esferas de governo e sob as mais diferentes abordagens, tanto no Brasil como no exterior. Nacionalmente, podem-se citar as pesquisas de Akutsu e Pinho (2002), Lock (2003), Prado (2006), Santana Júnior (2008), Pinho (2008), Souza *et al.* (2008), Loureiro, Teixeira e Prado (2008), Beuren e Söthe (2009), Cruz, Silva e Santos (2009), Cruz (2010), dentre outros.

Akutsu e Pinho (2002) analisaram como a Internet tem sido utilizada pelos gestores públicos para incrementar a *accountability* e construir uma sociedade mais democrática, considerando o patrimonialismo e a democracia delegativa vigentes no Brasil. Os autores realizaram um estudo em 20 portais das três esferas de governo (federal, estadual/distrital e municipal), adotando o seguinte critério para a seleção da amostra: seleção do governo federal; das 10 unidades da federação (estados e Distrito Federal) com maior produto interno bruto (PIB); e, na esfera municipal, seleção das capitais dos estados escolhidos. Os resultados apontaram, na maioria dos casos, a ausência de *accountability* e a consequente manutenção do patrimonialismo e da democracia delegativa na sociedade brasileira. Não obstante, alguns resultados pontuais evidenciaram avanços por parte dos gestores em direção a uma maior *accountability* e, portanto, à construção de uma sociedade mais democrática, conforme previsto pelos teóricos da sociedade da informação.

Lock (2003) investigou se as instruções contidas no art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 estavam sendo cumpridas pelas prefeituras, em relação à ampla divulgação em meios eletrônicos de acesso público das prestações de contas, demonstrativos contábeis e informações sobre as audiências públicas. O autor adotou os seguintes critérios para a seleção das prefeituras analisadas no estudo: os quatro municípios do interior com maior taxa de alfabetização da população residente com 10 anos ou mais de idade de cada Estado; os quatro municípios do interior com menor taxa de alfabetização da população residente com 10 anos ou mais de idade de cada Estado; e todas as capitais dos Estados e do Distrito Federal; totalizando 235 cidades.

Os resultados do estudo permitiram concluir que a divulgação das informações geradas pela Contabilidade Pública não está adequada às exigências legais, comprometendo a transparência

da gestão municipal. Dentre as prefeituras pesquisadas, Lock (2003) verificou um reduzido número de *sites* divulgando as informações exigidas pelo art. 48 da LRF, de modo que a divulgação das informações contábeis por meio dos *sites* dos municípios analisados encontrava-se bastante incipiente. O autor constatou que nenhuma das 235 prefeituras pesquisadas estava cumprindo na íntegra o art. 48 da LRF; menos de um quarto dos municípios do interior pesquisados possuíam *site* na Internet; e apenas 3 capitais e 3 municípios do interior estavam divulgando na Internet informações sobre as audiências públicas. A pesquisa revelou, portanto, que a grande maioria das prefeituras não atende minimamente à legislação, deixando os cidadãos sem acesso a dados econômico-financeiros, bem como a informações relacionadas ao planejamento. Adicionalmente, Lock (2003) demonstrou existir relação entre os níveis de transparência apresentados nos *sites* oficiais das 235 entidades públicas pesquisadas e os indicadores populacionais e educacionais (taxa de alfabetização) dos municípios em questão. De forma análoga, estudos posteriores como os de Santana Júnior (2008) e Cruz (2010) também constataram uma associação positiva e significativa entre a taxa de alfabetização e o nível de transparência nos âmbitos estadual e municipal, respectivamente.

Prado (2006) analisou os mecanismos de transparência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por meio da avaliação da disponibilidade de informações em seu *website*. O autor verificou que, apesar da organização do portal eletrônico analisado ser um pouco confusa, o *site* da Aneel possui sensivelmente mais informações quando comparado com o material disponibilizado pelo portal eletrônico do Ministério das Minas e Energia (MME). Nesse sentido, até mesmo as informações repassadas pelas empresas reguladas estão disponibilizadas no *site* da Aneel, que tem o mérito de servir como depositário de informações e atuar como um verdadeiro portal do setor de energia elétrica. Prado (2006) enfatizou, no entanto, que as informações sobre a prestação de contas da agência são mais escassas, além do fato de que a ouvidoria da Aneel não tem a atribuição de promover uma “auditoria interna” da agência, prejudicando sua importância para a transparência.

Santana Júnior (2008) investigou a existência de uma possível relação entre os níveis de transparência fiscal eletrônica, apresentados nos *sites* dos Poderes Executivos, Tribunais de Justiça, Assembleias Legislativas, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos estaduais, e os indicadores econômico-sociais dos seus respectivos Estados. Para atender ao objetivo proposto, os níveis de transparência fiscal eletrônica apresentados nos *sites* dos

Poderes/Órgãos estaduais foram levantados mediante a formulação de protocolos de investigação, elaborados com base nos instrumentos de transparência estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Os resultados demonstraram que existe, em média, uma baixa aderência à integralidade das exigências legais de transparência fiscal eletrônica nos *sites* analisados, destacando-se, pelo desempenho insatisfatório, as Assembleias Legislativas e os Ministérios Públicos. Adicionalmente, Santana Júnior (2008) verificou a existência de associação entre indicadores econômico-sociais e os níveis de transparência fiscal eletrônica observados nos sites dos Poderes/Órgãos analisados, com exceção dos Ministérios Públicos, cuja associação não foi encontrada em nenhuma das situações testadas.

Pinho (2008) analisou os portais eletrônicos do Distrito Federal e dos nove governos estaduais que apresentaram os maiores PIB, com o intuito de verificar como estes são construídos no tocante à disponibilização de informações de interesse para cidadãos e setores empresariais, além de investigar como é realizada a comunicação com a sociedade, incluindo a participação popular nas atividades governamentais. Os resultados apontaram que os portais, de maneira geral, apresentam recursos tecnológicos adequados, com boas condições de navegação e de busca de informações. O autor salientou que os portais se ressentem, realmente, é de uma maior interatividade, podendo-se inferir que as relações estabelecidas são fundamentalmente do tipo *government-to-citizen*, sendo o governo o emissor e a sociedade, ao que tudo indica, o receptor passivo, estando longe a inversão dessa relação para *citizen-to-government*. Além disso, Pinho (2008) verificou que os governos, nos casos analisados, pouco se abrem para a participação popular e para a *accountability*, a não ser aquela já fixada em lei, de modo que o problema não se configura na falta de tecnologia, mas sim, na ausência de uma cultura política que conduza à democracia efetiva.

Souza *et al.* (2008) avaliaram se os municípios mineiros utilizam a Internet para evidenciar as informações exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para tal, os autores analisaram os portais eletrônicos de 85 municípios do Estado de Minas Gerais, selecionados aleatoriamente. Os resultados apontaram que os administradores públicos mineiros subutilizam todo o potencial da Internet como meio de comunicação das informações relacionadas às contas públicas, principalmente as de caráter financeiro. De acordo com os autores, poucos municípios (cerca de 35% deles) utilizam a Internet para evidenciar as informações demandadas pela LRF, além do fato de que grande parte dos municípios mineiros sequer possui um portal eletrônico próprio. Souza *et al.* (2008) enfatizaram, assim,

que a Internet não é apenas subutilizada como instrumento de transparência na gestão pública, mas, também, como meio de divulgação do município.

Loureiro, Teixeira e Prado (2008) analisaram a construção de mecanismos de transparência das contas públicas, tendo como referência teórica o tema da *accountability* democrática. Para tal, os autores coletaram dados nos portais eletrônicos dos estados e capitais brasileiras, bem como nos *sites* dos Tribunais de Contas, cotejados com documentos oficiais, entrevistas e material de imprensa. Os resultados demonstraram que a maior parte dos portais eletrônicos analisados ainda se encontra em estágios iniciais, com prestação de contas limitada ao que é exigido pela legislação. Ademais, os autores verificaram que, embora a literatura relacione, ainda que indiretamente, a transparência dos governos ao seu nível de desenvolvimento socioeconômico, os dados levantados mostraram portais com alto grau de transparência tanto em capitais e estados mais desenvolvidos como nos menos desenvolvidos. Sob tais circunstâncias, Loureiro, Teixeira e Prado (2008) levantaram a hipótese de que variáveis políticas (comprometimento do chefe do executivo com a transparência, por exemplo) tenham mais a ver com o grau de transparência do que as variáveis socioeconômicas.

Beuren e Söthe (2009) analisaram a evidenciação de informações contábeis que os governos estaduais da região sudeste do Brasil disponibilizam em suas páginas eletrônicas. Os autores consideraram, além das evidenciações compulsórias estabelecidas pela Lei Complementar n° 101/2000 e Lei n° 9.755/1998, as informações divulgadas pelos entes públicos a título de evidenciação voluntária. Adicionalmente, os autores avaliaram os níveis de evidenciação adequada, justa e completa, conforme proposto por Hendriksen e Van Breda (1999) e analisaram a qualidade das demonstrações de acordo com a definição do CPC (2008), como compreensíveis, relevantes, confiáveis e comparáveis. Considerando-se os quatro governos estaduais da região sudeste analisados, concluíram que a evidenciação de informações contábeis nas páginas eletrônicas não atende de forma completa às quatro características qualitativas (CPC, 2008) e nem aos três níveis de evidenciação elencados por Hendriksen e Van Breda (1999). Na análise foi possível constatar, ainda, que as evidenciações compulsórias e voluntárias publicadas nas páginas eletrônicas são limitadas, além do fato de que, dos quatro estados pesquisados, nenhum apresentava evidenciações de forma completa, que possam efetivamente atender totalmente as necessidades do cidadão, identificado como principal usuário dessas informações.

Cruz, Silva e Santos (2009) pesquisaram os fatores que influenciam a evidenciação e a transparência de informações relativas à gestão fiscal divulgadas nos portais eletrônicos dos 23 maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro (municípios com população superior a 100.000 habitantes). Para tal, os autores incluíram no estudo as seguintes variáveis: índice de transparência fiscal eletrônica, resultante da adaptação da metodologia proposta por Santana Júnior (2008), como variável dependente; taxa de alfabetização, população total, PIB *per capita*, receita arrecadada, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice de Qualidade dos Municípios (IQM) e estágio do *site*, como variáveis independentes. As evidências empíricas encontradas pelos autores permitiram afirmar que os municípios selecionados apresentavam níveis de transparência fiscal eletrônica considerados baixos e incompatíveis com a sua realidade de desenvolvimento econômico-social verificada nas demais variáveis analisadas. Além disso, foi possível aceitar as hipóteses de que municípios com maior receita orçamentária, taxa de alfabetização, IDH-M, IQM e que permitem maior interação com os cidadãos em suas *homepages* são também aqueles que tendem a apresentar maior nível de transparência fiscal eletrônica. Concluíram que existe associação entre indicadores sociais e econômicos e os níveis de transparência fiscal eletrônica observados nos *sites* dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro, com exceção das variáveis população e PIB *per capita*, que não apresentaram significância estatística.

Cruz (2010) investigou as características que poderiam estar relacionadas à divulgação de informações compulsórias e voluntárias acerca da gestão pública disponibilizadas nos portais eletrônicos dos 100 maiores municípios brasileiros em termos populacionais. Os resultados do estudo demonstraram que existe diferença entre os níveis de *disclosure* quando se considera a localização dos municípios em termos de capital, região metropolitana e interior; e que há uma relação positiva e significativa entre o nível de *disclosure* e as variáveis: PIB *per capita*, receita orçamentária, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), taxa de alfabetização, Índice Firjan e dinamismo municipal.

Internacionalmente, podem-se elencar os estudos de Welch e Wong (2001), Moon (2002), Wong e Welch (2004), Welch, Hinnant e Moon (2005), dentre outros.

Welch e Wong (2001), utilizando os dados coletados pelo *Cyberspace Policy Research Group's* (CyPRG) nos portais eletrônicos de governos de todo o mundo, desenvolveram um estudo com vistas a responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida e de que forma

a revolução das tecnologias da informação afeta a transparência e a *accountability* das entidades públicas? Os autores utilizaram duas correntes teóricas para testar hipóteses sobre como o contexto nacional regula o efeito da pressão da tecnologia da informação sobre a *accountability* governamental em oito países. Os resultados permitiram inferir que a *accountability*, medida pela transparência dos portais eletrônicos, aumentou ao longo do tempo. No entanto, enquanto a pressão da tecnologia da informação resulta em uma maior *accountability* em nível global, o contexto doméstico produz variações distintas. Fatores como elevada autonomia, alta complexidade e baixo profissionalismo exacerbam as tendências dos burocratas de controlar as informações para consolidar seu poder. Esses resultados confirmam a importância do contexto nacional, em particular os sistemas de serviço público, em mediar os efeitos da pressão global sobre a *accountability* (WELCH; WONG, 2001).

Moon (2002) desenvolveu um estudo, realizado nos Estados Unidos, para analisar a teoria e a prática do governo eletrônico em nível municipal, examinando o estado atual de implementação do e-gov e avaliando sua eficácia por meio dos dados obtidos pela *International City/Country Management Association and Public Technology Inc.* em pesquisa realizada no ano de 2000 (2000 *E-government Survey*). O estudo, também, explorou dois fatores institucionais (tamanho e tipo de governo) que contribuiriam para a adoção do governo eletrônico entre os municípios, mediante envio de questionários para 2.899 municípios com mais de 10.000 habitantes. Os resultados permitiram inferir que a divulgação de informações pela Internet tem sido um recurso adotado por muitos municípios, mas ainda se encontra em uma fase preliminar. Desse modo, muitos dos benefícios apontados pela teoria como consequências da implementação de portais eletrônicos (redução de custos e da burocracia, por exemplo) ainda não são verificados na prática. O estudo sugeriu, ainda, que há algumas barreiras (falta de recursos financeiros, técnicos e de pessoal capacitado) e questões jurídicas (tais como a privacidade) que retardam o progresso do e-gov municipal. Ademais, Moon (2002) verificou que o tamanho do município e o governo do tipo *council-manager* (conselho de gestão) estavam positivamente associados à adoção de um *site* municipal e à longevidade do portal eletrônico.

Wong e Welch (2004) realizaram um estudo em 14 países (Austrália, Canadá, China, Egito, França, Alemanha, Indonésia, Japão, Coréia, Holanda, Nova Zelândia, Singapura, Reino Unido e Estados Unidos), abrangendo nações em diferentes níveis de desenvolvimento e

englobando 5 continentes, com o objetivo de verificar em que medida as experiências de governo eletrônico significaram efetivamente incremento da *accountability*. Os autores utilizaram os dados obtidos pelo *Cyberspace Policy Research Group* (CyPRG), que coleta informações nas páginas eletrônicas de governos nacionais de todo o mundo desde 1996, bem como a estrutura proposta por Ferrel Heady para distinguir os diferentes sistemas de governo. Os resultados demonstraram que o tipo de burocracia presente nos governos analisados influencia no fato do e-governo promover ou não a *accountability*, de modo que governos mais autoritários tendem a restringir e controlar a informação disponível nos *sites* governamentais.

Welch, Hinnant e Moon (2005) analisaram como a experiência dos cidadãos com os portais eletrônicos do governo e a confiança destes na administração pública estão inter-relacionados. Para atingir o objetivo, os autores esquematizaram três equações a serem resolvidas simultaneamente, estabelecendo (1) a utilização do *site* do governo, (2) a satisfação com o e-gov e (3) a confiança no governo como funções das seguintes variáveis: (i) características demográficas, satisfação geral com o governo e uso da Internet; (ii) uso do *website* do governo, confiança no governo, satisfação com as transações, satisfação com a transparência e satisfação com a interatividade; (iii) satisfação com o e-gov, satisfação geral com o governo e variáveis demográficas. A amostra selecionada para o estudo consistiu em 806 adultos residentes nos Estados Unidos, selecionados aleatoriamente a partir dos dados disponibilizados pelo *Council for Excellence in Government* em 2001.

Os resultados indicaram que quando os cidadãos utilizam tais *sites*, eles tendem a ficar satisfeitos com a experiência, principalmente com a disponibilidade de informações (transparência), o que resulta em um efeito positivo na confiança geral. Porém, quando as experiências com o governo eletrônico envolvem transações e interatividade, a satisfação dos cidadãos tende a ser menor. Concluíram, ainda, que as pessoas que acessam os *sites* do governo não são apenas usuários críticos, mas, também, cidadãos exigentes.

2.6 Indicadores de *Disclosure*/Transparência

Diversos pesquisadores e organizações têm se preocupado em avaliar o *disclosure* de empresas privadas e entidades públicas. Para atingir seus objetivos, uma das metodologias utilizadas consiste na construção de *check-lists* ou índices que permitam quantificar a divulgação de informações, como é o caso dos indicadores construídos por Welch e Wong (2001), Lima (2007), Santana Júnior (2008) e Avelino *et al.* (2011); das recomendações de melhores práticas de transparência da *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD), do Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (CRUZ, 2010), *Índice de Transparencia de los Ayuntamientos* (ITA), Índice de Transparência Municipal (ITM) e *Indice de Transparencia de las Diputaciones* (INDIP).

Welch e Wong (2001), conforme já mencionado, desenvolveram um estudo em portais eletrônicos de entidades públicas com vistas a responder à seguinte questão de pesquisa: em que medida e de que forma a revolução das tecnologias da informação afeta a transparência e a *accountability* das entidades públicas? Para tal, os autores construíram um indicador para avaliar os atributos dos *websites* de governos de oito países (Egito, França, Indonésia, Japão, Coréia, Arábia Saudita, Reino Unido e Estados Unidos), investigando questões relacionadas a medidas de transparência (formas de contato, disponibilização de informações operacionais, respostas às solicitações dos cidadãos, fornecimento de dados atualizados) e de interatividade (acessibilidade).

Lima (2007) avaliou o comportamento do *disclosure* e sua relação com o custo de capital de terceiros em empresas de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. Para atender ao objetivo proposto, o autor elaborou um *check-list* do grau de evidenciação voluntária das empresas analisadas, incluindo oito grupos de observação: (1) informações adicionais do Relatório da Administração; (2) Demonstração do Resultado do Exercício; (3) DMPL; (4) *layout* das Notas Explicativas e Relatório da Administração; (5) relatórios adicionais; (6) outras informações em *check-list*; (7) Demonstração do Valor Econômico Agregado; e (8) informações ambientais, subdivididas em: auditoria ambiental, sistema de gerenciamento ambiental, impactos ambientais, energia, informações financeiras ambientais, outras informações ambientais, florestas e água.

Santana Júnior (2008) analisou a relação entre os níveis de transparência fiscal eletrônica apresentados nos *sites* dos Poderes/Órgãos estaduais e os indicadores econômico-sociais dos seus respectivos Estados. O modelo de investigação utilizado na pesquisa consistiu em um *check-list* com o objetivo de avaliar se os instrumentos de transparência fiscal eletrônica (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Prestação de Contas, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal) estavam sendo divulgados em versões técnicas e simplificadas; se as datas e as apresentações das audiências públicas eram devidamente divulgadas; se existia o incentivo à participação popular no processo de elaboração e acompanhamento dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica e se as versões simplificadas destes instrumentos apresentavam uma preocupação em formular uma linguagem mais voltada para alcançar o cidadão, permitindo sua melhor compreensibilidade dos resultados fiscais alcançados.

Avelino *et al.* (2011) apresentaram um índice de *disclosure* dos 26 Estados brasileiros e Distrito Federal e verificaram se havia relação entre o *disclosure* e o número de habitantes e volume de recursos arrecadados pelas entidades públicas analisadas. O índice em questão consistiu em um *check-list* englobando um total de seis conjuntos de informações: (1) visão geral da entidade; (2) informações adicionais; (3) *layout* dos relatórios; (4) relatórios adicionais; (5) situação física e financeira; e (6) informações ambientais.

As melhores práticas de transparência orçamentária da OECD foram instituídas para servirem como fonte de referência para países membros e não membros da organização, com vistas a aumentar o grau de transparência do orçamento em seus respectivos territórios. O documento defende a divulgação irrestrita, sistemática e tempestiva de todas as informações fiscais pertinentes, além de apresentar uma série de melhores práticas referentes aos principais relatórios orçamentários, divulgação de dados específicos, qualidade e integridade, sendo organizado em três partes. A parte 1 apresenta os principais relatórios orçamentários que os governos devem produzir e seu conteúdo geral; a parte 2 especifica as informações a serem divulgadas nos relatórios, incluindo informações de desempenho financeiras e não financeiras; e a parte 3 destaca os requisitos necessários para garantir a qualidade e a integridade dos relatórios (OECD, 2002).

Cruz (2010) investigou as características que poderiam estar associadas à divulgação das informações acerca da gestão pública disponibilizadas nos portais eletrônicos dos grandes

municípios brasileiros. Para atingir o objetivo proposto, a autora elaborou um Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGP-M), que inclui informações gerais sobre o município, gestor municipal e vereadores; informações sobre legislação municipal e instrumentos de planejamento municipal; informações financeiras, relatórios contábeis e fiscais; formas de interação com os cidadãos e com a sociedade; análise do portal do município e informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão.

O *Índice de Transparencia de los Ayuntamientos* (ITA) consiste em uma ferramenta para medir o nível de transparência dos municípios espanhóis perante os cidadãos e a sociedade. O índice supracitado avalia cinco áreas de transparência: (1) informações sobre a corporação municipal; (2) relações com os cidadãos e a sociedade, (3) transparência econômico-financeira; (4) transparência na contratação de serviços; e (5) transparência nas questões de planejamento e obras públicas. Além de avaliar o nível de transparência dos municípios analisados, o ITA visa, também, fomentar a cultura informativa dos próprios municípios, uma vez que é oferecida a oportunidade, durante um determinado período, de estes incorporarem em seus respectivos *sites* as informações solicitadas pela TI Espanha, o que contribui para alcançar um maior nível de informação útil aos cidadãos e à sociedade, além de melhorar suas pontuações no ITA (ITA, 2010).

O Índice de Transparência Municipal (ITM), elaborado pela organização Transparência por Colômbia, avalia o nível de transparência dos municípios em relação ao risco de corrupção enfrentado no desenvolvimento de seus processos de gestão. O ITM utiliza três fatores de medição: visibilidade, institucionalidade, controle e sanção. A visibilidade refere-se à capacidade do governo municipal em tornar visível, de maneira suficiente, oportuna, clara e adequada, suas políticas, procedimentos e decisões; a institucionalidade consiste na capacidade do governo de exigir que os servidores públicos e a administração, em conjunto, cumpram as normas estabelecidas no processo de gestão. O fator de controle e sanção, por fim, relaciona-se à capacidade do governo de realizar ações de controle e sanção derivadas dos instrumentos internos das entidades, dos órgãos de controle e da intervenção do cidadão (ITM, 2009).

O *Indice de Transparencia de las Diputaciones* (INDIP) consiste em uma ferramenta para medir e divulgar o nível de transparência das informações evidenciadas pelas Deputações, responsáveis por gerir os interesses econômico-administrativos das províncias espanholas. O

índice em questão avalia cinco áreas de transparência: (1) informações sobre a Deputação Provincial; (2) relações com os cidadãos e a sociedade; (3) transparência econômico-financeira; (4) transparência na contratação de serviços; e (5) transparência nas questões de serviços e apoio a municípios. Ademais, o INDIP visa proporcionar uma maior aproximação entre as Deputações e a sociedade, tendo em vista que estas instituições são, em geral, desconhecidas pelos cidadãos, além de fomentar o conhecimento das atividades que tais entidades realizam, especialmente aquelas relacionadas aos benefícios e serviços desenvolvidos para os municípios espanhóis (INDIP, 2011).

No Quadro 4 apresenta-se um resumo dos indicadores supracitados.

Quadro 4: Resumo dos índices/indicadores considerados no estudo.

ÍNDICE/INDICADOR	CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ITENS
Sistema de avaliação de atributos do <i>website</i> (WELCH; WONG, 2001)	<p><u>Medidas de transparência:</u> Transparência 1: direito de propriedade 3 Transparência 2: formas de contato 9 Transparência 3: informações operacionais 7 Transparência 4: respostas às solicitações dos cidadãos 4 Transparência 5: fornecimento de dados atualizados 2</p> <p><u>Medidas de interatividade:</u> Interatividade 1: direito de propriedade 3 Interatividade 2: acessibilidade/formas de contato 3 Interatividade 3: informações operacionais 6 Interatividade 4: respostas às solicitações dos cidadãos 10</p>	<p><u>25</u> 3 9 7 4 2</p> <p><u>22</u> 3 3 6 10</p>
Melhores práticas de transparência orçamentária (OECD, 2002)	<p><u>Relatórios orçamentários:</u> Orçamento 12 Relatório de pré-orçamento 3 Relatórios mensais 5 Relatórios semestrais 4 Relatórios anuais 7 Relatórios pré-eleitorais 4 Relatórios de longo prazo 3</p> <p><u>Divulgações específicas:</u> Premissas econômicas 3 Despesas fiscais 2 Passivos e ativos financeiros 5 Ativos não financeiros 3 Obrigações com funcionários 2 Passivos contingentes 3</p> <p><u>Integridade, controle e accountability:</u> Políticas contábeis 3 Sistemas e responsabilidade 2 Auditoria 2 Escrutínio público e parlamentar 3</p>	<p><u>38</u> 12 3 5 4 7 4 3</p> <p><u>18</u> 3 2 5 3 2 3</p> <p><u>10</u> 3 2 2 3</p>
<i>Check-list</i> do grau de evidenciação do <i>disclosure</i> voluntário (LIMA, 2007)	<p>Grupo de observação: informações adicionais do Relatório da Administração 6</p> <p>Grupo de observação: Demonstração do Resultado do Exercício 1</p> <p>Grupo de observação: DMPL 1</p> <p>Grupo de observação: <i>layout</i> das Notas Explicativas e Relatório da Administração 1</p> <p>Grupo de observação: relatórios adicionais 8</p> <p>Grupo de observação: outras informações em <i>check-list</i> 2</p> <p>Grupo de observação: DVA 3</p> <p>Grupo de observação: informações ambientais 31</p>	<p>6</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>8</p> <p>2</p> <p>3</p> <p>31</p>

ÍNDICE/INDICADOR	CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ITENS
<p>Modelo de investigação dos níveis de transparência fiscal eletrônica (SANTANA JÚNIOR, 2008)</p>	Divulgação das versões técnicas e simplificadas dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica	13
	Divulgação das datas (calendário) e das apresentações das audiências públicas quadrimestrais	2
	Existência de incentivo à participação popular no processo de elaboração e acompanhamento dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica	1
	Preocupação em formular uma linguagem mais voltada ao cidadão, permitindo sua melhor compreensibilidade dos resultados fiscais alcançados	1
	Existência da ferramenta “MAPA” para facilitar a busca de informações por parte do cidadão	1
	Existência de formulários de contato	2
	Respostas tempestivas às consultas <i>online</i>	2
<p>Índice de Transparência Municipal (ITM, 2009)</p>	<u>Fator visibilidade:</u>	<u>31</u>
	Publicidade dos contratos	4
	Publicidade do recurso humano	1
	Publicidade do planejamento	2
	Sistema de serviços ao cidadão	4
	Formalidades	4
	Prestação de contas	8
	Governo eletrônico	1
	Entrega de informações à organização Transparência por Colômbia	1
	Programas sociais	6
	<u>Fator institucionalidade:</u>	<u>28</u>
	Gestão dos contratos	11
	Gestão de talentos	10
	Estrutura do planejamento	5
	Sistemas de informação para a gestão	1
	Execução de recursos do sistema geral de participações	1
	<u>Fator controle e sanção:</u>	<u>11</u>
Responsabilidade fiscal	1	
Gestão disciplinar	2	
Sanção na transferência de recursos	3	
Entrega de informações a organismos reguladores	2	
Promoção da participação cidadã	3	
<p>Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (CRUZ, 2010)</p>	Informações gerais sobre o Município, gestor municipal e vereadores	8
	Legislação municipal e instrumentos de planejamento municipal	11
	Informações financeiras, relatórios contábeis e fiscais	16
	Interação com os cidadãos e com a sociedade	17
	Análise do portal do município	7
	Disponibilização aos cidadãos de informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão	60

ÍNDICE/INDICADOR	CATEGORIAS	QUANTIDADE DE ITENS
<i>Índice de Transparencia de los Ayuntamientos</i> (ITA, 2010)	<u>Informações sobre a corporação municipal:</u>	19
	Informação institucional básica	13
	Informações sobre normas e regulamentações municipais	6
	<u>Relações com os cidadãos e a sociedade:</u>	18
	Características do portal eletrônico	2
	Informações ao cidadão	10
	Grau de compromisso com a cidadania	6
	<u>Transparência econômico-financeira:</u>	19
	Informação contábil e orçamentária	9
	Transparência das receitas e gastos municipais	6
	Transparência das dívidas municipais	4
	<u>Transparência na contratação de serviços:</u>	7
	Procedimento de contratação de serviços	4
	Relações e transações com fornecedores	3
	<u>Transparência nas questões de planejamento e obras públicas:</u>	17
Planejamento urbano e convênios realizados	4	
Decisões sobre loteamentos	2	
Licitações de obras públicas	3	
Informações sobre concorrentes, ofertas e resoluções	2	
Monitoramento e controle da execução de obras	3	
Indicadores de planejamento e obras públicas	3	
<i>Índice de Transparencia de las Diputaciones</i> (INDIP, 2011)	<u>Informações sobre a Deputação Provincial:</u>	24
	Informação institucional básica	19
	Informações sobre normas e instituições provinciais	5
	<u>Relações com os cidadãos e a sociedade:</u>	12
	Características do portal eletrônico	4
	Informações aos interessados	5
	Nível de compromisso e responsabilidade social	3
	<u>Transparência econômico-financeira:</u>	25
	Informação contábil e orçamentária	13
	Transparência das receitas e gastos	7
	Transparência das dívidas das Deputações	5
	<u>Transparência na contratação de serviços:</u>	6
	Procedimento de contratação de serviços	3
	Relações e transações com fornecedores	3
	<u>Transparência nas questões de serviços e apoio a municípios:</u>	13
Planejamento de obras e serviços	2	
Gestão tributária	2	
Assistência e cooperação jurídica	2	
Assistência e cooperação econômica	2	
Assistência técnica urbanística	1	
Assistência técnica em informática	1	
Outros indicadores	3	
<i>Índice de disclosure dos Estados brasileiros</i> (AVELINO <i>et al.</i> , 2011)	Visão geral da entidade	2
	Informações adicionais	6
	<i>Layout</i> dos relatórios	1
	Relatórios adicionais	3
	Situação física e financeira	13
	Informações ambientais	8

Para atender ao objetivo desta pesquisa, foi construído um Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M), tendo por base os estudos de Welch e Wong (2001), Lima (2007), Santana Júnior (2008), Cruz (2010) e Avelino *et al.* (2011), bem como as recomendações de melhores práticas de transparência orçamentária fornecidas pela OECD e os índices anteriormente elencados (ITA, ITM e INDIP), possibilitando analisar a divulgação de informações nos portais eletrônicos de municípios do Estado de Minas Gerais e, posteriormente, identificar as características explicativas do nível de *disclosure* voluntário destes municípios. O IDV-M será apresentado no capítulo 3 (item 3.4.1).

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos adotados no estudo. Primeiramente, apresenta-se a caracterização da pesquisa. Após, delimita-se a amostra e descrevem-se os procedimentos de coleta de dados. Na sequência, é descrita a construção do IDV-M, enumeradas as variáveis e as hipóteses elencadas no estudo. Por fim, apresentam-se as delimitações e limitações da pesquisa.

3.1 Definição das Características da Pesquisa

Marconi e Lakatos (2007) salientam que a pesquisa científica objetiva, fundamentalmente, contribuir para a evolução do conhecimento humano em todos os setores, sendo sistematicamente planejada e executada conforme rigorosos critérios de processamento das informações. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e explicativa, na medida em que identificou e analisou as características que explicam o nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais em seus portais eletrônicos. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), os estudos descritivos medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado, de forma que, do ponto de vista científico, descrever é coletar dados; ou seja, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informações sobre cada uma delas para, assim, descrever o que se pesquisa. As pesquisas explicativas vão além da descrição de conceitos ou fenômenos ou do estabelecimento de relações entre conceitos, estando destinadas a responder as causas dos acontecimentos, fatos, fenômenos físicos ou sociais. Portanto, o interesse de um estudo explicativo está em responder por que ocorre um fenômeno e em quais condições ou por que duas ou mais variáveis estão relacionadas.

Na abordagem do problema, o estudo caracteriza-se como quantitativo, visto que a partir das técnicas de análises de dados foram elaboradas análises quantitativas para a mensuração de fenômenos. De acordo com Gall, Gall e Borg (2007), a pesquisa quantitativa é usualmente considerada sinônimo de pesquisa positivista. Dentre as características deste tipo de pesquisa, os autores mencionados destacam: assume uma realidade social objetiva, sendo tal realidade constante ao longo do tempo; visualiza as relações causais entre os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva mecanicista; estuda populações ou amostras para representar populações; estuda comportamentos e outros fenômenos observáveis; analisa a realidade social por meio

de variáveis; utiliza conceitos e teorias preconcebidas para determinar quais dados serão coletados; gera dados numéricos para representar o ambiente social; utiliza métodos estatísticos para analisar os dados e procedimentos de inferência estatística para generalizar os resultados de uma amostra representativa para a população.

3.2 Amostra

De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE no Censo Demográfico 2010, o território brasileiro é composto por 5.565 municípios, distribuídos pelos 26 Estados e Distrito Federal. Optou-se por selecionar o Estado de Minas Gerais (MG) para a realização desta pesquisa em decorrência de ser o Estado com o maior número de municípios do país, haja vista que possui uma população de 19.597.330 habitantes, os quais se encontram distribuídos em 853 municípios (15,33% da totalidade dos municípios brasileiros). Dentre estes 853 entes públicos, 787 (92,26%) são considerados de pequeno porte (até 50.000 habitantes), 37 municípios (4,34%) enquadram-se como de médio porte (50.001 até 100.000 habitantes) e 29 (3,40%) são classificados como de grande porte (acima de 100.000 habitantes), conforme categorias estabelecidas pelo IBGE.

Nesta pesquisa, seria investigada, a princípio, a totalidade dos municípios mineiros de médio e grande porte (66 municípios). Porém, como o portal eletrônico do município de São Francisco não foi localizado, este foi excluído da amostra. Além disso, optou-se por selecionar essa mesma quantidade (65 municípios) de entes públicos considerados de pequeno porte, mediante amostragem aleatória simples, com o intuito de comparar os resultados segregando-se os municípios por porte. De acordo com Martins e Theóphilo (2009), na seleção de uma amostra aleatória simples, a escolha é realizada elemento a elemento e o pesquisador conhece todos os componentes da população-alvo, que, no caso, é composta pelos 787 municípios de pequeno porte localizados no Estado de Minas Gerais. Oliveira (2004) acrescenta que, em uma seleção de amostra probabilística, como é o caso da amostra aleatória simples, o processo equivale a um sorteio no qual se colocam todos os números misturados dentro de uma urna. Os elementos correspondentes aos números escolhidos formam a amostra. Optou-se, porém, por operacionalizar este mecanismo por meio do *software* STATA[®], que apresenta procedimentos para a geração de números aleatórios e, conseqüentemente, de amostras aleatórias. Salienta-se que, quando um município selecionado

não apresentava *site* oficial, era gerado um novo número aleatório para substituí-lo na amostra. Os procedimentos de seleção dos municípios foram realizados no dia 09/05/2012.

Dessa forma, o critério adotado foi o recorte de 130 municípios, englobando 65 municípios classificados como de médio e grande porte, além de uma amostra aleatória (65 municípios) daqueles considerados de pequeno porte. Ressalta-se que foi realizado o teste não paramétrico de *Mann-Whitney (Wilcoxon rank-sum test)* para duas amostras independentes, com o intuito de comparar as médias do IDV-M nos dois grupos selecionados (municípios de médio e grande porte; e municípios de pequeno porte).

Os 130 municípios analisados concentram 12.297.005 habitantes, o que corresponde a 62,75% do total da população do Estado de Minas Gerais. Ademais, em 2009, o conjunto respondeu por 75,03% do Produto Interno Bruto (PIB) de MG (Apêndice A), de modo que a amostra selecionada pode ser considerada representativa, capaz de espelhar a diversidade que existe na população.

3.3 Coleta de Dados

Os dados foram coletados nas páginas eletrônicas oficiais de cada ente público selecionado, consideradas aquelas que apresentam a extensão *.gov.br*, definida pela configuração “*nomedomunicípio.mg.gov.br*”. Com base na estrutura dos *sites*, buscou-se as informações disponibilizadas voluntariamente, a fim de possibilitar a construção do Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (variável dependente). Para tal, foi realizado um procedimento baseado naquele operacionalizado por Cruz (2010): ao acessar a *homepage*, o conteúdo era acessado a partir do mapa do *site*; quando a *homepage* não continha o mapa do *site*, a busca era feita a partir dos *links* existentes na página principal; as informações não localizadas eram procuradas por meio do serviço de busca, caso este fosse disponibilizado na página eletrônica. Salienta-se que foram consideradas apenas as informações que se encontravam de forma permanente nos *sites* das entidades, sendo descartadas notícias pontuais referentes às informações selecionadas neste estudo.

As variáveis independentes foram coletadas em diversas bases de dados, quais sejam: portal eletrônico do município; *site* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); *homepage* do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG); Censo Demográfico 2010, disponibilizado no

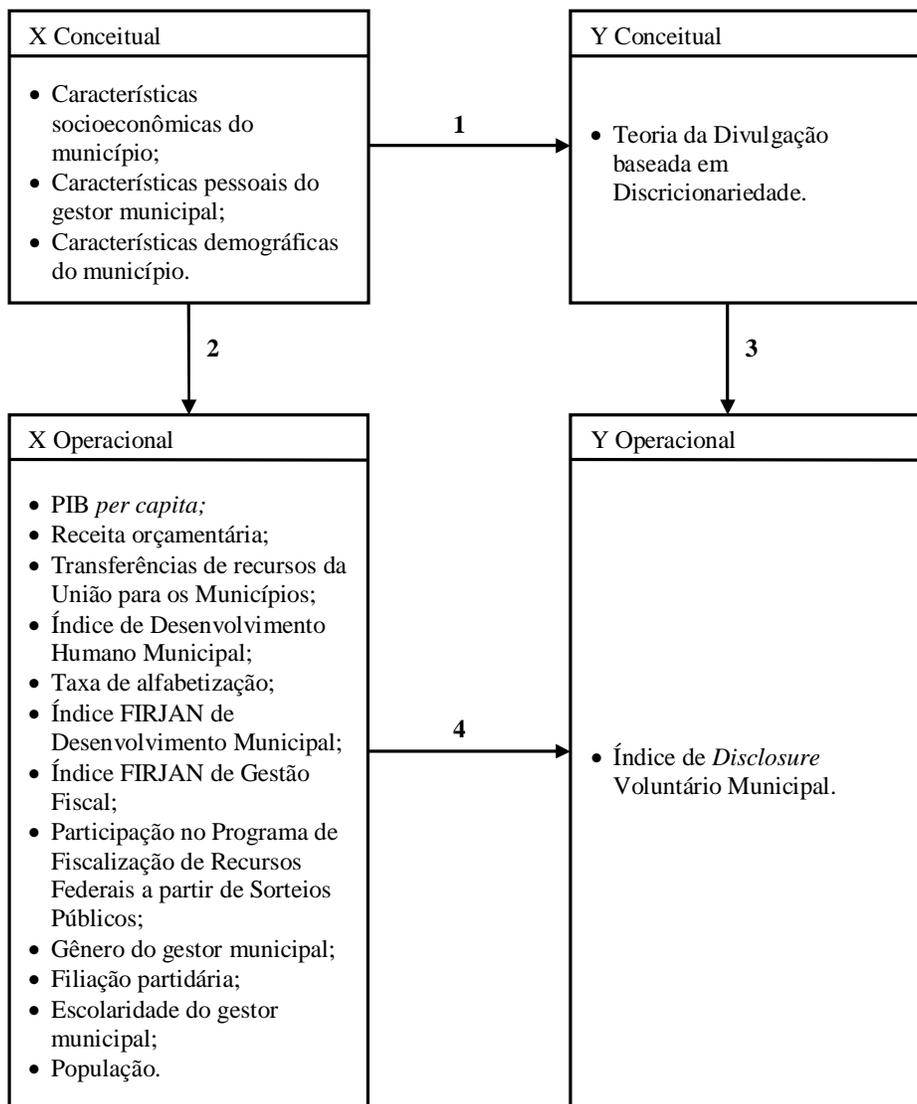
portal eletrônico do IBGE; banco de dados Finanças do Brasil, disponível na *homepage* da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível no portal eletrônico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); *site* da Firjan; *homepage* da Controladoria Geral da União (CGU); e Portal da Transparência do Governo Federal.

3.4 Variáveis Analisadas

O mapeamento da parte empírica deste estudo, incluindo as definições conceituais e operacionais das variáveis analisadas, encontra-se representado na Figura 3, conforme modelo de Libby, Bloomfield e Nelson (2002).

O *link* 1 representa a relação da teoria subjacente. Tendo em vista que nenhuma teoria pode ser testada diretamente, tal procedimento é realizado por meio da avaliação da relação entre as definições operacionais de conceitos chave da teoria (*link* 4). Para que este teste seja válido, as ligações entre os conceitos e as definições operacionais (*links* 2 e 3) devem ser válidas, ou seja, os *links* 2 e 3 do *libby boxes* conectam as definições conceituais e operacionais das variáveis X e Y (PIPPIN, 2006).

Figura 3: Estrutura da validade preditiva.



Fonte: elaborada pelos autores.

Nas seções que seguem, apresenta-se a descrição da variável dependente incluída no modelo (IDV-M), bem como das variáveis independentes e as respectivas *proxies* que foram utilizadas.

3.4.1 Construção da Variável dependente Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M)

O Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) construído para esta pesquisa teve por base os estudos de Welch e Wong (2001), Lima (2007), Santana Júnior (2008), Cruz (2010) e

Avelino *et al.* (2011). Foram, também, consideradas as recomendações de melhores práticas de transparência orçamentária fornecidas pela *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD), bem como os seguintes índices, adaptados à realidade brasileira: *Índice de Transparencia de los Ayuntamientos* (ITA), Índice de Transparência Municipal (ITM) e *Indice de Transparencia de las Diputaciones* (INDIP).

Desse modo, as informações que compõem o IDV-M foram baseadas nos subsídios anteriormente elencados, sendo o índice composto por um conjunto de 67 itens, relativos a informações que poderiam estar contidas nos portais eletrônicos das entidades selecionadas a título de evidenciação voluntária. A estrutura do IDV-M divide-se em quatorze dimensões relacionadas ao tipo de informação: (1) Visão geral do Município; (2) Relação com os cidadãos; (3) Análise do portal do município; (4) Contratação de serviços; (5) Urbanismo e obras públicas; (6) Assistência Social; (7) Meio ambiente; (8) Educação e Cultura; (9) Segurança Pública; (10) Administração; (11) Saúde e Saneamento; (12) Transporte Urbano; (13) *Layout* dos relatórios; e (14) Relatórios/Informações Contábeis Adicionais. No Quadro 5, são apresentadas as categorias de informações englobadas pelo IDV-M, além de elencarem-se pesquisas que já foram realizadas considerando alguns dos indicadores que compõem cada dimensão.

Quadro 5: Categorias de informações do IDV-M e pesquisas realizadas.

CATEGORIAS DE INFORMAÇÕES	FONTE / PESQUISAS REALIZADAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I - Visão geral do Município	ITM (2009); ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010); Avelino <i>et al.</i> (2011)	16 pts.
II - Relação com os cidadãos	ITM (2009); ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Santana Júnior (2008); Cruz (2010); Avelino <i>et al.</i> (2011)	14 pts.
III - Análise do portal do município	ITM (2009); ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Santana Júnior (2008); Cruz (2010)	14 pts.
IV - Contratação de serviços	ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)	4 pts.
V - Urbanismo e obras públicas	ITA (2010) / Cruz (2010)	10 pts.
VI - Assistência Social	Item incluído pela pesquisadora	6 pts.
VII - Meio ambiente	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	14 pts.
VIII - Educação e Cultura	OECD (2010) / Lima (2007); Cruz (2010); Avelino <i>et al.</i> (2011)	14 pts.
IX - Segurança Pública	OECD (2002) / Cruz (2010)	4 pts.
X - Administração	OECD (2002); ITM (2009) / Lima (2007); Lima (2009); Cruz (2010); Avelino <i>et al.</i> (2011)	8 pts.
XI - Saúde e Saneamento	OECD (2002); OECD (2011) / Cruz (2010)	8 pts.
XII - Transporte Urbano	OECD (2002) / Cruz (2010)	6 pts.
XIII - <i>Layout</i> dos relatórios	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
XIV - Relatórios/Informações Contábeis Adicionais	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2009); INDIP (2011) / Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	14 pts.
TOTAL		134 pts.

Os critérios utilizados para a elaboração do IDV-M, adaptados de Lanzana (2004), encontram-se detalhados no Quadro 6:

Quadro 6: Construção do Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M).

CHECK-LIST IDV-M	CRITÉRIO E PONTUAÇÃO	FONTE / PESQUISAS REALIZADAS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I - Visão geral do Município			
01 - Divulgação de informações sobre os órgãos vinculados ao Município, seus responsáveis e suas funções;	0 – Ausente 2 – Relação e detalhamento das funções e responsáveis pelos órgãos municipais	ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
02 - Divulgação da estrutura organizacional do Município em forma gráfica;	0 – Ausente 2 – Presente	Welch e Wong (2001)	2 pts.
03 - Divulgação de e-mail ou formulário de contato do prefeito, secretários e/ou vereadores do Município	0 – Ausente 1 – Divulgação do contato do prefeito 2 – Divulgação do contato do prefeito e colaboradores	ITM (2009); ITA (2010) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.
04 - Divulgação de endereço eletrônico (e-mail ou <i>site</i>) de órgãos municipais;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.
05 - Divulgação de informações sobre o perfil socioeconômico da população;	0 – Ausente 2 – Presente	Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
06 - Divulgação dos dados biográficos e profissionais do prefeito e vereadores;	0 – Ausente 1 – Divulgação dos dados do prefeito 2 – Divulgação dos dados do prefeito e vereadores	ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
07 - Divulgação da relação dos cargos de confiança do Município e suas respectivas atribuições;	0 – Ausente 1 – Relação dos cargos de confiança 2 – Relação dos cargos de confiança e respectivas atribuições	ITA (2010); INDIP (2011)	2 pts.
08 - O Município possui Agenda 21 Local e disponibiliza informações a ela concernentes;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010) / Cruz (2010)	2 pts.
II - Relação com os cidadãos			
09 - Divulgação de informações sobre concursos públicos e/ou outras oportunidades de emprego;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
10 - Divulgação de dados (número ou porcentagem) de solicitações de cidadãos atendidas pelos órgãos municipais;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.

11 - O portal eletrônico do Município permite dar entrada e/ou fazer acompanhamento de processos junto aos órgãos municipais;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.
12 - Divulgação de informações sobre audiências públicas, incluindo as apresentações dos relatórios/resultados das audiências já realizadas;	0 – Ausente 1 – Calendário de audiências realizadas e a realizar 2 – Calendário de audiências e apresentação dos resultados das já realizadas	ITM (2009); ITA (2010) / Santana Júnior (2008); Cruz (2010); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
13 - Divulgação da versão <i>online</i> do Diário Oficial do Município;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.
14 - Divulgação de informações sobre apoios e/ou subvenções concedidas a ONGs (associações, instituições culturais, sociais);	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
15 - O Município possui mecanismos de orçamento participativo e disponibiliza as informações necessárias para a participação dos cidadãos;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Item incluído pela pesquisadora	2 pts.
III - Análise do portal do município			
16 - O portal eletrônico do Município possui a ferramenta de “Mapa do site” para facilitar a busca de informações por parte do cidadão;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Santana Júnior (2008); Cruz (2010)	2 pts.
17 - O portal eletrônico do Município possui ferramenta de busca do conteúdo do portal por meio de palavras-chaves;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.
18 - O portal eletrônico do Município disponibiliza endereço eletrônico ou formulário de contato para registro de reclamações, comentários e sugestões;	0 – Ausente 2 – Presente	ITM (2009); ITA (2010); INDIP (2011) / Welch e Wong (2001); Santana Júnior (2008); Cruz (2010)	2 pts.
19 - Após o envio de e-mail ou preenchimento de formulário de contato, é remetida ao cidadão uma resposta automática, informando quanto tempo, aproximadamente, levará até que a solicitação efetuada seja respondida;	0 – Ausente 2 – Presente	Welch e Wong (2001)	2 pts.
20 - O portal eletrônico do Município oferece serviço de Ouvidoria <i>online</i> ;	0 – Ausente 2 – Presente	Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.
21 - O portal eletrônico do Município oferece informações em outros idiomas;	0 – Ausente 2 – Presente	Welch e Wong (2001); Cruz (2010)	2 pts.
22 - O portal eletrônico do Município fornece acessibilidade a deficientes visuais;	0 – Ausente 2 – Presente	Welch e Wong (2001)	2 pts.

IV - Contratação de serviços			
23 - Divulgação de informações sobre os processos licitatórios, evidenciando tanto as entidades ganhadoras, quanto aquelas não selecionadas, bem como os motivos considerados para a eliminação destas últimas;	0 – Ausente 1 – Divulgação das entidades ganhadoras e não selecionadas 2 – Divulgação das entidades ganhadoras e não selecionadas, bem como dos motivos para a eliminação destas últimas	ITA (2010); INDIP (2011)	2 pts.
24 - Divulgação de uma lista ou da quantia das operações com os principais fornecedores e/ou prestadores de serviços do município;	0 – Ausente 1 – Divulgação da lista dos principais fornecedores 2 – Divulgação da lista e da quantia das operações	ITA (2010); INDIP (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
V - Urbanismo e obras públicas			
25 – Divulgação de informações sobre o uso e ocupação do solo;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	ITA (2010) / Cruz (2010)	2 pts.
26 - Divulgação de informações sobre os projetos e os critérios das licitações das obras públicas mais importantes;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010)	2 pts.
27 - Divulgação de informações sobre as modificações nos projetos das obras públicas mais importantes;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010)	2 pts.
28 - Divulgação de listas com os nomes das empresas que realizaram as obras públicas mais importantes;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010)	2 pts.
29 - Divulgação de informações sobre os prazos de execução das obras públicas mais importantes;	0 – Ausente 2 – Presente	ITA (2010)	2 pts.
VI - Assistência Social			
30 - Divulgação de informações sobre acolhimento institucional;	0 – Ausente 2 – Presente	Item incluído pela pesquisadora	2 pts.
31 - Divulgação de informações sobre proteção e auxílio a portadores de necessidades especiais;	0 – Ausente 2 – Presente	Item incluído pela pesquisadora	2 pts.
32 - Divulgação de informações sobre políticas sociais;	0 – Ausente 2 – Presente	Item incluído pela pesquisadora	2 pts.
VII - Meio ambiente			
33 - Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: reciclagem;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.

34 - Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: descontaminação e recuperação de terras e águas;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
35 - Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: preservação de recursos naturais;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
36 - Divulgação de informações sobre Impactos Ambientais: reflorestamento;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
37 - Divulgação das despesas e investimentos relacionados à gestão ambiental;	0 – Ausente 2 – Presente	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
38 - Divulgação de informações sobre as iniciativas realizadas em termos de Educação Ambiental;	0 – Ausente 2 – Presente	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
39 - Divulgação de informações sobre incentivo e apoio a pesquisas ambientais;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
VIII - Educação e Cultura			
40 - Número ou relação dos estabelecimentos de ensino;	0 – Ausente 1 – Número de estabelecimentos 2 – Número e relação dos estabelecimentos	OECD (2010) / Cruz (2010)	2 pts.
41 - Número de alunos matriculados;	0 – Ausente 2 – Presente	OECD (2010) / Cruz (2010)	2 pts.
42 - Gasto médio por aluno ou gastos totais em educação;	0 – Ausente 1 – Gastos totais 2 – Gastos totais e <i>per capita</i>	OECD (2010) / Cruz (2010)	2 pts.
43 - Taxa de alfabetização;	0 – Ausente 2 – Presente	OECD (2010) / Cruz (2010)	2 pts.
44 - Número ou relação de professores;	0 – Ausente 1 – Número de professores 2 – Número e relação dos professores	OECD (2010) / Cruz (2010)	2 pts.
45 - Número ou relação de estabelecimentos culturais no município (teatro, cinema, parques);	0 – Ausente 1 – Número de estabelecimentos 2 – Número e relação dos estabelecimentos	OECD (2002); Cruz (2010)	2 pts.

46 - Divulgação de informações sobre programas de incentivo à cultura;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Lima (2007); Cruz (2010); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
IX - Segurança Pública			
47 - Número de policiais efetivos no município;	0 – Ausente 2 – Presente	OECD (2002) / Cruz (2010)	2 pts.
48 - Número ou relação de delegacias instaladas no município;	0 – Ausente 1 – Número de delegacias 2 – Número e relação das delegacias	OECD (2002) / Cruz (2010)	2 pts.
X - Administração			
49 - Informações sobre treinamento/qualificação de funcionários;	0 – Ausente 1 – Qualitativa 2 – Qualitativa e Quantitativa	Lima (2007); Lima (2009); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
50 - Número ou relação de servidores;	0 – Ausente 1 – Número de servidores 2 – Número e relação dos servidores	ITM (2009) / Cruz (2010)	2 pts.
51 - Salário médio dos servidores;	0 – Ausente 2 – Presente	ITM (2009) / Cruz (2010)	2 pts.
52 - Planos de carreira (cargos e salários) dos servidores públicos municipais;	0 – Ausente 2 – Presente	OECD (2002) / Cruz (2010)	2 pts.
XI - Saúde e Saneamento			
53 - Número ou relação de hospitais ou unidades de saúde do município;	0 – Ausente 1 – Número de hospitais 2 – Número e relação dos hospitais	OECD (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
54 - Gasto <i>per capita</i> na área de saúde ou gastos totais;	0 – Ausente 1 – Gastos totais 2 – Gastos totais e <i>per capita</i>	OECD (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
55 - Número de médicos;	0 – Ausente 2 – Presente	OECD (2011) / Cruz (2010)	2 pts.
56 - Número de domicílios ou percentual populacional com acesso a serviço de saneamento básico;	0 – Ausente 2 – Presente	OECD (2002) / Cruz (2010)	2 pts.
XII - Transporte Urbano			
57 - Divulgação de informações sobre as infrações processadas;	0 – Ausente 2 – Presente	Item incluído pela pesquisadora	2 pts.

58 - Divulgação de informações sobre a frota do sistema de transporte alternativo e transporte coletivo;	0 – Ausente 2 – Presente	Item incluído pela pesquisadora	2 pts.
59 - Divulgação de informações sobre as linhas e roteiros do transporte municipal;	0 – Ausente 2 – Presente	OECD (2002) / Cruz (2010)	2 pts.
XIII - Layout dos relatórios			
60 - Utilização de recursos gráficos	0 – Ausente 2 – Presente	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
XIV - Relatórios/Informações Contábeis Adicionais			
61 - Balanço Social	0 – Ausente 1 – Apenas dois anos 2 – Período superior a dois anos	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
62 - Balanços em Correção Monetária Integral	0 – Ausente 1 – Apenas dois anos 2 – Período superior a dois anos	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011)	2 pts.
63 - Relatórios da Auditoria e/ou Controle Interno	0 – Ausente 2 – Presente	Lima (2007); Avelino <i>et al.</i> (2011), INDIP (2011)	2 pts.
64 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	0 – Ausente 2 – Presente	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (volume V)	2 pts.
65 - Demonstração do Resultado Econômico	0 – Ausente 2 – Presente	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (volume V)	2 pts.
66 - Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	0 – Ausente 2 – Presente	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (volume II)	2 pts.
67 - Depreciação, Amortização e Exaustão	0 – Ausente 2 – Presente	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (volume II)	2 pts.
TOTAL			134 pts.

Salienta-se que a divulgação das demonstrações elencadas nos itens 64 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e 65 (Demonstração do Resultado Econômico) do IDV-M se tornará obrigatória para os municípios a partir do exercício de 2013, conforme determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (volume V), aprovado pela Portaria STN nº 751/09. De forma similar, a divulgação de informações sobre reavaliações e testes de *impairment* (item 66) também se tornará obrigatória para os municípios a partir do exercício de 2013, de acordo com as especificações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (volume II), aprovado pela Portaria STN nº 467/09. O Manual estabelece que as reavaliações deverão ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos: (a) anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados; ou (b) a cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas. Os acréscimos ou os decréscimos do valor do ativo em decorrência, respectivamente, de reavaliação ou redução ao valor recuperável (*impairment*) deverão ser registrados em contas de resultado.

As informações relacionadas ao item 67 (Depreciação, Amortização e Exaustão), também, deverão ser divulgadas pelos municípios, obrigatoriamente, a partir do exercício de 2013, conforme disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (volume II), aprovado pela Portaria STN nº 467/09. De acordo com o Manual, a entidade pública necessita apropriar ao resultado de um período o desgaste do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão, obedecendo ao princípio da competência. Como as taxas anuais de depreciação a serem aplicadas no setor público ainda não foram definidas, os municípios que desejarem realizar tal procedimento de forma facultativa antes do exercício de 2013, podem depreciar os seus bens utilizando as taxas definidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, aplicadas a empresas privadas. Portanto, no período de realização desta pesquisa, informações concernentes aos itens 64 a 67 do IDV-M, se divulgadas, configuram-se como evidenciações voluntárias.

O Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) é uma variável de natureza quantitativa e pode variar de 0 a 134 (67 itens com pontuação máxima de 2 pontos). A *proxy* empregada para representar a variável dependente consistiu no escore resultante da aplicação do *check-list* utilizado para a elaboração do IDV-M nas páginas eletrônicas dos municípios

componentes da amostra e é a pontuação total obtida por cada município no índice em questão. Destaca-se que foi realizado o teste de consistência interna do IDV-M por meio do Alfa de Cronbach, que apresentou resultado de 0,8829.

3.4.2 Variáveis Independentes

Em pesquisa realizada pela ONU em 2003 (*Global E-Government Survey 2003*), verificou-se que o progresso geral de uma nação, no que se refere às políticas de governo eletrônico, está associado à sua situação social, política e econômica. Assim, o estágio de implementação do governo eletrônico em um país é reflexo de seus níveis de desenvolvimento econômico, tecnológico e de recursos humanos, de modo que nações com melhores indicadores sociais geralmente possuem resultados mais consistentes em termos de governo eletrônico (UNITED NATIONS, 2004). De forma similar, Pinho (2006) e Cruz (2010) também assumiram em seus estudos o pressuposto de que nos municípios mais desenvolvidos encontram-se as melhores condições (econômicas, sociais, políticas, tecnológicas) para implantar melhores portais eletrônicos; portanto, estes tendem a apresentar maior evidência e maior transparência de informações acerca da gestão pública. Nesse cenário, tendo em vista que pesquisas anteriores encontraram relações positivas entre os níveis de evidência em portais eletrônicos e indicadores socioeconômicos, foram selecionados neste estudo os seguintes indicadores para refletir as condições econômicas e sociais dos municípios pesquisados: receita orçamentária, transferências de recursos da União para os Municípios, PIB *per capita*, IDH-M, taxa de alfabetização e IFDM.

Adicionalmente, optou-se por incluir nesta pesquisa variáveis que representassem características pessoais dos gestores municipais, baseando-se na hipótese levantada por Loureiro, Teixeira e Prado (2008) de que variáveis políticas (comprometimento do chefe do executivo com a transparência, por exemplo) teriam mais a ver com o grau de transparência das entidades públicas do que as variáveis socioeconômicas. Desse modo, foram selecionadas, além dos indicadores socioeconômicos, as seguintes variáveis: gênero e escolaridade do(a) prefeito(a), com vistas a verificar se estas exercem influência no nível de divulgação de informações voluntárias.

As demais variáveis analisadas no presente estudo são: filiação partidária do(a) gestor(a) municipal, população, Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais (CRUZ, 2010; FIRJAN, 2011; CGU, 2012b).

Na sequência, são apresentadas as variáveis independentes selecionadas e as respectivas *proxies* que foram utilizadas.

I) Gênero do(a) gestor(a) municipal (GEN): variável qualitativa de natureza dicotômica, sendo 1 para gênero feminino e 0 para gênero masculino.

II) Filiação partidária do(a) gestor(a) municipal (PMDB, PR, PSDB e PT): variável de natureza qualitativa; foi coletada na *homepage* do TRE-MG. Divide a filiação partidária do(a) gestor(a) municipal em cinco categorias: PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PR (Partido da República), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), PT (Partido dos Trabalhadores) e Outros Partidos. Como *proxies* para representar a variável em questão, foram utilizadas quatro *dummies* (PMDB, PR, PSDB e PT), sendo PMDB = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PMDB e = 0, caso contrário; PR = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PR e = 0, caso contrário; PSDB = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PSDB e = 0, caso contrário; PT = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PT e = 0, caso contrário. Desse modo, a categoria Outros Partidos foi considerada a referência.

III) Escolaridade do(a) gestor(a) municipal (ESC1 e ESC2): variável de natureza qualitativa; foi coletada na *homepage* do TSE. Divide os gestores municipais em três níveis de escolaridade: nível fundamental ou inferior, nível médio e formação superior. Como *proxies* para representar a variável em questão, foram utilizadas duas *dummies* (ESC1 e ESC2), sendo ESC1 = 1 se o grau de escolaridade do(a) gestor(a) municipal refere-se ao nível fundamental ou inferior e ESC1 = 0, caso contrário; ESC2 = 1 se o(a) gestor(a) municipal possui ensino médio completo e ESC2 = 0, caso contrário. Dessa forma, o nível superior foi considerado a categoria de referência.

IV) PIB per capita (PIB): variável de natureza quantitativa; foi obtida no banco de dados do IBGE, referente ao ano de 2009 (Censo Demográfico 2010).

V) Receita orçamentária (REC): variável de natureza quantitativa; foi obtida no banco de dados Finanças do Brasil (FINBRA), disponível no portal eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente ao exercício de 2010.

VI) População (POPUL): variável de natureza quantitativa; foi obtida no banco de dados Finanças do Brasil (FINBRA), disponível no portal eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente ao exercício de 2010.

VII) Transferências de recursos da União para os Municípios (TRANSF): variável de natureza quantitativa, disponível no Portal da Transparência do Governo Federal, referente ao exercício de 2010.

Salienta-se que, em relação às variáveis PIB *per capita*, receita orçamentária, população e transferências de recursos da União para os Municípios, optou-se por utilizar o logaritmo natural (*ln*) de tais indicadores, haja vista que o uso do logaritmo permite compactar a informação (CASAS, 2006) e, portanto, comprimir escalas quando a faixa de variação de valores é muito ampla. Adicionalmente, a transformação mencionada permitiu reduzir a concentração de valores à esquerda, possibilitando uma aproximação da curva de distribuição normal.

VIII) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M): variável de natureza quantitativa; foi obtida no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2012a), referente ao ano de 2000.

IX) Taxa de alfabetização (ALF): variável de natureza quantitativa; foi obtida no banco de dados do IBGE, referente ao ano de 2010 (Censo Demográfico 2010).

X) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM): variável de natureza quantitativa; foi obtida na *homepage* da Firjan (<http://www.firjan.org.br>), referente à edição 2011, ano base 2009.

O Sistema Firjan estipulou as seguintes classificações para o índice em questão:

- a) municípios com IFDM entre 0 e 0,4: baixo estágio de desenvolvimento;
- b) municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6: desenvolvimento regular;

- c) municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8: desenvolvimento moderado;
- d) municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0: alto estágio de desenvolvimento.

XI) Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF): variável de natureza quantitativa; foi obtida na *homepage* da Firjan (<http://www.firjan.org.br>), referente à edição 2012, ano base 2010.

De forma equivalente ao IDH e IFDM, o IFGF também varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município no ano em observação. Com base nessa metodologia, o Sistema Firjan estipulou as seguintes classificações:

- a) resultados superiores a 0,8 pontos: conceito A (Gestão de Excelência);
- b) resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 pontos: conceito B (Boa Gestão);
- c) resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 pontos: conceito C (Gestão em Dificuldade);
- d) resultados inferiores a 0,4 pontos: conceito D (Gestão Crítica).

XII) Participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos (PFRF): variável qualitativa de natureza dicotômica, sendo 1 para os municípios que já foram sorteados pelo programa, conforme informações disponíveis na *homepage* da CGU (<http://www.cgu.gov.br>) e 0 para os demais.

3.5 Hipóteses

Com o intuito de verificar o relacionamento entre as variáveis anteriormente elencadas, apresentam-se, na sequência, a construção teórica e a fundamentação das hipóteses que estabelecem a relação entre o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal e as variáveis explicativas.

***H₁*:** *A variável gênero do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa em relação ao IDV-M.*

É fato que a discriminação que recai sobre o gênero feminino tem alcançado diversos campos da sociedade na esfera mundial, como a educação, o trabalho, a política e a ciência (DE LUCA *et al.*, 2011). A entrada da mulher no mercado de trabalho e sua luta por igualdade de direitos e condições culminou na redefinição da identidade feminina, na percepção das

questões de gênero e na necessidade de acompanhar e entender a representação elaborada sobre sua inserção no mundo do trabalho (MELO; MAGESTE; MENDES, 2006).

No âmbito da política, a Lei nº 12.034/2009 estabelece que do número de vagas previstas nas eleições, cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero. Desse modo, ao menos 30% dos candidatos a cargos políticos devem pertencer ao gênero feminino. Grossi e Miguel (2001) esclarecem que a política de cotas é uma medida que visa alterar variados quadros de desigualdades. De acordo com as autoras, esse tipo de ação reconhece as discriminações existentes e age no sentido de impedir que estas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por gênero,

esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 169).

No entanto, o que se verifica na prática é que a determinação da Lei Eleitoral para que os partidos destinem pelo menos 30% de suas vagas a candidatas mulheres não é seguida à risca. Nas eleições de 2010, por exemplo, de acordo com dados do TSE, dos 18.613 candidatos a cargos políticos, apenas 3.763 eram mulheres (20,22%).

Grossi e Miguel (2001) salientam, porém, que os esforços no sentido de procurar influir na quantidade e na qualidade da participação das mulheres na disputa e na prática política contribuem para a construção de novas posturas nos partidos políticos e no eleitorado. Segundo as autoras, de forma ainda pequena, mas visível, aumenta a presença das mulheres nas disputas eleitorais: nas eleições de 1998, pela primeira vez na história do Brasil, houve uma candidata à Presidência da República; nas eleições de 2000, concorreram 70.321 mulheres às Câmaras de Vereadores e 1.139 às Prefeituras Municipais; em 2008, esse número passou para 77.025 candidatas ao cargo de vereadoras e 2.483 candidatas à prefeitura (TSE, 2011).

Diversos estudos têm demonstrado que há diferença nas escolhas feitas por homens e mulheres. De acordo com Silveira (2006), a concepção de gênero vem sendo tratada sob diferentes enfoques: o da relação de poder, do nível de comprometimento, dos comportamentos organizacionais decorrentes de maior ou menor heterogeneidade dos grupos,

do desenvolvimento de carreira e assimetrias de recompensa e dos estilos de gerenciamento e valores pessoais. Em comum, essas pesquisas aceitam a concepção de que, se por um lado há diferenças biológicas que caracterizam o pertencimento ao sexo masculino ou ao feminino, por outro a masculinidade ou feminilidade é uma construção social e reproduz as condições contextuais desenvolvidas e reforçadas pelas instituições, como o sistema educacional, as políticas públicas e organizacionais, família, religião, cultura nacional, dentre outras (SILVEIRA, 2006).

Para Bairros (1995), aspectos associados à maternidade e à sexualidade feminina determinariam o comportamento da mulher como sendo mais altruísta, cuidadosa, zelosa e detalhista. Porém, não se considera, *a priori*, que características inerentes ao gênero feminino culminariam no fato de que as gestoras municipais estariam mais propensas a prezar pela transparência nas contas públicas. O que está se admitindo na construção da hipótese é que há diferença entre o comportamento feminino e masculino motivado por experiências e objetivos proporcionados por cada gênero.

Nesse contexto, considerando-se as diferentes trajetórias pelas quais políticos dos gêneros masculino e feminino vêm percorrendo, além dos aspectos tratados pela Teoria do Sexismo, que reconhece a diferenciação entre comportamento e escolha entre homens e mulheres, considera-se que a forma de governar apresentaria aspectos distintos dependendo do gênero do candidato eleito.

H₂: A variável filiação partidária do(a) gestor(a) municipal não é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M.

Os partidos têm papéis específicos em duas arenas do sistema político: a eleitoral e a decisória. Na arena eleitoral, conforme salienta Kinzo (2004), seu papel específico é o de competir pelo apoio dos eleitores, com o intuito de conquistar posições de poder. Para a autora supracitada, é por meio desse mecanismo que a cadeia de representação política se forma nas democracias representativas, cadeia esta que vincula os cidadãos às arenas públicas de tomada de decisões. No âmbito decisório, a atividade dos partidos está vinculada à formulação, ao planejamento e à implementação de políticas públicas, participando como atores legítimos no jogo de poder e no processo de negociação política. Nesse cenário, são agentes essenciais no processo democrático representativo, uma vez que estão respaldados no

voto popular. De fato, somente com base no apoio eleitoral é possível, na conjuntura das democracias de massa, falar de partidos como canais de expressão e representação de interesses, como um vínculo entre a sociedade e o Estado (KINZO, 2004).

Kinzo (2005) salienta, no entanto, que apesar da existência de partidos diversos, os eleitores apresentam dificuldade de identificar os partidos como atores políticos distintos, ou seja, como entidades que estruturam a escolha eleitoral e criam identidades. Assim, em uma situação de clara fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em decorrência da prática de alianças eleitorais, é difícil para o eleitor mediano fixar a imagem dos partidos, distinguir seus líderes e propostas e, dessa forma, estabelecer uma lealdade partidária. Considerando-se tais aspectos, a visibilidade dos partidos, essencial para o desenvolvimento da identificação partidária, tende a ocorrer apenas se estes forem muito bem organizados e tiverem uma clara estratégia para construir um perfil diferenciado (KINZO, 2005).

Nesse sentido, apesar de os partidos políticos apresentarem ideologias e programas de governo diferentes, percebe-se uma acentuada dificuldade em identificá-los como atores políticos distintos. Portanto, supõe-se, de forma similar ao considerado por Cruz (2010), que não há diferenças significativas no nível de divulgação de informações voluntárias nos portais eletrônicos de municípios governados por gestores de partidos diferentes.

H₃: A escolaridade do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M.

Schlegel (2010) esclarece que a educação, entendida como aprendizado formal e estruturado, é um dos fatores mais relevantes como determinante do comportamento político do cidadão, conforme a perspectiva predominante na Ciência Política. De acordo com o autor, mesmo em modelos multicausais, a escolaridade costuma ser apontada como preditor fundamental para atitudes como disposição de participar e apoio à democracia. No nível individual, a instrução formal é a variável socioeconômica e demográfica com os efeitos mais perceptíveis em análises do tipo transversal, que contemplam um único ponto no tempo. Nesses estudos, ela aparece em correlação consistente, forte e positiva com dimensões como interesse por política, conhecimento de informações políticas, engajamento cívico e social ou com indicadores relacionados a atitudes democráticas e legitimidade, como tolerância e eficácia política (SCHLEGEL, 2010).

Moisés (1995), por exemplo, identificou que o interesse por política e a adesão a valores democráticos estão associados positivamente à escolaridade e à renda do indivíduo. De forma similar, em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1996), os resultados apontaram que a escolaridade é um fator que afeta o grau de participação em atividades políticas e sociais. Assim, com o aumento do número de anos de estudo, cresce gradativa e regularmente a proporção de pessoas que participam destas atividades. Comparando-se os extremos, o número de pessoas participativas é proporcionalmente três vezes maior entre aquelas com 11 anos e mais de estudo do que entre aquelas sem instrução ou com menos de quatro anos de estudo (IBGE, 1996). Ademais, de acordo com o Banco Mundial (2008), embora não se possam estabelecer relações causais entre os graus de escolaridade e a experiência progressiva e tampouco entre estes dois elementos e a certeza de uma boa liderança, é possível considerar que tais elementos se configuram como pré-requisitos, ao menos em tese, para exercer de forma bem sucedida um cargo que requer este traço.

No entanto, embora diversos estudos apontem para a associação positiva entre escolaridade e comportamento político, existem, também, evidências empíricas que contrariam a expectativa central dessa abordagem tradicional (SCHLEGEL, 2010). Delli Carpini e Keeter (1996) verificaram que o conhecimento sobre política não cresceu nos Estados Unidos entre as décadas de 1950 e 1990, apesar do aumento nos níveis médios de instrução. Schlegel (2010), por sua vez, coletou evidências que indicaram que a elevação da escolaridade impactou o comportamento político do brasileiro, mas não da forma prevista pela perspectiva convencional, de modo que, comparados com a expectativa da abordagem tradicional, os efeitos do aumento na escolarização média foram menores do que se podia presumir.

Em linha com a abordagem tradicional relacionada à escolaridade e comportamento político, especificamente ligado a aspectos de legitimidade e eficácia política, pressupõe-se, neste estudo, que há diferença significativa no nível de divulgação de informações voluntárias nos portais eletrônicos dos municípios da amostra quando se considera a escolaridade do(a) gestor(a) municipal.

H₄: *O PIB per capita do município é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.*

O PIB *per capita* municipal é um indicador do nível de atividade econômica do município, sendo calculado pelo valor total dos bens e serviços produzidos, dividido pela população total (CRUZ, 2010). Conforme já mencionado, espera-se que, em geral, municípios com maior nível de atividade econômica apresentem maior índice de transparência de sua gestão (SANTANA JÚNIOR, 2008; CRUZ, 2010), o que implicaria em melhores níveis de divulgação de informações voluntárias em seus portais eletrônicos.

H₅: *A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.*

O modelo analítico proposto por Verrechia (2001) para *disclosure* discricionário pressupõe que o nível de *disclosure* tem correlação positiva com o desempenho da empresa. Nesse sentido, o desempenho de uma companhia pode ser determinado pelo valor da receita, de modo que se espera que empresas com melhor desempenho apresentem maior nível de divulgação (BRAGA; OLIVEIRA; SALOTTI, 2009). De maneira similar, as entidades públicas também apresentam capacidade de auferir receitas, advindas da arrecadação em forma de tributos, contribuições, receitas de serviços, transferências e outros. Pressupõe-se, desse modo, de forma análoga ao considerado por Cruz (2010), que municípios com melhores condições econômicas em decorrência de volumes maiores de recursos arrecadados, tenderiam a implantar melhores portais eletrônicos e a divulgar mais informações.

H₆: *A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.*

De acordo com Ahmed e Courtis (1999), diversos estudos têm apontado o tamanho da empresa como sendo significativamente e positivamente associado a níveis de *disclosure*, haja vista a prerrogativa de que empresas maiores teriam maior capacidade de suportar possíveis custos decorrentes do processo de divulgação. O tamanho das companhias é mensurado normalmente nas pesquisas pelo número de empregados, valor do ativo total, receita de vendas ou de acordo com *ranking* de periódicos (NUNES; TEIXEIRA; NOSSA, 2009), podendo ser medido, ainda, pelo valor contábil dos ativos, valor de mercado da firma, receita

total ou número de acionistas (LIMA, 2009). Desse modo, considerando-se a citação de Hackston e Milne (1996) de que não há nenhuma sustentação teórica para mensurar o tamanho das entidades, optou-se por considerar o número de habitantes como o indicador de tamanho dos municípios analisados, de forma similar ao número de acionistas, pressupondo-se que um elevado número de cidadãos tenderia a exercer maior pressão para que a entidade pública divulgasse uma maior quantidade e qualidade de informações.

H₇: A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.

De acordo com Cataia (2011), o enfoque predominante da Constituição de 1988 foi orientado pelo princípio da “subsidiariedade”, com a transferência para os governos subnacionais da responsabilidade sobre a alocação da totalidade dos recursos, tanto os provenientes de arrecadação própria quanto os transferidos por níveis superiores de governo. Desse enfoque descentralizador, conforme salienta o autor mencionado, derivou uma concepção normativa para as transferências intergovernamentais (União/Municípios), segundo a qual as transferências de recursos deveriam ser livres de interveniências políticas e as dotações de recursos deveriam ser isentas de qualquer condicionalidade em seu uso, dando origem às denominadas Transferências Constitucionais e Legais. Dentre estas transferências, destaca-se, por exemplo, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), destinado aos municípios pela União, cuja conotação é redistributiva, ou seja, trata-se de uma transferência de receita que de outra maneira o município não teria como arrecadar. O FPM propicia aos municípios recursos que não têm qualquer relação com as bases tributárias de sua jurisdição, desse modo, não é devolução tributária, é distribuição de acordo com o número de habitantes e a renda *per capita* inversa (CATAIA, 2011).

Além das Transferências Constitucionais e Legais, ainda existem as Transferências Voluntárias, representadas pelos recursos financeiros repassados pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios como resultado da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares cuja finalidade é a realização de obras e/ou serviços de interesse comum e coincidente às três esferas de governo. Porém, diferentemente das Transferências Constitucionais e Legais, as Transferências Voluntárias exigem contrapartida e não são de uso incondicional (CATAIA, 2011).

Independente das transferências de recursos provenientes da União serem de natureza legal ou voluntária, estas propiciam melhores condições econômicas aos municípios beneficiados. Assim, pressupõe-se que municípios favorecidos com volumes maiores de recursos repassados pela União tenderiam a divulgar mais informações, inclusive como uma forma de prestação de contas em relação aos recursos recebidos.

H₈: O IDH-M é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida para avaliar o progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso à educação e um padrão decente de vida (PNUD, 2012a). O objetivo da elaboração do IDH é oferecer um contraponto ao PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Além de computar o PIB *per capita*, o índice em questão também leva em consideração dois outros componentes: a longevidade e a educação (PNUD, 2012a).

O IDH foi analisado nos estudos de Oliveira, Silva e Moraes (2008), Cruz (2010), dentre outros, sendo que, de forma similar ao considerado por Cruz (2010), pressupõe-se que municípios mais desenvolvidos apresentem melhores níveis de evidenciação, culminando em uma maior transparência eletrônica de sua gestão.

H₉: A taxa de alfabetização do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.

Segundo o PNUD (2012b), a taxa de alfabetização consiste no percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizadas, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. A variável supracitada foi analisada nos trabalhos de Lock (2003), Cruz (2010) e Santana Júnior (2008), com vistas a verificar a associação desta com os níveis de transparência municipal nos dois primeiros estudos e em âmbito estadual na pesquisa de Santana Júnior (2008).

Nesse contexto, considerando-se que alguns indicadores educacionais, relacionados ao grau de instrução da população de um município ou Estado, podem indicar a capacidade do conjunto dos seus cidadãos em compreender melhor os direitos e deveres individuais e coletivos perante a sociedade (SANTANA JÚNIOR, 2008), pressupõe-se que municípios com maiores taxas de alfabetização tenderiam a prezar mais pela transparência de sua gestão, tendo em vista a premissa de que cidadãos que compreendem melhor seus direitos exercem maior cobrança e fiscalizam de forma mais efetiva seus governantes.

H₁₀: O IFDM é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) consiste em um estudo anual do Sistema Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que acompanha o desenvolvimento dos 5.564 municípios brasileiros em três áreas: Emprego e Renda; Educação; e Saúde. O índice é construído, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde (FIRJAN, 2011), variando de 0 a 1, de modo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Uma das vantagens do IFDM é permitir a orientação de ações públicas e o acompanhamento de seus impactos sobre o desenvolvimento dos municípios, constituindo-se em uma importante ferramenta de gestão pública e de *accountability* democrática (FIRJAN, 2011). Nesse sentido, de forma similar ao considerado por Cruz (2010), pressupõe-se que municípios com melhores indicadores socioeconômicos, tais como o IFDM, tenderiam a apresentar melhores níveis de divulgação voluntária em seus portais eletrônicos.

H₁₁: O IFGF é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) foi desenvolvido para contribuir com uma gestão pública eficiente e democrática, sendo o índice caracterizado como uma ferramenta de *accountability*, cujo objetivo consiste em estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que possibilitem o aperfeiçoamento das decisões quanto à alocação dos recursos públicos, bem como maior controle social da gestão fiscal dos

municípios. O IFGF é composto por cinco indicadores: Receita Própria, Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, tendo como base de dados as estatísticas oficiais disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, constituídas por informações orçamentárias e patrimoniais prestadas pelos próprios municípios (FIRJAN, 2011).

No presente estudo, considerando-se que o IFGF pode ser tratado como uma ferramenta de *accountability*, pressupõe-se que municípios com melhores desempenhos no índice em questão tenderiam a apresentar melhores níveis de divulgação voluntária em seus portais eletrônicos.

H₁₂: A participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.

O Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos é uma iniciativa do governo federal que visa inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública. Criado em abril de 2003, o Programa usa o mesmo sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, as áreas municipais e estaduais a serem fiscalizadas quanto ao correto uso dos recursos públicos federais (CGU, 2012b).

A cada sorteio são definidos 60 municípios e, em cada uma dessas unidades, os auditores examinam contas e documentos e fazem inspeção pessoal e física das obras e serviços em realização, mas privilegiam, sobretudo, o contato com a população, diretamente ou por meio dos conselhos comunitários e outras entidades organizadas. Fazem parte do sorteio municípios com até 500 mil habitantes, porém, a partir de 2007, as capitais e os grandes municípios (com mais de 500 mil habitantes) passaram a ser objeto de um programa contínuo de fiscalização (CGU, 2012b).

Os relatórios contendo os resultados dos sorteios são encaminhados aos Ministérios gestores das políticas públicas, possibilitando a adoção de providências para a correção de desvios verificados, bem como subsidiando a avaliação dos programas de governo e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias (CGU, 2012b). Assim, pressupõe-se que os municípios que já foram alvo desta fiscalização e, conseqüentemente, receberam o

relatório da Controladoria Geral da União (CGU) detalhando possíveis falhas, estariam, após o ocorrido, mais comprometidos com a transparência das contas públicas, apresentando níveis mais significativos de divulgação voluntária.

No Quadro 7, apresenta-se um resumo das variáveis e *proxies* selecionadas no estudo, bem como das hipóteses a estas relacionadas.

Quadro 7: Resumo das variáveis e *proxies* selecionadas e das hipóteses a estas relacionadas.

CÓDIGO	VARIÁVEL	PROXY	CLASSIFICAÇÃO	HIPÓTESE	FONTE	SINAL ESPERADO
IDV-M	Índice de <i>Disclosure</i> Voluntário Municipal	Pontuação total obtida por cada município no índice em questão	Variável dependente quantitativa	NA	Análise do portal eletrônico do município	NA
GEN	Gênero do(a) gestor(a) municipal	1 para gênero feminino e 0 para gênero masculino	Variável explicativa qualitativa	<i>H₁: A variável gênero do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa em relação ao IDV-M.</i>	TSE	NA
PMDB PR PSDB PT	Filiação partidária	PMDB = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PMDB; = 0, caso contrário. PR = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PR; = 0, caso contrário. PSDB = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PSDB; = 0, caso contrário. PT = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PT; = 0, caso contrário.	Variável explicativa qualitativa	<i>H₂: A variável filiação partidária do(a) gestor(a) municipal não é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M.</i>	TRE-MG	NA
ESC1 ESC2	Escolaridade do(a) gestor(a) municipal	ESC1 = 1 se o grau de escolaridade do(a) gestor(a) municipal refere-se ao nível fundamental ou inferior e ESC1 = 0, caso contrário; ESC2 = 1 se o(a) gestor(a) municipal possui ensino médio completo e ESC2 = 0, caso contrário;	Variável explicativa qualitativa	<i>H₃: A escolaridade do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M.</i>	TSE	NA
PIB	PIB <i>per capita</i>	Logaritmo natural (<i>ln</i>) do PIB <i>per capita</i> de 2009	Variável explicativa quantitativa	<i>H₄: O PIB per capita do município é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	IBGE	+

REC	Receita orçamentária	Logaritmo natural (<i>ln</i>) da receita orçamentária de 2010	Variável explicativa quantitativa	<i>H₅: A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	FINBRA	+
POPUL	População	Logaritmo natural (<i>ln</i>) da população total do município em 2010	Variável explicativa quantitativa	<i>H₆: A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	FINBRA	+
TRANSF	Transferências de recursos da União para os Municípios	Logaritmo natural (<i>ln</i>) do montante de recursos repassados a cada município em 2010	Variável explicativa quantitativa	<i>H₇: A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	Portal da Transparência do Governo Federal	+
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	IDH-M de 2000	Variável explicativa quantitativa	<i>H₈: O IDH-M é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	+
ALF	Taxa de alfabetização	% de pessoas acima de 15 anos alfabetizadas em 2010	Variável explicativa quantitativa	<i>H₉: A taxa de alfabetização do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	IBGE	+
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal	IFDM de 2009	Variável explicativa quantitativa	<i>H₁₀: O IFDM é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	Firjan	+
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal	IFGF de 2010	Variável explicativa quantitativa	<i>H₁₁: O IFGF é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	Firjan	+
PFRF	Participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos	1 para os municípios que já foram sorteados pelo programa e 0 para os demais	Variável explicativa qualitativa	<i>H₁₂: A participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva.</i>	CGU	+

Legenda: NA = Não Aplicável

3.6 Modelo Estatístico

O modelo utilizado para alcançar o objetivo geral deste estudo e testar a associação entre o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) e as variáveis independentes é assim descrito, de forma simplificada:

$$\begin{aligned} \text{IDVM}_i = & \beta_0 + \beta_1 \text{GEN}_i + \beta_2 \text{PMDB}_i + \beta_3 \text{PR}_i + \beta_4 \text{PSDB}_i + \beta_5 \text{PT}_i + \beta_6 \text{ESC1}_i + \\ & + \beta_7 \text{ESC2}_i + \beta_8 \text{PIB}_i + \beta_9 \text{REC}_i + \beta_{10} \text{POPUL}_i + \beta_{11} \text{IDHM}_i + \beta_{12} \text{ALF}_i + \\ & + \beta_{13} \text{IFDM}_i + \beta_{14} \text{IFGF}_i + \beta_{15} \text{PFRF}_i + \beta_{16} \text{TRANSF}_i + \varepsilon_i \end{aligned}$$

Em que,

IDVM (Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal) = variável dependente

GEN (Gênero do(a) gestor(a) municipal) = 1 para gênero feminino; = 0 para gênero masculino;

PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PMDB; = 0, caso contrário.

PR (Partido da República) = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PR; = 0, caso contrário.

PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PSDB; = 0, caso contrário.

PT (Partido dos Trabalhadores) = 1 se o(a) gestor(a) municipal encontra-se filiado ao PT; = 0, caso contrário.

ESC1 (Escolaridade 1) = 1 se o grau de escolaridade do(a) gestor(a) municipal refere-se ao nível fundamental ou inferior; = 0, caso contrário;

ESC2 (Escolaridade 2) = 1 se o(a) gestor(a) municipal possui ensino médio completo; = 0, caso contrário;

PIB (PIB *per capita*) = logaritmo natural (\ln) do PIB *per capita* de 2009;

REC (Receita orçamentária) = \ln da receita orçamentária de 2010;

POPUL (População) = \ln da população total do município em 2010;

IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) = IDH-M de 2000;

ALF (Taxa de alfabetização) = % de pessoas acima de 15 anos alfabetizadas em 2010;

IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) = IFDM de 2009;

IFGF (Índice Firjan de Gestão Fiscal) = IFGF de 2010;

PFRF (Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos) = 1 para os municípios que já foram sorteados pelo programa; = 0 para os demais;

TRANSF (Transferências de recursos da União para os Municípios) = \ln do montante de recursos repassados a cada município em 2010;

ε_i = erro do modelo.

3.7 Técnicas de Análise dos Dados

Para o tratamento estatístico dos dados foram utilizadas técnicas de análise multivariada. Segundo Mingoti (2007), a estatística multivariada refere-se a um conjunto de métodos estatísticos utilizados em situações nas quais várias variáveis são medidas concomitantemente, em cada elemento amostral. Em geral, de acordo com a autora, as variáveis são correlacionadas entre si e quanto maior o número de variáveis, mais complexa torna-se a análise por métodos comuns de estatística univariada. Neste estudo, as técnicas de análise multivariada utilizadas consistiram em testes de correlação, estimação de modelos de regressão linear múltipla e *logit* multinomial.

A análise de regressão se ocupa do estudo da dependência de uma variável, a variável dependente, em relação a uma ou mais variáveis, as variáveis explicativas (que podem ser quantitativas ou qualitativas), com vistas a estimar e/ou prever o valor médio (da população) da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados (em amostragens repetidas) das segundas (GUJARATI, 2006). Nesta pesquisa, a regressão linear foi utilizada para verificar se determinadas características dos municípios analisados (variáveis independentes) podem ser consideradas fatores explicativos para o nível de *disclosure* voluntário apresentado por tais entes públicos (variável dependente). Ressalta-se que foram realizados testes para a verificação dos principais problemas relacionados aos pressupostos do modelo clássico de regressão linear, quais sejam: multicolinearidade, heterocedasticidade e correta especificação da forma funcional.

Foram realizados, também, testes de correlação entre a variável dependente IDV-M e as variáveis independentes quantitativas: PIB *per capita*, receita orçamentária, população, IDH-M, taxa de alfabetização, IFDM, IFGF e transferências de recursos da União para os Municípios, com o intuito de identificar indícios de associação entre as variáveis, possibilitando uma análise exploratória anterior à estimação do modelo de regressão.

Por fim, a regressão logística, de acordo com Fávero *et al.* (2009, p. 441), consiste em uma técnica desenvolvida para:

investigar a relação entre variáveis explicativas, métricas e não métricas e uma variável dependente categórica binária. Diferentemente da regressão múltipla, a regressão logística não pressupõe a existência de homogeneidade de variância e normalidade dos resíduos.

Isto é, a regressão logística destina-se a aferir a probabilidade de ocorrência de um evento e a identificar características dos elementos pertencentes a cada grupo determinado pela variável categórica.

A regressão logística multinomial trata-se de um modelo de regressão logística que permite que a variável categórica dependente apresente mais de duas categorias, sendo que estas, por sua vez, podem ser de natureza nominal ou ordinal. No modelo supracitado, uma das categorias da variável dependente deve ser escolhida como referência, a fim de compará-la com as demais, de modo que tal escolha pode ser arbitrária ou não, conforme desejo e orientação do pesquisador (FÁVERO *et al.*, 2009).

Para a operacionalização do modelo *logit* multinomial foram estabelecidas, neste estudo, quatro categorias para a variável dependente. Portanto, de forma similar ao considerado por Lima (2007), os índices de *disclosure* voluntário dos municípios analisados foram divididos em quartis para definir o grau de nível de *disclosure*, sendo: Grau 1 (de 0 até o 1º quartil) – Ruim; Grau 2 (acima do 1º quartil até o 2º quartil) – Regular; Grau 3 (acima do 2º quartil até o 3º quartil) – Bom; e Grau 4 (acima do 3º quartil) – Ótimo. Desse modo, por meio da utilização do modelo *logit* multinomial, pretendeu-se investigar o efeito das variáveis explicativas elencadas na pesquisa sobre a probabilidade de ocorrência do evento de interesse, que, no caso, refere-se à classificação dos municípios em diferentes níveis de divulgação de informações voluntárias (Ruim, Regular, Bom e Ótimo). No modelo considerado, foi definida como categoria de base a probabilidade de os municípios estarem com um nível ruim de divulgação de informações voluntárias. A probabilidade de ocorrência de cada resposta, de acordo com este modelo, varia entre os municípios, conforme os diferentes valores dos indicadores considerados.

3.8 Delimitações e Limitações

A primeira delimitação deste estudo está relacionada à definição operacional da variável de *disclosure* voluntário. Tal variável foi definida como a pontuação atribuída a cada entidade de acordo com a abrangência das informações presentes no *site* oficial do município, considerado aquele que apresenta a extensão *.gov.br*, definida pela configuração “*nomedomunicípio.mg.gov.br*”. Desse modo, a *proxy* empregadas para *disclosure* abrangeu

apenas um dos instrumentos de divulgação de informações utilizado pelos municípios, sendo que outras páginas eletrônicas não foram analisadas, tais como o Portal da Transparência e o *site* da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação.

Outra questão a ser considerada refere-se ao fato de que, dos 853 municípios existentes no Estado de Minas Gerais, conforme contagem da população realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), foi feito um recorte de 130 entes públicos, sendo esse critério adotado basicamente por dois motivos, de forma similar ao considerado no estudo de Cruz (2010): esses municípios abrigam mais de 60% da população de Minas Gerais e são responsáveis por cerca de 75% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado supracitado.

Dentre as limitações da pesquisa, considera-se que a definição do que deve ser divulgado nos *sites* das entidades públicas a título de evidenciação voluntária para que estas sejam consideradas transparentes é uma questão passível de discussão (CRUZ, 2010). As informações contempladas no modelo de investigação tiveram por base as informações requeridas no *Índice de Transparencia de los Ayuntamientos*, Índice de Transparência Municipal e *Indice de Transparencia de las Diputaciones*; nas recomendações do código de governança da OECD; e nos estudos de Welch e Wong (2001), Lima (2007), Santana Júnior (2008), Cruz (2010) e Avelino *et al.* (2011). Assim, o índice de *disclosure* voluntário elaborado não é um fim em si mesmo, de forma que pode ser aumentado e outras informações podem ser adicionadas.

A segunda limitação refere-se ao fato de que, pela própria complexidade da construção do índice de *disclosure* voluntário e pela impossibilidade de verificar se as informações analisadas vinham sendo divulgadas em anos anteriores ao da concretização desta pesquisa, não é possível a realização de qualquer tipo de comparação no que diz respeito à evolução deste índice.

Além dessas questões, partindo-se do pressuposto adotado no estudo de que existem relações de causalidade entre as variáveis analisadas, uma limitação a ser considerada é a possibilidade de que tais relações não sejam corretas. No caso desta pesquisa, assume-se a hipótese de que determinadas características afetam o nível de *disclosure* voluntário dos municípios, de forma que tal relação de causalidade, apesar de justificável do ponto de vista teórico, pode não ser correta (LANZANA, 2004). Cruz (2010) acrescenta que a causalidade é objeto de

considerável discussão dentro da filosofia da ciência. Nesse sentido, o fato de dois fenômenos estarem associados quanto à sua ocorrência não quer dizer, necessariamente, que há uma dependência entre si (HUME, 2004).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo desta pesquisa consiste em identificar as características que explicam o nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais em seus portais eletrônicos, nível este representado pelo Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M). A amostra da pesquisa é composta por 130 municípios, sendo 65 considerados de pequeno porte (até 50.000 habitantes) e 65 de médio e grande porte (população superior a 50.000 habitantes).

Os resultados do estudo são descritos iniciando-se com a análise do IDV-M, considerando-se, primeiramente, a totalidade dos municípios e, em seguida, segregando-os por porte. Optou-se por segregá-los por porte após identificar a existência de diferenças significativas entre os resultados dos dois grupos.

Na sequência, são apresentados os resultados dos testes estatísticos realizados, bem como os modelos de regressão e *logit* multinomial.

4.1 Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M)

4.1.1 Análise Agregada

Na Tabela 1, apresentam-se as estatísticas descritivas das categorias que formam o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M), considerando-se a totalidade dos municípios.

Tabela 1: Estatísticas descritivas das categorias do instrumento de coleta de dados (análise agregada).

Categorias de Informações	Mínimo	Pontuação Máxima Possível	Pontuação Máxima Observada	Média	Desvio Padrão
I - Visão geral do Município	0	16	13	4,66	2,72
II - Relação com os cidadãos	0	14	10	2,51	2,13
III - Análise do portal do município	0	14	10	4,13	2,13
IV - Contratação de serviços	0	4	3	0,16	0,57
V - Urbanismo e obras públicas	0	10	6	0,61	1,07
VI - Assistência Social	0	6	6	1,85	1,88
VII - Meio ambiente	0	14	10	1,88	2,26
VIII - Educação e Cultura	0	14	12	2,79	2,54
IX - Segurança Pública	0	4	2	0,20	0,60
X - Administração	0	8	6	1,01	1,22
XI - Saúde e Saneamento	0	8	8	1,78	1,69
XII - Transporte Urbano	0	6	6	0,52	1,16
XIII - <i>Layout</i> dos relatórios	0	2	2	0,52	0,88
XIV - Relatórios/Informações Contábeis Adicionais	0	14	2	0,06	0,35

Fonte: elaborada pela autora.

Conforme já mencionado, o instrumento de coleta de dados foi elaborado tendo por base os estudos de Welch e Wong (2001), Lima (2007), Santana Júnior (2008), Cruz (2010) e Avelino *et al.* (2011); além de serem consideradas as recomendações de melhores práticas de transparência orçamentária fornecidas pela *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD), bem como os seguintes índices: *Índice de Transparencia de los Ayuntamientos* (ITA), *Índice de Transparencia Municipal* (ITM) e *Indice de Transparencia de las Diputaciones* (INDIP). Os indicadores constantes do instrumento de coleta de dados foram organizados em categorias de acordo com as características apresentadas por estes.

A primeira categoria, denominada “Visão geral do Município”, permite verificar a divulgação aos cidadãos de informações sobre os órgãos vinculados ao município, sua estrutura, seus responsáveis e respectivas atribuições, as formas de contato disponíveis, assim como informações sobre os gestores eleitos (prefeito e vereadores) e Agenda 21 Local. Para a amostra analisada, observou-se que 7 municípios (5,38%) não divulgaram nenhuma informação desse grupo em seu portal eletrônico. Destaca-se que, embora a categoria em questão tenha apresentado a maior média de pontuação, menos de 6% das entidades públicas analisadas disponibilizaram informações sobre a Agenda 21 Local, o que pode indicar

iniciativas pouco recorrentes no sentido de implementar a sustentabilidade em nível local; nenhum dos municípios divulgou a relação dos cargos de confiança e suas respectivas atribuições, nem alcançou a pontuação máxima possível na categoria em análise.

No que se refere ao grupo “Relação com os cidadãos”, buscou-se verificar se informações que favorecem a interação entre o município e os cidadãos, solidificando, conseqüentemente, o exercício da cidadania, estão sendo divulgadas pelos entes públicos. Dentre os itens verificados, salienta-se que nenhum dos municípios analisados divulgou informações sobre as solicitações de cidadãos atendidas; apenas 4 entidades públicas (3%) divulgaram um calendário das audiências públicas de interesse da sociedade realizadas e a realizar; e somente 6 municípios (4,62%) divulgaram informações sobre apoios e/ou subvenções concedidas a ONGs. Observou-se, ainda, que nessa categoria também houve municípios que não disponibilizaram nenhuma informação em sua *homepage*.

O item “Análise do portal do município” identifica as ferramentas do portal eletrônico que contribuem para facilitar o acesso ao conteúdo, tais como “mapa do site”, serviço de busca, ouvidoria, acessibilidade a deficientes visuais e informações em outros idiomas. Destaca-se que, após o envio de *e-mail* ou preenchimento de formulário de contato, não se obteve, em nenhum dos portais eletrônicos analisados, informações sobre quanto tempo, aproximadamente, levaria até que a solicitação efetuada fosse respondida. Além disso, nenhum dos municípios disponibilizou o conteúdo do *site* em outros idiomas, embora deva-se ressaltar que no portal eletrônico do município de São José da Barra é possível traduzir o conteúdo utilizando-se a ferramenta de tradução do Google, disponível na página inicial do portal. Salienta-se, ainda, que 8 portais eletrônicos (6,15%) fornecem acessibilidade a deficientes visuais. Estas *homepages* seguem as Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0, que abrangem diversos itens com a finalidade de tornar o conteúdo Web mais acessível. Tais recomendações, quando seguidas, permitem que as informações disponibilizadas se tornem acessíveis para um amplo grupo de cidadãos com deficiência, incluindo cegueira e baixa visão, surdez e baixa audição, dificuldades de aprendizagem, limitações cognitivas, limitações de movimentos, incapacidade de fala, fotosensibilidade e suas combinações.

Em relação à categoria “Contratação de Serviços”, enfatizam-se informações sobre os processos licitatórios, haja vista que, conforme salientam Roczanski e Tomasi (2010), a ampla

publicidade às licitações é um fator imprescindível para a construção de uma sociedade com *accountability* plena. Ressalta-se que mais de 90% dos municípios não divulgaram qualquer informação desse grupo em seu portal eletrônico, implicando na necessidade de informações mais detalhadas acerca da contratação de serviços por parte dos entes públicos. Somente o município de Carmo do Paranaíba divulgou as empresas não selecionadas, além das entidades vencedoras nas diversas modalidades de licitações.

As categorias V a XII permitem verificar se informações quantitativas e qualitativas sobre áreas de grande interesse social (urbanismo e obras públicas, assistência social, meio ambiente, educação e cultura, segurança pública, administração, saúde e saneamento, transporte urbano) estão sendo divulgadas pelos entes públicos. Quanto ao item “Urbanismo e obras públicas”, verificou-se que nenhum dos municípios divulgou informações sobre as modificações nos projetos das obras públicas mais importantes; e apenas os municípios de Belo Horizonte e Unaí evidenciaram, respectivamente, informações sobre os projetos e os critérios das licitações das obras públicas mais importantes e listas com os nomes das empresas que realizaram essas obras. Ressalta-se, ainda, que quase 70% dos municípios não divulgaram informação dessa categoria em seu portal eletrônico.

Em relação à categoria “Assistência Social”, 11 municípios (8,46%) apresentaram a pontuação máxima possível, disponibilizando informações sobre políticas sociais, acolhimento institucional e proteção e auxílio a portadores de necessidades especiais. No entanto, quase 40% dos entes públicos analisados não divulgaram informação relacionada a este item. No que tange à análise do grupo “Meio Ambiente”, destaca-se que nenhum dos municípios divulgou informações sobre incentivo e apoio a pesquisas ambientais. A pontuação máxima observada na categoria em questão foi de 10 pontos, mesma pontuação verificada nos grupos “Relação com os cidadãos” e “Análise do portal do município”.

O item “Educação e Cultura” apresentou a terceira maior média de pontuação, no entanto, 25 municípios (19,23%) não divulgaram qualquer tipo de informação concernente a este item, de amplo interesse dos cidadãos. No que se refere à categoria “Segurança Pública”, salienta-se que somente os municípios de Montalvânia e Belo Horizonte divulgaram informações sobre o número de policiais efetivos no município. Quanto ao grupo “Administração”, que engloba informações sobre remuneração, plano de carreira e treinamento de servidores municipais,

somente os municípios de Montalvânia, Formiga e Belo Horizonte divulgaram informações sobre o salário médio dos servidores.

Na categoria “Saúde e Saneamento”, o município de Itaúna apresentou a pontuação máxima possível, divulgando a relação de unidades de saúde do município, além de informações sobre gasto *per capita* na área de saúde, número de médicos e população com acesso a serviço de saneamento básico. Porém, quase 30% dos municípios da amostra não divulgaram qualquer informação sobre o item em análise. Finalizando as categorias que tratam de áreas de grande interesse social, apresenta-se o grupo de informações relacionadas ao “Transporte Urbano”, com destaque para o município de Juiz de Fora, cuja pontuação neste item foi a máxima possível. Ressalta-se, no entanto, que 80% dos municípios analisados não divulgaram informações relacionadas à categoria em questão.

O grupo “*Layout* dos relatórios” tem por objetivo verificar se os municípios disponibilizam em seus portais eletrônicos demonstrativos capazes de despertar a atenção dos cidadãos e facilitar o entendimento destes. Nesse sentido, observou-se que apenas 26% dos municípios utilizaram recursos gráficos com vistas a tornar seus relatórios mais atrativos e inteligíveis.

A última categoria analisada, denominada “Relatórios/Informações Contábeis Adicionais”, apresentou a menor média de pontuação. Dentre os itens verificados, foram encontrados Relatórios de Auditoria e/ou Controle Interno em 4 *sites* (3% do total). As demais informações não foram disponibilizadas pelos municípios, mesmo considerando-se que a evidenciação de grande parte delas se tornará obrigatória a partir do exercício de 2013.

A média geral do Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) foi de, aproximadamente, 23 pontos, de modo que os índices alcançados, em geral, podem ser considerados baixos, uma vez que estão abaixo de 50% da pontuação máxima possível. A pontuação máxima possível é de 134 pontos, sendo que o município com a menor pontuação alcançou 3 pontos (Simão Pereira) e o município com maior índice atingiu 86 pontos (Belo Horizonte). Assim, enquanto o município de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, atendeu a mais de 64% dos itens que compõem o modelo de investigação, municípios como Simão Pereira, Baependi, Itaipé, Santa Fé de Minas, dentre outros, disponibilizaram menos de 3% das informações constantes no IDV-M, demonstrando uma desigualdade

substancial na divulgação de informações, principalmente quando se comparam municípios de pequeno porte e municípios de grande porte.

Verifica-se, portanto, que a divulgação de informações voluntárias, que têm a possibilidade de apresentarem linguagem acessível a uma gama maior de cidadãos, ainda é realizada de forma incipiente na amostra analisada, reduzindo a possibilidade de uma interação bidirecional entre o governo e a sociedade. A inversão da relação do tipo *government-to-citizen* para *citizen-to-government* poderia reduzir a assimetria de informação entre os gestores públicos e os cidadãos, conforme menciona Lopes (2009, p. 4-5):

[...] no lugar de uma relação meramente unidirecional, na qual o governo provê o cidadão com as informações que julga pertinentes, utilizando apresentação e edição que entende adequadas, a teoria política contemporânea entende que o envolvimento dos cidadãos nas políticas públicas deve ser uma relação bidirecional, baseada no princípio da parceria. Tal prática, aliada à melhora da transparência governamental, tende a reduzir de maneira considerável a assimetria de informação e, conseqüentemente, os abusos cometidos por autoridades governamentais.

Nesse contexto, para que uma gestão pública seja considerada transparente, deve ir além da evidenciação de informações compulsórias, permitindo, também, que os cidadãos acompanhem e participem efetivamente dos atos da administração pública que causam impactos em toda a sociedade. A divulgação limitada de informações voluntárias gera obstáculos à prática da *accountability*, principalmente na dimensão vertical, na medida em que, conforme já mencionado, para que haja fiscalização por parte do cidadão, é necessário que o Estado seja provedor de informações completas, tempestivas e compreensíveis para toda a sociedade (CORBARI, 2004).

Na Tabela 2, apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis de natureza quantitativa incluídas no estudo.

Tabela 2: Estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes quantitativas.

Variáveis	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
IDV-M	22,692	3	86	13,288
PIB <i>per capita</i> (R\$)	12.785,13	3.971,21	57.009,27	7.901,52
PIB <i>per capita</i> (<i>ln</i>)	9,311	8,287	10,951	0,536
Receita orçamentária (R\$)	157.225.674,46	7.187.122,35	5.349.446.381,93	494.223.379,94
Receita orçamentária (<i>ln</i>)	17,860	15,788	22,400	1,280
População (nº habitantes)	94.592.35	2.537	2.375.151	227.020,7
População (<i>ln</i>)	10,590	7,839	14,681	1,293
Transferências de recursos (R\$)	54.049.744,64	2.920.715,93	1.576.197.194,06	144.276.985,25
Transferências de recursos (<i>ln</i>)	17,048	14,887	21,178	1,092
IDH-M	0,761	0,621	0,841	0,053
Taxa de alfabetização (%)	90,75	71,47	97,13	5,69
IFDM	0,696	0,462	0,860	0,079
IFGF	0,574	0,276	0,840	0,115

Fonte: elaborada pela autora.

Quanto ao PIB *per capita* e a receita orçamentária, os valores variaram entre R\$ 3.971,21 (Jordânia) e R\$ 57.009,27 (Betim); e entre cerca de 7 milhões (Argirita) e 5 bilhões (Belo Horizonte), respectivamente. Em relação às variáveis população e transferências de recursos da União para os Municípios, os valores variaram entre 2.537 (Simão Pereira) e 2.375.151 habitantes (Belo Horizonte); e entre cerca de 2,9 milhões (Carandaí) e 1,5 bilhões (Belo Horizonte), respectivamente.

A média do IDH-M dos entes públicos da amostra foi de 0,761, considerado médio (entre 0,500 e 0,799), conforme informações do PNUD (2012a), sendo que os valores variaram entre 0,621 (Mamonas) e 0,841 (Poços de Caldas), este último considerado alto desenvolvimento humano (> 0,800). A taxa de alfabetização pode ser considerada alta (média de 90,75%), superior à média nacional (90,4%), segundo dados do Censo 2010, variando entre 71,47% (Mamonas) e 97,13% (Nova Lima e Belo Horizonte).

A média do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal foi de 0,696 para os municípios da amostra, valor considerado de desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8), conforme classificação da Firjan. O IFDM variou entre 0,462 (Itaipé), considerado de desenvolvimento regular, e 0,860 (Uberlândia), considerado alto estágio de desenvolvimento. Em relação ao Índice Firjan de Gestão Fiscal, os valores variaram entre 0,276 (Teixeiras), considerado Gestão Crítica (conceito D) e 0,840 (Muriaé), considerado Gestão de Excelência (conceito A), apresentando média de 0,574 (Gestão em Dificuldade – conceito C).

A distribuição percentual dos municípios e a média do IDV-M, por categorias de cada variável qualitativa utilizada neste estudo, são evidenciadas na Tabela 3.

Tabela 3: Distribuição de frequência e média do IDV-M por categorias das variáveis independentes qualitativas.

Variáveis	Categorias	Frequência (%)	Média do IDV-M
Gênero	Feminino	6,15	31,25
	Masculino	93,85	22,13
Filiação partidária	PT	20,00	24,69
	PMDB	18,46	25,75
	PSDB	14,62	22,95
	PR	9,23	20,00
	Outros	37,69	20,69
Escolaridade do(a) gestor(a) municipal	Nível fundamental ou inferior	13,85	16,78
	Nível médio	22,30	19,00
	Formação Superior	63,85	25,26
Participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos	Já participou	34,62	25,62
	Nunca participou	65,38	21,14

Fonte: elaborada pela autora.

Verifica-se que, em relação ao gênero do gestor municipal, predominam prefeitos do gênero masculino (93,85%). Destaca-se, porém, que a média do IDV-M se apresenta superior em municípios cujos gestores pertencem ao gênero feminino (31,25). No que tange à filiação partidária dos gestores municipais, foram identificadas 16 legendas. O Partido dos Trabalhadores (PT) responde por 26 das 130 prefeituras da amostra; na sequência, aparecem o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com 24 municípios; o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 19 municípios; o Partido da República (PR), com 12 municípios; o Democratas (DEM) e o Partido Popular Socialista (PPS), com 8 municípios cada; o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com 6 municípios cada; o Partido Verde (PV), com 5 municípios; o Partido Progressista (PP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com 4 prefeituras cada; o Partido Trabalhista Cristão (PTC) e o Partido Social Cristão (PSC), com 3 e 2 municípios, respectivamente; e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Republicano Brasileiro (PRB) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), com uma prefeitura cada. Neste estudo, optou-se por segregar a filiação partidária em cinco grupos, englobando os partidos PT, PMDB, PSDB e PR e um quinto grupo, denominado Outros, totalizando os 12 partidos restantes. Em uma análise preliminar, observa-se que a média do IDV-M foi superior em municípios cujos gestores encontravam-se filiados ao PMDB (25,75), seguidos por aqueles filiados ao PT (24,69).

No que concerne à escolaridade dos gestores municipais, nota-se uma predominância de prefeitos com formação superior (63,85%), seguidos por aqueles com nível médio completo (22,30%) e, por último, por gestores municipais com nível fundamental completo ou inferior (13,85%), independente do gênero. Ademais, verifica-se que a média do IDV-M dos municípios da amostra aumenta conforme avança o nível de escolaridade do gestor municipal. Em relação à participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos, observa-se que a maior parte dos municípios da amostra (65,38%) ainda não foi sorteada pelo programa. Em uma análise preliminar, porém, a média do IDV-M é superior em municípios que já participaram do programa em questão.

Ressalta-se que, com vistas a confirmar as informações anteriores (Tabela 3), foi realizado o teste t para verificar se a média do IDV-M é estatisticamente diferente entre os níveis das variáveis com duas categorias (gênero e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos) e o teste ANOVA para verificar tal situação entre as variáveis com mais de duas categorias (filiação partidária e escolaridade do gestor municipal). Constatou-se, após a realização dos testes supracitados, que a média do IDV-M é estatisticamente diferente somente entre os níveis das variáveis categóricas gênero e escolaridade (valores- $p < \alpha$), fornecendo indícios iniciais de que as hipóteses H_1 (*A variável gênero do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa em relação ao IDV-M*); H_2 (*A variável filiação partidária do(a) gestor(a) municipal não é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M*); e H_3 (*A escolaridade do(a) gestor(a) municipal é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M*) elencadas no estudo não seriam rejeitadas. Porém, resultados mais robustos poderão ser inferidos após a análise do modelo de regressão.

4.1.2 Municípios de Pequeno Porte e Municípios de Médio e Grande Porte

Com o intuito de comparar as médias do IDV-M nos dois grupos selecionados, realizou-se o teste não paramétrico de *Mann-Whitney* para duas amostras independentes, tendo em vista que, após a aplicação do teste *Kolmogorov-Smirnov*, verificou-se que a hipótese nula de normalidade foi rejeitada para a variável em questão (valor- $p = 0,000 < \alpha = 0,05$).

O valor-p encontrado no teste de *Mann-Whitney* (0,000) foi inferior ao α estabelecido (0,05), de modo que o teste estatístico aponta a existência de uma diferença significativa entre o IDV-M dos municípios de pequeno porte e o IDV-M dos municípios de médio e grande porte. Por esse motivo, optou-se por realizar, ao longo deste capítulo, análises englobando a totalidade dos municípios, além de avaliações segregando-se as duas amostras consideradas.

Na Tabela 4, observam-se as estatísticas descritivas das categorias que formam o IDV-M, considerando-se separadamente os municípios de pequeno porte e aqueles classificados como de médio e grande porte.

Tabela 4: Estatísticas descritivas das categorias do instrumento de coleta de dados, segregadas de acordo com o porte do município.

Categorias de Informações	MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE					MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE				
	Mínimo	Pontuação Máxima Possível	Pontuação Máxima Observada	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Pontuação Máxima Possível	Pontuação Máxima Observada	Média	Desvio Padrão
I - Visão geral do Município	0	16	9	4,17	2,72	0	16	13	5,15	2,65
II - Relação com os cidadãos	0	14	4	1,37	1,39	0	14	10	3,65	2,14
III - Análise do portal do município	0	14	88	3,28	1,83	0	14	10	4,98	2,07
IV - Contratação de serviços	0	4	3	0,11	0,50	0	4	2	0,22	0,62
V - Urbanismo e obras públicas	0	10	2	0,14	0,46	0	10	6	1,08	1,28
VI - Assistência Social	0	6	6	0,92	1,33	0	6	6	2,78	1,89
VII - Meio ambiente	0	14	6	0,89	1,47	0	14	10	2,88	2,48
VIII - Educação e Cultura	0	14	8	2,15	2,14	0	14	12	3,43	2,76
IX - Segurança Pública	0	4	2	0,03	0,25	0	4	2	0,37	0,78
X - Administração	0	8	4	0,51	0,95	0	8	6	1,51	1,25
XI - Saúde e Saneamento	0	8	5	1,08	1,23	0	8	8	2,48	1,81
XII - Transporte Urbano	0	6	2	0,06	0,35	0	6	6	0,98	1,46
XIII - <i>Layout</i> dos relatórios	0	2	2	0,43	0,83	0	2	2	0,62	0,93
XIV - Relatórios/Informações Contábeis Adicionais	0	14	2	0,03	0,25	0	14	2	0,09	0,42

Fonte: elaborada pela autora.

Verifica-se que os municípios de médio e grande porte apresentaram médias de pontuação superiores em 9, das 14 categorias consideradas, fornecendo indícios que corroboram a afirmativa de cunho teórico de que o tamanho da entidade está positivamente associado a níveis de *disclosure*.

Quanto aos itens “Visão geral do Município” e “Relação com os cidadãos”, as pontuações máximas apresentadas pelo grupo dos municípios de pequeno porte foram de 9 (Montalvânia) e 4 pontos (Urucânia, Planura, Oliveira, Lagoa Formosa, Visconde do Rio Branco, Machado, Caeté e Guaxupé) respectivamente, contrastando com as pontuações apresentadas pelos municípios de médio e grande porte: 13 (Belo Horizonte) e 10 pontos (Betim e Belo Horizonte), respectivamente. Em relação ao grupo “Análise do portal do município”, nota-se situação similar, uma vez que a pontuação máxima apresentada pelos municípios de pequeno porte foi de 8 pontos (São José da Barra e Caeté), enquanto a verificada nos municípios de médio e grande porte foi de 10 pontos (Caratinga). No item “Contratação de serviços”, a situação se inverte, tendo em vista que o grupo dos municípios de pequeno porte apresentou pontuação máxima superior àquela encontrada nos municípios de médio e grande porte: 3 (Carmo do Paranaíba) e 2 pontos (Lagoa Santa, Pirapora, Formiga, Itajubá, Itabira, Montes Claros e Uberlândia), respectivamente.

No que se refere às categorias “Urbanismo e obras públicas” e “Assistência Social”, observa-se, na primeira, que a pontuação máxima apresentada pelo grupo dos municípios de pequeno porte foi de 2 pontos (Cambuí, Itabirito e Guaxupé), em contraste com os 6 pontos apresentados pelos municípios de médio e grande porte (Unaí e Belo Horizonte). Na segunda categoria, ambos os grupos apresentaram pontuações máximas de 6 pontos, sendo tal pontuação apresentada pelo município de pequeno porte Guaranésia e, no grupo de municípios de médio e grande porte, por 9 cidades (Frutal, Ouro Preto, Unaí, Nova Lima, Uberaba, Ribeirão das Neves, Juiz de Fora, Uberlândia e Belo Horizonte).

Em relação aos itens “Meio ambiente” e “Educação e Cultura”, destaca-se, também, pontuações máximas superiores verificadas nos municípios de médio e grande porte. Estes apresentaram pontuações de 10 (Belo Horizonte) e 12 pontos (Belo Horizonte), respectivamente, enquanto as pontuações dos municípios de pequeno porte foram de 6 (Sabinópolis) e 8 pontos (Cordisburgo), respectivamente.

Na categoria “Segurança Pública”, ambos os grupos (municípios de pequeno porte; e municípios de médio e grande porte) apresentaram pontuações máximas de 2 pontos, sendo tal pontuação apresentada pelo município de pequeno porte Montalvânia e, no grupo de municípios de médio e grande porte, por 12 cidades. Quanto aos grupos “Administração”, “Saúde e Saneamento” e “Transporte Urbano”, verificou-se, também, pontuações máximas superiores nos municípios de médio e grande porte. Este grupo apresentou pontuações de 6 (Belo Horizonte), 8 (Itaúna) e 6 pontos (Juiz de Fora), respectivamente; em contraste com as pontuações dos municípios de pequeno porte, que foram de 4 (Caeté), 5 (Visconde do Rio Branco) e 2 pontos (Carangola e Machado), respectivamente.

Por fim, no que se refere aos itens “*Layout* dos relatórios” e “Relatórios/Informações Contábeis Adicionais”, observou-se pontuações análogas nos dois grupos considerados no estudo, de modo que a pontuação máxima observada no item “*Layout* dos relatórios” (2 pontos) foi apresentada por 14 municípios de pequeno porte e por 20 municípios de médio e grande porte. Em relação à categoria “Relatórios/Informações Contábeis Adicionais”, a pontuação máxima observada foi de 2 pontos, embora fosse possível atingir uma pontuação de até 14 pontos. O município de pequeno porte que divulgou informações contábeis adicionais foi Machado, que disponibilizou em seu portal eletrônico relatórios do Controle Interno. Este mesmo relatório foi a informação adicional disponibilizada pelos municípios de Ubá, Ibirité e Ipatinga, pertencentes ao grupo dos municípios de médio e grande porte.

A média geral do IDV-M dos municípios de pequeno porte foi de, aproximadamente, 15 pontos; metade da média apresentada pelos municípios de médio e grande porte: cerca de 30 pontos. Porém, ressalta-se que os índices de ambos os grupos, em geral, podem ser considerados baixos, uma vez que estão abaixo de 50% da pontuação máxima possível. A pontuação máxima possível é de 134 pontos, sendo que o município com a menor pontuação no grupo daqueles considerados de pequeno porte alcançou 3 pontos (Simão Pereira) e os municípios com os maiores índices atingiram 31 pontos (Machado e Caeté). Quando se consideram os municípios de médio e grande porte, a menor pontuação foi apresentada pela cidade de Manhuaçu (4 pontos) e a maior, pelo município de Belo Horizonte (86 pontos).

Na Tabela 5, apresentam-se as estatísticas descritivas das variáveis de natureza quantitativa incluídas no estudo, segregadas de acordo com o porte do município.

Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis dependente e independentes quantitativas, segregadas de acordo com o porte do município.

Variáveis	MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE				MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE			
	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
IDV-M	15,17	3	31	6,92	30,21	4	86	13,89
PIB <i>per capita</i> (R\$)	10.486,5	3.971,21	42.460,80	6.647,76	15.083,75	4.902,47	57.009,27	8.421,30
PIB <i>per capita</i> (<i>ln</i>)	9,113	8,287	10,656	0,516	9,499	8,497	10,951	0,487
Receita orçamentária (R\$)	24.967.462,40	7.187.122,35	103.871.183,26	17.360.991,56	289.483.886,53	50.744.229,26	5.349.446.381,93	675.645.990,59
Receita orçamentária (<i>ln</i>)	16,826	15,788	18,459	0,645	18,892	17,742	22,400	0,849
População (nº habitantes)	18.457,34	2.537	49.430	12.756,27	170.727,35	51.130	2.375.151	303.224,52
População (<i>ln</i>)	9,549	7,839	10,808	0,798	11,632	10,842	14,681	0,728
Transferências de recursos (R\$)	12.259.518,52	2.920.715,93	40.716.944,42	7.049.114	95.839.970,76	25.476.807,31	1.576.197.194,06	195.856.664,03
Transferências de recursos (<i>ln</i>)	16,176	14,887	17,522	0,544	17,921	17,053	21,178	0,750
IDH-M	0,732	0,621	0,812	0,054	0,791	0,699	0,841	0,031
Taxa de alfabetização (%)	87,57	71,47	96,00	6,18	93,92	82,65	97,13	2,57
IFDM	0,652	0,462	0,799	0,070	0,740	0,596	0,860	0,061
IFGF	0,553	0,276	0,775	0,112	0,597	0,323	0,840	0,115

Fonte: elaborada pela autora.

Quando se analisa o PIB *per capita* e a receita orçamentária, segregados de acordo com o porte dos municípios, verifica-se que, em relação aos municípios de pequeno porte, os valores variaram entre R\$ 3.971,21 (Jordânia) e R\$ 42.460,80 (São José da Barra); e entre cerca de 7 milhões (Argirita) e 103,8 milhões (Itabirito), respectivamente. A análise dos municípios de médio e grande porte permite observar valores substancialmente superiores, principalmente no que tange à receita orçamentária, cujos valores variaram entre cerca de 51 milhões (Leopoldina) e 5 bilhões (Belo Horizonte). Já os valores do PIB *per capita* dos municípios de médio e grande porte variaram entre R\$ 4.902,47 (Esmeraldas) e R\$ 57.009,27 (Betim).

Quanto às variáveis população e transferências de recursos da União para os Municípios, os valores oscilaram entre 2.537 (Simão Pereira) e 49.430 habitantes (Guaxupé), nos municípios de pequeno porte; e entre cerca de 2,9 milhões (Carandaí) e 40,7 milhões (Itabirito), respectivamente. Em relação aos municípios de médio e grande porte, o número de habitantes variou entre 51.130 (Leopoldina) e 2.375.151 (Belo Horizonte); e os valores das transferências de recursos da União para os Municípios entre cerca de 25,4 milhões (Leopoldina) e 1,5 bilhões (Belo Horizonte).

As médias do IDH-M dos municípios de pequeno porte e dos municípios de médio e grande porte foram, respectivamente, de 0,732 e 0,791, ambos considerados médio desenvolvimento humano. Ressalta-se que 97% dos municípios de pequeno porte apresentaram médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,500 e 0,799) e apenas 3% deles apresentaram índices condizentes com alto desenvolvimento humano (IDH > 0,800). Quanto aos municípios de médio e grande porte, 58% foram classificados como de médio desenvolvimento humano e 42% como de alto desenvolvimento humano. Salienta-se que altas taxas de desenvolvimento humano representam maior nível educacional, maior expectativa de vida e renda *per capita* superior. A taxa de alfabetização dos municípios de médio e grande porte pode ser considerada alta (média de 93,92%), superior à média nacional (90,4%). Os municípios de pequeno porte, por sua vez, apresentaram taxa de alfabetização média (87,57%) inferior à nacional.

A média do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal foi de 0,652 para os municípios de pequeno porte; e de 0,740 para os municípios de médio e grande porte, ambos os valores considerados de desenvolvimento moderado. Salienta-se que 20% dos municípios de pequeno porte apresentaram IFDM entre 0,4 e 0,6 (desenvolvimento regular) e 80% entre 0,6 e 0,8

(desenvolvimento moderado). Dentre os municípios de médio e grande porte, 1,5% destes apresentaram desenvolvimento regular, segundo critérios do IFDM, 78,5% apresentaram desenvolvimento moderado e 20% foram considerados com alto estágio de desenvolvimento. Destaca-se que alto estágio de desenvolvimento (IFDM entre 0,8 e 1,0) implica em maiores taxas de geração de emprego e salário médio, maior nível educacional, elevado número de consultas pré-natal e taxas menores de óbitos infantis.

Em relação ao Índice Firjan de Gestão Fiscal, a média foi de 0,553 para os municípios de pequeno porte; e de 0,597 para os municípios de médio e grande porte, considerados valores de conceito C (Gestão em Dificuldade). Quanto aos primeiros, 5% apresentaram IFGF inferior a 0,4 (conceito D: Gestão Crítica), 55% entre 0,4 e 0,6 (conceito C: Gestão em Dificuldade) e 40% entre 0,6 e 0,8 (conceito B: Boa Gestão). Dentre os municípios de médio e grande porte, 9% apresentaram IFGF inferior a 0,4; 32% entre 0,4 e 0,6; 56% entre 0,6 e 0,8; e 3% apresentaram IFGF superior a 0,8 (conceito A: Gestão de Excelência).

A distribuição percentual dos municípios e a média do IDV-M por categorias de cada variável qualitativa utilizada neste estudo, segregadas de acordo com o porte do município, são evidenciadas na Tabela 6.

Tabela 6: Distribuição de frequência e média do IDV-M por categorias das variáveis independentes qualitativas, segregadas de acordo com o porte do município.

Variáveis	Categorias	MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE		MUNICÍPIOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE	
		Frequência (%)	Média do IDV-M	Frequência (%)	Média do IDV-M
Gênero	Feminino	0,00	-	12,31	31,25
	Masculino	100,00	15,17	87,69	30,07
Filiação partidária	PT	18,46	15,17	21,54	32,86
	PMDB	16,92	19,18	20,00	31,31
	PSDB	13,85	15,33	15,38	29,80
	PR	13,85	16,78	4,62	29,67
	Outros	36,92	12,67	38,46	28,40
Escolaridade do(a) gestor(a) municipal	Nível fundamental ou inferior	20,00	13,85	7,69	24,40
	Nível médio	30,77	12,65	13,85	33,11
	Formação Superior	49,23	17,28	78,46	30,27
Participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos	Já participou	36,92	16,54	32,31	36,00
	Nunca participou	63,08	14,36	67,69	27,45

Fonte: elaborada pela autora.

Observa-se que, em relação ao gênero do gestor municipal, todos os prefeitos dos municípios de pequeno porte incluídos na amostra pertencem ao gênero masculino. Quanto aos municípios de médio e grande porte, predominam prefeitos do gênero masculino (87,69%); porém, a média do IDV-M é superior em municípios cujos gestores pertencem ao gênero feminino (31,25). No que se refere à filiação partidária dos gestores municipais, excluindo-se a categoria Outros, predominam, tanto nos municípios de pequeno porte, quanto naqueles considerados de médio e grande porte, prefeitos filiados ao PT (18,46% e 21,54%, respectivamente), seguidos por aqueles filiados ao PMDB (16,92% e 20%, respectivamente). Em uma análise preliminar, verifica-se que a média do IDV-M, em municípios de pequeno porte, foi superior em municípios cujos gestores encontravam-se filiados ao PMDB (19,18). Na análise dos municípios de médio e grande porte, todavia, a média do IDV-M foi superior em municípios cujos prefeitos encontravam-se filiados ao PT (32,86).

No que tange à escolaridade dos gestores municipais, nota-se uma predominância de prefeitos(as) com formação superior, tanto em municípios de pequeno porte (49,23%), quanto em municípios de médio e grande porte (78,46%), embora a frequência seja substancialmente superior nestes últimos. Verifica-se, a princípio, que a média do IDV-M dos municípios de pequeno porte aumenta conforme avança o nível de escolaridade do gestor municipal, situação não verificada quando o foco da análise desloca-se para os municípios de médio e grande porte. Em relação à participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos, observa-se que a maior parte dos municípios da amostra, tanto aqueles considerados de pequeno porte, quanto os classificados como de médio e grande porte, ainda não foi sorteada pelo programa (63,08% e 67,69%, respectivamente). Em uma análise preliminar, no entanto, a média do IDV-M é superior em municípios que já participaram do programa em questão.

Destaca-se que, com o intuito de ratificar as informações anteriores, foi realizado o teste t para verificar se a média do IDV-M é estatisticamente diferente entre os níveis das variáveis com duas categorias e o teste ANOVA para verificar tal situação entre as variáveis com mais de duas categorias. Constatou-se, após a realização dos testes supracitados, que a média do IDV-M é estatisticamente diferente apenas entre os níveis da variável categórica escolaridade (valor- $p < \alpha$), quando se consideram os municípios de pequeno porte; e somente entre os níveis da variável Participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos (valor- $p < \alpha$), quando se consideram os municípios de médio e grande porte.

4.2 Testes de Correlação

As variáveis de natureza quantitativa elencadas neste estudo foram submetidas aos seguintes testes de normalidade: *Kolmogorov-Smirnov* e *Doornik-Hansen*. Como os resultados apresentaram divergência, optou-se por aplicar as versões paramétrica (*Pearson*) e não paramétrica (*Spearman*) dos testes de correlação entre a variável dependente IDV-M e as variáveis independentes: PIB *per capita* (*ln*), receita orçamentária (*ln*), população (*ln*), transferências de recursos da União para os Municípios (*ln*), IDH-M, taxa de alfabetização, IFDM e IFGF, com o intuito de identificar indícios de associação entre as variáveis, possibilitando uma análise exploratória anterior à estimação do modelo de regressão.

Na Tabela 7, apresentam-se os coeficientes e a significância da correlação paramétrica e não paramétrica entre o IDV-M e cada uma das variáveis independentes quantitativas, considerando-se a totalidade dos municípios.

Tabela 7: Resultados dos testes de correlação (paramétrico e não paramétrico), considerando-se a totalidade dos municípios.

Variáveis	Paramétrico		Não paramétrico	
	Coefficiente	valor-p	Coefficiente	valor-p
PIB <i>per capita</i> (<i>ln</i>)	0,427**	0,000	0,394**	0,000
Receita Orçamentária (<i>ln</i>)	0,760**	0,000	0,728**	0,000
População (<i>ln</i>)	0,731**	0,000	0,731**	0,000
Transferências de recursos (<i>ln</i>)	0,747**	0,000	0,717**	0,000
IDH-M	0,490**	0,000	0,524**	0,000
Taxa de Alfabetização	0,446**	0,000	0,613**	0,000
IFDM	0,572**	0,000	0,566**	0,000
IFGF	0,306**	0,000	0,270**	0,000

Nota: ** A correlação é significativa ao nível de 1%.

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Observa-se que, para as associações analisadas, tanto em relação ao teste paramétrico, quanto ao não paramétrico, os valores-p foram inferiores ao α estabelecido (0,05), demonstrando uma correlação positiva e significativa entre o IDV-M e todas as variáveis quantitativas elencadas no estudo. De acordo com o teste paramétrico, as três variáveis mais fortemente associadas ao IDV-M foram, respectivamente: receita orçamentária, transferências de recursos e população. Em relação ao teste não paramétrico, a variável população foi a mais fortemente associada ao IDV-M, seguida pelas variáveis receita orçamentária e transferências de recursos. Estes resultados levariam, a princípio, à inferência de que existe associação entre os indicadores socioeconômicos dos entes públicos analisados e os níveis de divulgação de informações

voluntárias acerca da gestão pública observados nos *sites* destes. Salienta-se, ainda, conforme também verificado no estudo de Cruz (2010), que essa associação, em geral, possui direção positiva, de modo que melhores indicadores socioeconômicos tenderiam a resultar em maiores níveis de *disclosure* voluntário.

Adicionalmente, uma vez que se observou a existência de diferenças significativas entre as médias do IDV-M nos dois grupos considerados no estudo (municípios de pequeno porte; e municípios de médio e grande porte), optou-se por evidenciar os coeficientes e a significância da correlação paramétrica e não paramétrica entre o IDV-M e cada uma das variáveis independentes quantitativas, segregando os municípios por porte. Nesse sentido, apresentam-se, na Tabela 8, os resultados referentes aos municípios de pequeno porte.

Tabela 8: Resultados dos testes de correlação (paramétrico e não paramétrico), considerando-se somente os municípios de pequeno porte.

Variáveis	Paramétrico		Não paramétrico	
	Coefficiente	valor-p	Coefficiente	valor-p
PIB <i>per capita</i> (<i>ln</i>)	0,193	0,123	0,207	0,098
Receita Orçamentária (<i>ln</i>)	0,396**	0,001	0,408**	0,001
População (<i>ln</i>)	0,458**	0,000	0,421**	0,000
Transferências de recursos (<i>ln</i>)	0,421**	0,000	0,430**	0,000
IDH-M	0,201	0,109	0,210	0,094
Taxa de Alfabetização	0,118	0,349	0,176	0,160
IFDM	0,182	0,148	0,163	0,195
IFGF	0,228	0,068	0,218	0,082

Nota: ** A correlação é significativa ao nível de 1%.

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Verifica-se que, para as associações analisadas, tanto em relação ao teste paramétrico, quanto ao não paramétrico, os valores-p demonstraram uma correlação positiva e significativa entre o IDV-M e as variáveis: receita orçamentária, população e transferências de recursos. Em relação ao teste paramétrico, a variável mais fortemente associada ao IDV-M foi a população. Quanto ao teste não paramétrico, a variável transferências de recursos foi a mais fortemente associada ao índice em questão.

Na Tabela 9, apresentam-se os coeficientes e a significância da correlação paramétrica e não paramétrica entre o IDV-M e cada uma das variáveis independentes quantitativas, considerando-se apenas os municípios de médio e grande porte.

Tabela 9: Resultados dos testes de correlação (paramétrico e não paramétrico), considerando-se apenas os municípios de médio e grande porte.

Variáveis	Paramétrico		Não paramétrico	
	Coefficiente	valor-p	Coefficiente	valor-p
PIB <i>per capita</i> (<i>ln</i>)	0,369**	0,002	0,335**	0,006
Receita Orçamentária (<i>ln</i>)	0,721**	0,000	0,557**	0,000
População (<i>ln</i>)	0,678**	0,000	0,526**	0,000
Transferências de recursos (<i>ln</i>)	0,665**	0,000	0,477**	0,000
IDH-M	0,281*	0,023	0,308*	0,013
Taxa de Alfabetização	0,403**	0,001	0,432**	0,000
IFDM	0,534**	0,000	0,464**	0,000
IFGF	0,269*	0,030	0,202	0,106

Nota: ** A correlação é significativa ao nível de 1%; a correlação é significativa ao nível de 5%.

Fonte: Dados extraídos do SPSS®.

Relativo ao teste paramétrico, observa-se uma relação positiva e significativa entre o IDV-M e todas as variáveis quantitativas elencadas, sendo as mais fortemente associadas ao índice, respectivamente: receita orçamentária, população e transferências de recursos. Quanto ao teste não paramétrico, não foi possível identificar uma relação positiva e significativa apenas entre o IDV-M e a variável IFGF. De acordo com este teste, as três variáveis mais fortemente associadas ao índice foram as mesmas verificadas no teste paramétrico: receita orçamentária, população e transferências de recursos, respectivamente.

A despeito dos resultados encontrados, ressalta-se que somente a partir da estimação do modelo de regressão será possível inferir a proporção da variação da variável dependente explicada pelas variáveis independentes, proporcionando, portanto, uma medida da extensão em que a variação de uma variável determina a variação de outra. Desse modo, o cálculo dos coeficientes de correlação, tanto paramétricos quanto não paramétricos, mesmo não sendo suficiente para alcançar o objetivo deste estudo, possibilita uma análise preliminar da associação entre as variáveis quantitativas consideradas na pesquisa.

4.3 Análise de Regressão

Para a estimação dos modelos de regressão, utilizou-se a abordagem *stepwise*, que, segundo Hair *et al.* (2005), é um processo de estimação no qual variáveis independentes entram no modelo sequencialmente, de acordo com o poder discriminatório acrescentado por elas à previsão de pertinência do grupo.

Ressalta-se que, a partir da análise do *box plot*, optou-se por desconsiderar as observações extremas (*outliers*), situadas na ponta superior e inferior da distribuição, totalizando 24

municípios. A incorporação desse procedimento de eliminação objetivou proporcionar maior consistência e robustez aos resultados. A amostra utilizada para a análise de regressão é composta, portanto, por 106 municípios, sendo 50 classificados como de pequeno porte e 56 como de médio e grande porte.

Nos tópicos seguintes, os resultados do estudo são descritos considerando-se, primeiramente, a totalidade dos municípios e, em seguida, segregando-os por porte.

4.3.1 Análise Agregada

A análise da matriz de correlação entre as variáveis independentes quantitativas utilizadas no estudo permitiu identificar uma alta correlação entre as variáveis população (*ln*), receita orçamentária (*ln*) e transferências de recursos da União para os Municípios (*ln*). Na Tabela 10, apresentam-se os coeficientes das correlações paramétrica e não paramétrica entre as variáveis supracitadas.

Tabela 10: Coeficientes de correlação (*Pearson e Spearman*).

	CORRELAÇÃO PARAMÉTRICA			CORRELAÇÃO NÃO PARAMÉTRICA		
	POPUL	REC	TRANSF	POPUL	REC	TRANSF
População (POPUL)	1,0000			1,0000		
Receita orçamentária (REC)	0,9647	1,0000		0,9666	1,0000	
Transferências (TRANSF)	0,9457	0,9631	1,0000	0,9509	0,9632	1,0000

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Conforme já mencionado, o tamanho das companhias pode ser mensurado normalmente nas pesquisas pelo número de empregados, valor do ativo total, receita de vendas, receita total ou número de acionistas, dentre outros. Quando se analisam as entidades públicas, tanto a população quanto a receita orçamentária estão sendo consideradas *proxies* para tamanho, justificando a alta correlação existente entre tais variáveis. Adicionalmente, as transferências de recursos da União para os Municípios estão relacionadas, de modo geral, ao número de habitantes destes entes públicos, o que embasaria a correlação verificada entre esta variável e as anteriormente citadas.

Diante do exposto, com vistas a eliminar problemas de multicolinearidade no modelo de regressão, optou-se por utilizar a Análise Fatorial (AF) para identificar um número menor de novas variáveis alternativas, não correlacionadas e que sumarizassem as informações

principais das variáveis originais. As novas variáveis alternativas são denominadas fatores ou variáveis latentes (MINGOTI, 2007). Desse modo, as variáveis originais população, receita orçamentária e transferências de recursos da União para os Municípios foram agrupadas em um único fator, dando origem à variável latente Tamanho.

Salienta-se que foi realizado o teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) para verificar o grau de explicação dos dados a partir do fator encontrado na AF. Como o KMO indicou um grau de explicação superior a 0,70, considerou-se boa a adequabilidade da análise fatorial. Em relação à avaliação da qualidade do ajuste do modelo, analisou-se a correlação entre as variáveis população, receita orçamentária, transferências de recursos e o fator Tamanho (comunalidades). Observou-se um alto valor de comunalidades (superior a 0,90) para as variáveis supracitadas, fornecendo indícios de um bom ajuste do modelo.

A validação dos pressupostos do modelo clássico de regressão linear foi efetuada por meio da aplicação de testes quanto à homocedasticidade, ausência de multicolineariedade e correta especificação do modelo. Destaca-se que não foram realizados testes para verificar se os resíduos apresentavam autocorrelação, uma vez que trabalhou-se com dados de corte transversal. Para verificar a ausência de multicolineariedade, foram geradas regressões auxiliares e analisados os fatores de inflação da variância (*Variance Inflating Factor* - VIF) das variáveis explicativas. Como os VIF encontrados foram baixos (inferiores a 5) não detectou-se relação linear entre as variáveis independentes do modelo. Para verificar o problema da heterocedasticidade, realizou-se o teste de *Breusch-Pagan*. O valor-p encontrado (0,6598) foi superior ao nível de significância estabelecido ($\alpha = 0,05$), o que implica na não rejeição da hipótese nula de que os resíduos do modelo possuem variância constante. Finalmente, para verificar a correta especificação do modelo estimado, foi realizado o teste RESET (RAMSEY, 1969). Como o valor-p encontrado (0,3467) foi superior ao α adotado, não foi encontrada evidência estatística de que a forma funcional do modelo não foi corretamente especificada ou que variáveis relevantes foram omitidas.

Na Tabela 11, apresentam-se os resultados do modelo de regressão, estimado por meio da abordagem *stepwise*.

Tabela 11: Resumo do modelo de regressão estimado.

		R²		
		R²	0,5351	
		R² Ajustado	0,5119	
<i>IDV-M</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>t</i>	<i>valor-p</i>
Constante	-3,065809	9,598449	-0,32	0,750
Tamanho	5,306233	0,8225735	6,45	0,000
IFDM	31,35011	13,51987	2,32	0,022
PT	3,829815	1,757572	2,18	0,032
PMDB	3,519955	1,766227	1,99	0,049
PR	5,386185	2,28784	2,35	0,021

Fonte: elaborada pela autora.

Os resultados da estimação do modelo evidenciam cinco variáveis estatisticamente significativas como fatores explicativos para o nível de *disclosure* voluntário apresentado pelos entes públicos considerados na amostra. Nesse sentido, a variação no tamanho do município provoca uma variação positiva na variável dependente IDV-M, corroborando os testes de correlação anteriormente realizados, além de estudos anteriores (AHMED; COURTIS, 1999; VERRECCHIA, 2001; MOON, 2002; BRAGA, OLIVEIRA; SALOTTI, 2009; CRUZ, 2010) que já haviam identificado uma associação positiva e significativa entre o tamanho das entidades e níveis de *disclosure*. Neste estudo, a variável Tamanho engloba, mediante análise fatorial, as variáveis população (*ln*), receita orçamentária (*ln*) e transferências de recursos da União para os Municípios (*ln*), não fornecendo indícios que permitissem rejeitar as hipóteses H₅ (*A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); H₆ (*A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); e H₇ (*A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*) elencadas na pesquisa.

A variação no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), também, provoca uma variação positiva na variável dependente IDV-M. Desse modo, foram encontrados indícios que não permitiram rejeitar a hipótese H₁₀ (*O IFDM é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva*). Estudos anteriores (UNITED NATIONS, 2004; PINHO, 2006; CRUZ, 2010) já haviam encontrado relações positivas entre os níveis de evidenciação em portais eletrônicos e indicadores socioeconômicos, sob a premissa de que nações com melhores indicadores dessa categoria possuiriam melhores condições de realizar iniciativas mais consistentes em termos de governo eletrônico.

Quanto às variáveis PT, PMDB e PR, esperava-se, inicialmente, que não houvesse diferenças estatisticamente significativas no nível de divulgação de informações voluntárias nos portais eletrônicos de municípios governados por gestores de partidos distintos. Apesar de os partidos apresentarem ideologias e programas de governo diferentes, percebe-se uma acentuada dificuldade em identificá-los como atores políticos distintos. No entanto, considerando-se a amostra analisada, foram encontradas evidências estatísticas de que municípios governados por gestores filiados ao PT, PMDB e PR apresentam, em média, IDV-M superior ao verificado em municípios cujos gestores encontram-se filiados a outros partidos (categoria de referência), fornecendo indícios que permitiram rejeitar a hipótese H_2 (*A variável filiação partidária do(a) gestor(a) municipal não é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M*). O PT e o PMDB respondem, juntos, por mais de 25% do total de indivíduos filiados a partidos políticos no Brasil, sendo que o PMDB contava com 2.353.194 filiados em setembro de 2012 e o PT com 1.547.927 (TSE, 2012). O PR ocupava a oitava posição, contando com 764.092 filiados.

Os grandes partidos têm um maior efeito sobre a comunidade, uma vez que possuem grande visibilidade e atraem atenção significativa. Portanto, para continuarem operando com sucesso, estas organizações, assim como as empresas privadas, devem agir dentro dos limites do que a sociedade identifica como um comportamento socialmente aceitável (O'DONOVAN, 2002). As evidenciações contábeis são uma forma de se demonstrar para a sociedade o cumprimento de tais expectativas, de modo que os gestores relacionados aos partidos elencados (PT, PMDB e PR) poderiam querer ampliar as divulgações voluntárias com o intuito de recuperar ou diminuir a possibilidade de perda de legitimidade de seus partidos perante a sociedade.

A legitimidade é definida como a perspectiva de que as ações de uma organização são desejáveis, corretas e apropriadas dentro do sistema de normas, valores e crenças do ambiente (DAFT, 1999), de forma que o *disclosure* constitui-se em um dos meios disponíveis para que a entidade demonstre ao cidadão que atua em consonância com os valores e regras estabelecidos no ambiente da sociedade.

Adicionalmente, o R^2 Ajustado indica que 51,19% da variação na variável dependente IDV-M pode ser explicada pelas variações ocorridas nas variáveis independentes consideradas no modelo: IFDM, PT, PMDB, PR e Tamanho.

As variáveis gênero do gestor municipal, PSDB, escolaridade do prefeito, PIB *per capita*, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, taxa de alfabetização, Índice Firjan de Gestão Fiscal e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos não foram estatisticamente significativas, de modo que, quando se analisa a totalidade dos municípios, estas não podem ser consideradas características explicativas do nível de *disclosure* voluntário. Assim, para a amostra em análise, não foram encontradas evidências de que a forma de governar apresentaria aspectos distintos dependendo do gênero do candidato eleito; além de não haver diferença significativa no nível de divulgação de informações voluntárias quando se considera a escolaridade do gestor municipal.

As variáveis PIB *per capita*, IDH-M, taxa de alfabetização e IFDM, também, não foram consideradas fatores explicativos para o nível de *disclosure* voluntário, assim como ocorreu no estudo de Cruz (2010), embora se tenha encontrado uma correlação positiva e significativa entre essas variáveis e o IDV-M. De forma análoga, não se considera a participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos como uma característica explicativa do nível de *disclosure* voluntário, não se podendo pressupor que os entes públicos que já foram alvo desta fiscalização estariam, após o ocorrido, mais comprometidos com a transparência das contas públicas.

4.3.2 Municípios de Pequeno Porte e Municípios de Médio e Grande Porte

Para permitir análises adicionais, optou-se por estimar, também, modelos de regressão considerando, separadamente, os municípios de pequeno porte e os municípios de médio e grande porte. Salienta-se, nesse contexto, que com a eliminação dos *outliers*, o grupo dos municípios de pequeno porte passou a ser composto por 50 entes públicos, enquanto aqueles considerados de médio e grande porte passaram a englobar 56 municípios.

A análise da matriz de correlação entre as variáveis independentes quantitativas utilizadas no estudo, considerando-se apenas os municípios de pequeno porte, também permitiu identificar uma alta correlação entre as variáveis população (*ln*), receita orçamentária (*ln*) e transferências de recursos da União para os Municípios (*ln*), conforme detalhado na Tabela 12.

Tabela 12: Coeficientes de correlação (*Pearson e Spearman*) – municípios de pequeno porte.

	CORRELAÇÃO PARAMÉTRICA			CORRELAÇÃO NÃO PARAMÉTRICA		
	POPUL	REC	TRANSF	POPUL	REC	TRANSF
População (POPUL)	1,0000			1,0000		
Receita orçamentária (REC)	0,9460	1,0000		0,9650	1,0000	
Transferências (TRANSF)	0,8651	0,8924	1,0000	0,9280	0,9217	1,0000

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Situação análoga foi verificada ao analisarem-se os municípios de médio e grande porte (Tabela 13).

Tabela 13: Coeficientes de correlação (*Pearson e Spearman*) – municípios de médio e grande porte.

	CORRELAÇÃO PARAMÉTRICA			CORRELAÇÃO NÃO PARAMÉTRICA		
	POPUL	REC	TRANSF	POPUL	REC	TRANSF
População (POPUL)	1,0000			1,0000		
Receita orçamentária (REC)	0,8431	1,0000		0,8294	1,0000	
Transferências (TRANSF)	0,8468	0,8805	1,0000	0,7621	0,8340	1,0000

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Desse modo, assim como ocorreu na análise da totalidade dos municípios, as variáveis população, receita orçamentária e transferências de recursos da União para os Municípios foram agrupadas, mediante análise fatorial, em um único fator, denominado Tamanho.

Foi realizado o teste de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) para verificar o grau de explicação dos dados a partir do fator encontrado na AF. Como o KMO indicou um grau de explicação superior a 0,70, tanto em relação aos municípios de pequeno porte, quanto àqueles classificados como de médio e grande porte, considerou-se boa a adequabilidade da análise fatorial. Em relação à avaliação da qualidade do ajuste do modelo, analisou-se a correlação entre as variáveis população, receita orçamentária, transferências de recursos e o fator Tamanho (comunalidades). Observou-se, em ambos os grupos analisados, um alto valor de comunalidades (superior a 0,90) para as variáveis supracitadas, fornecendo indícios de um bom ajuste do modelo.

Quanto à validação dos pressupostos do modelo clássico de regressão linear, foram geradas, primeiramente, regressões auxiliares e analisados os fatores de inflação da variância (*Variance Inflating Factor* - VIF) das variáveis explicativas. Como os VIF encontrados foram baixos (inferiores a 5), tanto no grupo dos municípios de pequeno porte, quanto no daqueles classificados como de médio e grande porte, não detectou-se problemas de multicolinearidade

no modelo. Para verificar o problema da heterocedasticidade, realizou-se o teste de *Breusch-Pagan*. Os valores-p encontrados (0,3277 para os municípios de pequeno porte e 0,4935 para os de médio e grande porte) foram superiores ao nível de significância estabelecido ($\alpha = 0,05$), o que implica na não rejeição da hipótese nula de que os resíduos do modelo possuem variância constante. Por fim, para verificar a correta especificação do modelo estimado, foi realizado o teste RESET. Como os valores-p encontrados (0,9114 para os municípios de pequeno porte e 0,3160 para os de médio e grande porte) foram superiores ao α adotado, não se tem evidência estatística de que a forma funcional do modelo não foi corretamente especificada ou que variáveis relevantes foram omitidas.

Na Tabela 14, apresentam-se os resultados do modelo de regressão, considerando-se apenas os municípios de pequeno porte.

Tabela 14: Resumo do modelo de regressão estimado (municípios de pequeno porte).

		R²	0,2228	
		R² Ajustado	0,2066	
<i>IDV-M</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>t</i>	<i>valor-p</i>
Constante	15	0,8615056	17,41	0,000
Tamanho	3,228506	0,8702521	3,71	0,001

Fonte: elaborada pela autora.

Os resultados da estimação do modelo retratam uma variável estatisticamente significativa como fator explicativo para o nível de *disclosure* voluntário apresentado pelos entes públicos de pequeno porte considerados na amostra. Nesse sentido, a variação no tamanho do município provoca uma variação positiva na variável dependente IDV-M, corroborando os testes de correlação anteriormente realizados, que haviam demonstrado uma associação positiva e significativa entre o IDV-M e as variáveis receita orçamentária, população e transferências de recursos; além de ratificar estudos anteriores. Este resultado não fornece indícios que permitam rejeitar as hipóteses H₅ (*A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); H₆ (*A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); e H₇ (*A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*) elencadas na pesquisa. O R² Ajustado indica que 20,66% da variação no IDV-M pode ser explicada pela variação ocorrida na variável independente Tamanho.

Na Tabela 15, detalham-se os resultados do modelo de regressão, considerando-se apenas os municípios de médio e grande porte.

Tabela 15: Resumo do modelo de regressão estimado (municípios de médio e grande porte).

		R²	0,2873	
		R² Ajustado	0,2461	
<i>IDV-M</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>t</i>	<i>valor-p</i>
Constante	-53,58964	37,70551	-1,42	0,161
Tamanho	2,825882	1,047753	2,70	0,009
Taxa de alfabetização	85,07293	40,2349	2,11	0,039

Fonte: elaborada pela autora

Os resultados da estimação do modelo evidenciam duas variáveis estatisticamente significativas como fatores explicativos para o nível de *disclosure* voluntário apresentado pelos municípios de médio e grande porte considerados na amostra. Nesse contexto, a variação no tamanho do município provoca uma variação positiva na variável dependente IDV-M, não fornecendo indícios que permitissem rejeitar as hipóteses H₅ (*A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); H₆ (*A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); e H₇ (*A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*) elencadas no estudo.

A variação na taxa de alfabetização, também, provoca uma variação positiva na variável dependente IDV-M, confirmando os estudos de Lock (2003), Santana Júnior (2008) e Cruz (2010), que já haviam demonstrado existir relação entre os níveis de transparência apresentados nos *sites* de entes públicos e indicadores educacionais (taxa de alfabetização); além de ratificar a premissa estabelecida nesta pesquisa de que municípios com maiores taxas de alfabetização tenderiam a prezar mais pela transparência de sua gestão, uma vez que cidadãos que compreendem melhor seus direitos exercem maior cobrança e fiscalizam de forma mais efetiva seus governantes. Desse modo, não foram encontrados indícios que permitissem rejeitar a hipótese H₉ (*A taxa de alfabetização do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*).

Ressalta-se que, para um nível de significância de 10%, a variável PT, também, seria considerada estatisticamente significativa (valor-p = 0,0505). Quanto ao R² Ajustado, o valor encontrado indica que 24,61% da variação no Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal

(IDV-M) pode ser explicada pelas variações no Tamanho e na taxa de alfabetização do município.

4.4 Logit multinomial

Conforme já mencionado, para a operacionalização do modelo *logit* multinomial, os índices de *disclosure* voluntário dos municípios analisados foram divididos em quartis para definir o grau de nível de *disclosure*. Desse modo, os entes públicos receberam notas de 1 a 4, de acordo com o intervalo de dados divididos pelos quartis, sendo: Grau 1 (de 0 até o 1º quartil) – Ruim; Grau 2 (acima do 1º quartil até o 2º quartil) – Regular; Grau 3 (acima do 2º quartil até o 3º quartil) – Bom; e Grau 4 (acima do 3º quartil) – Ótimo. No modelo considerado, foi definida como categoria de base a probabilidade de os municípios estarem com um nível Ruim de divulgação de informações voluntárias. A probabilidade de ocorrência de cada resposta, de acordo com este modelo, varia entre os municípios, conforme os diferentes valores dos indicadores avaliados.

Nos tópicos que seguem, os resultados são descritos considerando-se, inicialmente, a totalidade dos municípios e, em seguida, segregando-os por porte. Ressalta-se que, de forma análoga ao realizado na análise de regressão, para a estimação dos modelos *logit* multinomial, também, foram desconsideradas as observações extremas (*outliers*), de modo que a amostra utilizada é composta por 106 municípios, sendo 50 classificados como de pequeno porte e 56 como de médio e grande porte.

4.4.1 Análise Agregada

A divisão dos quartis para definir o grau de nível de *disclosure*, considerando-se a totalidade dos municípios, pode ser descrita como segue: Grau 1 (de 0 até 14 pontos) – Ruim; Grau 2 (acima de 14 até 21 pontos) – Regular; Grau 3 (acima de 21 até 26,75 pontos) – Bom; e Grau 4 (acima de 26,75 pontos) – Ótimo.

Na Tabela 16, apresentam-se os resultados do modelo de regressão *logit* multinomial.

Tabela 16: Resultados do modelo de regressão *logit* multinomial.

LR chi2(45)	133,25
Prob > chi2	0,0000
Pseudo R²	0,4558

	<i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>valor-p</i>
RUIM	Categoria de referência				
	Constante	-33,16096	15,18056	-2,18	0,029
	Tamanho	0,5530093	0,815009	0,68	0,497
	PT	-16,80589	1801,944	-0,01	0,993
	PMDB	2,351825	1,443326	1,63	0,103
	PR	0,5968892	1,298439	0,46	0,646
	PSDB	-0,0413546	1,114709	-0,04	0,970
	ESC1	0,8662765	1,259611	0,69	0,492
	ESC2	0,8415046	1,120776	0,75	0,453
REGULAR	<i>ln</i> PIB	2,068683	1,05844	1,95	0,051
	IDH-M	7,575663	18,6544	0,41	0,685
	ALF	23,72686	21,21428	1,12	0,263
	IFDM	-24,89726	10,85109	-2,29	0,022
	IFGF	4,279399	3,52408	1,21	0,225
	PFRF	0,1624243	0,9082785	0,18	0,858
	Porte	1,199106	1,338371	0,90	0,370
	Gênero	-0,9432567	5522,979	-0,00	1,000
	Constante	-7,439504	14,10522	-0,53	0,598
	Tamanho	1,564919	0,9705094	1,61	0,107
	PT	2,703989	1,212365	2,23	0,026
	PMDB	3,93475	1,544173	2,55	0,011
	PR	1,641943	1,913744	0,86	0,391
	PSDB	1,826242	1,228485	1,49	0,137
	ESC1	1,28091	1,65882	0,77	0,440
	ESC2	1,004629	1,303573	0,77	0,441
BOM	<i>ln</i> PIB	-0,4905901	1,35892	-0,36	0,718
	IDH-M	12,03174	23,20151	0,52	0,604
	ALF	-1,579264	21,22596	-0,07	0,941
	IFDM	-5,141641	11,30441	-0,45	0,649
	IFGF	9,010552	4,28634	2,10	0,036
	PFRF	-0,9047582	1,057888	-0,86	0,392
	Porte	0,7381952	1,487296	0,50	0,620
	Gênero	16,36176	4010,068	0,00	0,997
	Constante	-35,95122	21,27742	-1,69	0,091
	Tamanho	4,038651	1,347276	3,00	0,003
	PT	2,959171	1,468158	2,02	0,044
	PMDB	3,514522	1,67116	2,10	0,035
	PR	5,393942	2,264333	2,38	0,017
	PSDB	0,2847943	1,57159	0,18	0,856
	ESC1	-3,375924	2,521811	-1,34	0,181
	ESC2	0,5185849	1,503863	0,34	0,730
ÓTIMO	<i>ln</i> PIB	1,611618	1,399983	1,15	0,250
	IDH-M	-9,105815	26,3424	-0,35	0,730
	ALF	27,61631	29,39378	0,94	0,347
	IFDM	-4,498589	13,09502	-0,34	0,731
	IFGF	2,564373	4,633517	0,55	0,580
	PFRF	0,7268969	1,283045	0,57	0,571
	Porte	1,716768	1,870091	0,92	0,359
	Gênero	13,23839	4010,068	0,00	0,997

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Analisando-se, primeiramente, apenas os sinais dos coeficientes das variáveis estatisticamente significativas (valor- $p < \alpha$), observa-se que, conforme o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) aumenta, diminui a probabilidade de o município apresentar um nível de *disclosure* Regular ao invés de Ruim. A probabilidade de municípios cujos gestores encontram-se filiados ao PT ou ao PMDB apresentarem *disclosure* Bom ao invés de Ruim é maior do que a daqueles cujos gestores encontram-se filiados a outros partidos. Ademais, conforme aumenta o IFGF do município, aumenta a probabilidade de o município apresentar um grau de *disclosure* considerado Bom ao invés de Ruim. Finalmente, pode-se inferir que à medida que o tamanho do município aumenta, aumenta a probabilidade deste apresentar um *disclosure* Ótimo ao invés de Ruim. Além disso, a probabilidade de municípios cujos gestores encontram-se filiados ao PT, PMDB ou PR apresentarem *disclosure* Ótimo ao invés de Ruim é maior do que a daqueles cujos gestores encontram-se filiados a outros partidos.

Para se obter a influência direta das variáveis explicativas na probabilidade de cada um dos níveis de *disclosure* avaliados, o modelo foi estimado considerando-se a visualização da Região de Risco Relativo (RRR), análoga à razão de chances (*odds ratio*), conforme verificado na Tabela 17.

Tabela 17: Modelo multinomial com visualização da Região de Risco Relativo (RRR).

		LR chi2(45)	133,25		
		Prob > chi2	0,0000		
		Pseudo R ²	0,4558		
Variáveis		RRR	Erro Padrão	z	valor-p
RUIIM	Categoria de referência				
REGULAR	Tamanho	1,738477	1,416874	0,68	0,497
	PT	5,03e-08	0,0000906	-0,01	0,993
	PMDB	10,50472	15,16174	1,63	0,103
	PR	1,816459	2,358563	0,46	0,646
	PSDB	0,9594888	1,069551	-0,04	0,970
	ESC1	2,37804	2,995405	0,69	0,492
	ESC2	2,319855	2,600038	0,75	0,453
	lnPIB	7,914395	8,376913	1,95	0,051
	IDH-M	1950,152	36378,92	0,41	0,685
	ALF	2,02e+10	4,28e+11	1,12	0,263
	IFDM	1,54e-11	1,67e-10	-2,29	0,022
	IFGF	72,19707	254,4283	1,21	0,225
	PFRF	1,176359	1,068462	0,18	0,858
	Porte	3,31715	4,439578	0,90	0,370
Gênero	0,3893577	2150,414	-0,00	1,000	
BOM	Tamanho	4,782289	4,641256	1,61	0,107
	PT	14,9392	18,11177	2,23	0,026
	PMDB	51,14939	78,98349	2,55	0,011
	PR	5,165195	9,884862	0,86	0,391
	PSDB	6,210506	7,629516	1,49	0,137
	ESC1	3,599913	5,971608	0,77	0,440
	ESC2	2,730895	3,559922	0,77	0,441
	lnPIB	0,612265	0,8320194	-0,36	0,718
	IDH-M	168004,1	3897949	0,52	0,604
	ALF	0,2061267	4,375236	-0,07	0,941
	IFDM	0,0058481	0,0661092	-0,45	0,649
	IFGF	8189,041	35101,01	2,10	0,036
	PFRF	0,4046397	0,4280637	-0,86	0,392
	Porte	2,092156	3,111656	0,50	0,620
Gênero	1,28e+07	5,12e+10	0,00	0,997	
ÓTIMO	Tamanho	56,74972	76,45753	3,00	0,003
	PT	19,28198	28,309	2,02	0,044
	PMDB	33,59985	56,15074	2,10	0,035
	PR	220,0691	498,3098	2,38	0,017
	PSDB	1,329489	2,089411	0,18	0,856
	ESC1	0,0341865	0,086212	-1,34	0,181
	ESC2	1,679649	2,525962	0,34	0,730
	lnPIB	5,010914	7,015197	1,15	0,250
	IDH-M	0,000111	0,0029245	-0,35	0,730
	ALF	9,85e+11	2,90e+13	0,94	0,347
	IFDM	0,0111247	0,145678	-0,34	0,731
	IFGF	12,9925	60,20098	0,55	0,580
	PFRF	2,068651	2,654172	0,57	0,571
	Porte	5,566508	10,40988	0,92	0,359
Gênero	561511,9	2,25e+09	0,00	0,997	

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

A análise das razões de chance indica que aumentos unitários no IFDM aumentariam a chance de o município apresentar um nível de *disclosure* Regular ao invés de Ruim em valor que não pode ser considerado relevante (1,54e-11). A chance de municípios cujos gestores encontram-se filiados ao PT ou ao PMDB apresentarem *disclosure* Bom ao invés de Ruim seria, respectivamente, 14,94% e 51,15% maior do que a chance de municípios governados por prefeitos de outros partidos apresentarem a mesma situação. Além disso, aumentos unitários no IFGF aumentariam a chance de o município apresentar um nível de *disclosure* Bom ao invés de Ruim em 8.189%. Quanto à análise da categoria *disclosure* Ótimo, observa-se que o aumento no tamanho do município aumentaria a chance deste apresentar o nível de divulgação supracitado ao invés de um *disclosure* Ruim em 56,75%. Adicionalmente, a probabilidade de municípios cujos gestores encontram-se filiados ao PT, PMDB ou PR apresentarem *disclosure* Ótimo ao invés de Ruim seria, respectivamente, 19,28%, 33,6% e 220,07% maior do que a chance de municípios governados por prefeitos de outros partidos apresentarem a mesma situação.

Ressalta-se que, tendo em vista a ocorrência de alguns resultados contraditórios, optou-se por realizar o teste de *Wald* antes de se avançar na análise. O teste em questão verifica se os coeficientes apresentados em cada categoria considerada no *logit* multinomial são os mesmos, ou seja, se Regular - Bom = 0; Regular - Ótimo = 0; Regular - Ruim = 0; Bom - Ótimo = 0; Bom - Ruim = 0 e Ótimo - Ruim = 0. Como os valores-p encontrados para as combinações de Regular e Ruim (0,389) e Bom e Ótimo (0,528) foram superiores ao α adotado (0,05), pode-se inferir que não existem evidências estatísticas que permitam rejeitar a hipótese de que tais categorias são semelhantes, de modo que estas podem, então, ser agrupadas.

Assim, optou-se por estimar um modelo *logit* binário, considerando-se apenas as categorias *disclosure* Inferior (agrupando o Grau 1 – Ruim e o Grau 2 – Regular do *logit* multinomial) e *disclosure* Superior (englobando o Grau 3 – Bom e o Grau 4 – Ótimo do *logit* multinomial). Portanto, no modelo supracitado, a variável dependente é igual a 1 no caso de o município apresentar *disclosure* Superior (IDV-M superior a 21 pontos) e igual a 0 caso o *disclosure* seja classificado como Inferior (IDV-M até 21 pontos).

Na Tabela 18, apresentam-se os resultados do modelo de regressão *logit* da probabilidade de os municípios apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior. Este modelo pode ser considerado globalmente válido pela análise da razão estatística de máxima

verossimilhança (LR *statistic*), uma vez que o valor-p encontrado foi inferior ao α estabelecido na pesquisa (0,05).

Tabela 18: Resultados do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior.

<i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>valor-p</i>
Constante	1,881106	10,99339	0,17	0,864
Tamanho	1,805899	0,771899	2,34	0,019
PT	2,893369	0,9966769	2,90	0,004
PMDB	1,742402	0,8695997	2,00	0,045
PR	2,420908	1,208319	2,00	0,045
PSDB	1,375137	0,9099453	1,51	0,131
ESC1	-0,3722068	0,9908971	-0,38	0,707
ESC2	-0,7388949	0,9400651	-0,79	0,432
<i>ln</i> PIB	-1,314278	0,9170846	-1,43	0,152
IDH-M	2,682663	16,97412	0,16	0,874
ALF	-3,704036	16,48646	-0,22	0,822
IFDM	11,5491	7,779122	1,48	0,138
IFGF	2,874873	2,828401	1,02	0,309
PFRF	-0,0010564	0,7635004	-0,00	0,999
Porte	0,1310097	1,040675	0,13	0,900

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

A partir da análise da Tabela 18, verifica-se que as variáveis governantes filiados ao PT, PMDB ou PR, e tamanho do município (esta última englobando, mediante análise fatorial, as variáveis população (*ln*), receita orçamentária (*ln*) e transferências de recursos da União para os Municípios (*ln*)) podem ser consideradas estatisticamente significativas (valor-p < α), o que implica que estas exercem influência sobre a probabilidade de os municípios apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior. Os coeficientes estimados evidenciam a variação no logaritmo da razão da probabilidade de ocorrência do evento em análise, dado o aumento unitário nas variáveis consideradas. Para se obter a influência direta de cada variável explicativa na probabilidade de os municípios apresentarem *disclosure* Superior, foi calculado o efeito marginal, apresentado na Tabela 19.

Tabela 19: Efeitos marginais das variáveis explicativas do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior.

<i>Variáveis</i>	<i>Efeito Marginal</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>valor-p</i>
Tamanho	0,434193	0,18363	2,36	0,018
PT	0,5925325	0,12881	4,60	0,000
PMDB	0,4077476	0,17203	2,37	0,018
PR	0,5089836	0,16467	3,09	0,002
PSDB	0,3303375	0,19902	1,66	0,097
ESC1	-0,0866152	0,22165	-0,39	0,696
ESC2	-0,1660098	0,19064	-0,87	0,384
<i>ln</i> PIB	-0,3159923	0,22094	-1,43	0,153
IDH-M	0,6449935	4,07455	0,16	0,874
ALF	-0,8905627	3,95824	-0,22	0,822
IFDM	2,776754	1,88784	1,47	0,141
IFGF	0,6912068	0,67646	1,02	0,307
PFRF	-0,000254	0,18355	-0,00	0,999
Porte	0,0314658	0,24968	0,13	0,900

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

A análise do efeito marginal indica que o fato de o gestor municipal ser filiado ao PT, ao invés de pertencer a outros partidos, aumenta em 0,59 pontos percentuais a probabilidade de o município apresentar um nível de *disclosure* considerado Superior. De forma análoga, o fato de o gestor municipal ser filiado ao PMDB ou ao PR, em detrimento de pertencer a outros partidos, aumenta essa probabilidade, respectivamente, em 0,41 e 0,51 pontos percentuais. Tais resultados corroboram aqueles encontrados na análise de regressão, uma vez que municípios cujos gestores encontravam-se filiados ao PT, PMDB e PR apresentaram, em média, IDV-M superior ao verificado em municípios com gestores filiados a outros partidos. Quanto à variável Tamanho, o efeito marginal encontrado indica que aumentos unitários na variável em análise provocam um aumento de 0,43 pontos percentuais na probabilidade de o ente público apresentar um nível de *disclosure* considerado Superior. Este resultado, também, ratifica o encontrado no modelo de regressão, no qual foi possível identificar uma associação positiva e significativa entre o tamanho dos municípios e níveis de *disclosure*.

Na Tabela 20, evidenciam-se as classificações corretas e incorretas do modelo analisado, com base no ponto de corte de 0,5.

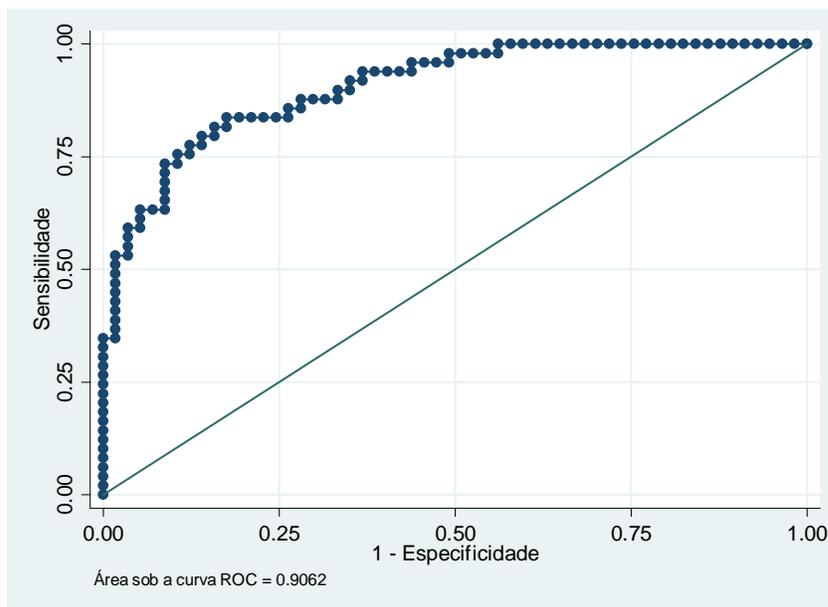
Tabela 20: Resultados da classificação do modelo da situação dos municípios da amostra.

Situação do município	Classificação do município pelo modelo		Percentual de acerto
	<i>Disclosure</i> Superior	<i>Disclosure</i> Inferior	
<i>Disclosure</i> Superior	39	10	$39/49 = 79,59\%$ (sensibilidade)
<i>Disclosure</i> Inferior	8	49	$49/57 = 85,96\%$ (especificidade)
Total	47	59	$(39+49) / 106 = 83,02\%$

Fonte: elaborada pela autora.

Observa-se que o modelo estimado apresentou 83,02% de classificação correta dos municípios. Das 49 observações referentes ao grau de *disclosure* Superior, 39 foram captadas pelo modelo, o que indica um alto nível de acerto (79,59%) para os municípios que apresentaram um bom nível de *disclosure*. Para as observações referentes aos municípios que apresentaram um nível de *disclosure* considerado Inferior, obteve-se 85,96% de classificação correta. Desse modo, pode-se considerar que o modelo apresentou um bom ajuste em termos de tabela de expectativa de predição, ressaltando que o percentual de classificação correta é maior quando se consideram os municípios que apresentam *disclosure* Inferior.

Adicionalmente, optou-se por analisar a curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*), que relaciona a sensibilidade *versus* a especificidade do modelo estimado, conforme verificado na Figura 4. Um modelo com nenhum poder preditivo teria a curva ROC como uma linha de 45 graus. Quanto maior o poder preditivo do modelo, maior a concavidade da curva, de modo que a área sob a curva é utilizada como uma medida de capacidade preditiva do modelo.

Figura 4: Curva ROC (totalidade dos municípios).

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Confirma-se que o modelo estimado para os municípios da amostra apresentou uma boa capacidade preditiva, com uma área sob a curva de 0,9062, reforçando a prerrogativa de que é adequado para a previsão de níveis de *disclosure*.

4.4.2 Municípios de Pequeno Porte e Municípios de Médio e Grande Porte

A divisão dos quartis para definir o grau de nível de *disclosure*, considerando-se apenas os municípios de pequeno porte, pode ser descrita como segue: Grau 1 (de 0 até 10 pontos) – Ruim; Grau 2 (acima de 10 até 14 pontos) – Regular; Grau 3 (acima de 14 até 19 pontos) – Bom; e Grau 4 (acima de 19 pontos) – Ótimo.

Quando se analisam somente os municípios de médio e grande porte, a divisão dos quartis passa a ser a seguinte: Grau 1 (de 0 até 21 pontos) – Ruim; Grau 2 (acima de 21 até 26 pontos) – Regular; Grau 3 (acima de 26 até 32 pontos) – Bom; e Grau 4 (acima de 32 pontos) – Ótimo.

Após a estimação do modelo *logit* multinomial, considerando-se, separadamente, municípios de pequeno porte e municípios de médio e grande porte, realizou-se o teste de *Wald* para verificar se os coeficientes apresentados em cada categoria eram os mesmos. Como os

valores-p encontrados para as combinações de Regular e Ruim (0,956 para municípios de pequeno porte e 0,972 para municípios de médio e grande porte) e Bom e Ótimo (0,932 para municípios de pequeno porte e 0,980 para municípios de médio e grande porte) foram superiores ao α adotado (0,05), pode-se inferir que não existem evidências estatísticas que permitam rejeitar a hipótese de que tais categorias são semelhantes, de modo que estas podem, então, ser agrupadas. Em decorrência destes resultados, optou-se por estimar um modelo *logit* binário, considerando-se apenas as categorias *disclosure* Inferior (agrupando o Grau 1 e o Grau 2 do *logit* multinomial) e *disclosure* Superior (englobando o Grau 3 e o Grau 4 do *logit* multinomial).

Estimou-se, primeiramente, um modelo específico para os municípios de pequeno porte. A variável dependente foi, então, classificada como 1 no caso de o município apresentar *disclosure* Superior (IDV-M superior a 14 pontos) e como 0 no caso de o *disclosure* ser classificado como Inferior (IDV-M até 14 pontos). Porém, a análise da razão estatística de máxima verossimilhança (LR *statistic*) indicou que o modelo não pode ser considerado globalmente válido, haja vista que o valor-p encontrado (0,610) foi superior ao α estabelecido na pesquisa (0,05). Este resultado inviabiliza inferências posteriores, sendo o modelo, com as variáveis e a amostra consideradas, inadequado para a previsão de níveis de *disclosure*.

Quando o foco da análise desloca-se para o grupo dos municípios de médio e grande porte, a variável dependente passa a ser igual a 1 no caso de o município apresentar IDV-M superior a 26 pontos (*disclosure* Superior) e igual a 0 no caso de o *disclosure* ser classificado como Inferior (IDV-M até 26 pontos).

Na Tabela 21, apresentam-se os resultados do modelo de regressão *logit* da probabilidade de os municípios de médio e grande porte apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior. O modelo em questão pode ser considerado globalmente válido pela análise da razão estatística de máxima verossimilhança (LR *statistic*), uma vez que o valor-p encontrado foi inferior ao α estabelecido na pesquisa (0,05).

Tabela 21: Resultados do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios de médio e grande porte apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior.

<i>Variáveis</i>	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>valor-p</i>
Constante	-18,85282	20,13382	-0,94	0,349
Tamanho	1,237157	0,5562721	2,22	0,026
PT	1,702731	1,190621	1,43	0,153
PMDB	1,483315	1,070939	1,39	0,166
PR	4,357117	2,598574	1,68	0,094
PSDB	-0,4720634	1,193886	-0,40	0,693
ESC1	1,26771	1,520293	0,83	0,404
ESC2	-3,5708	2,054342	-1,74	0,082
<i>ln</i> PIB	2,226627	1,37887	1,61	0,106
IDH-M	-44,47971	26,356	-1,69	0,091
ALF	26,52469	27,70225	0,96	0,338
IFDM	15,41714	10,88672	1,42	0,157
IFGF	-6,836906	4,095085	-1,67	0,095
PFRF	0,5468434	1,142096	0,48	0,632
Gênero	-1,795983	1,400712	-1,28	0,200

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Verifica-se, a partir da análise da Tabela 21, que a variável Tamanho pode ser considerada estatisticamente significativa ($\text{valor-p} < \alpha$). Infere-se, portanto, que o tamanho do município exerce influência sobre a probabilidade de os municípios de médio e grande porte apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior ao invés de Inferior.

Na Tabela 22, apresenta-se o cálculo do efeito marginal para cada uma das variáveis incluídas modelo.

Tabela 22: Efeitos marginais das variáveis explicativas do modelo binário de regressão da probabilidade de os municípios de médio e grande porte apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior.

<i>Variáveis</i>	<i>Efeito Marginal</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>valor-p</i>
Tamanho	0,3012985	0,1348	2,24	0,025
PT	0,3985969	0,23869	1,67	0,095
PMDB	0,353488	0,22783	1,55	0,121
PR	0,6140264	0,12567	4,89	0,000
PSDB	-0,1107051	0,26803	-0,41	0,680
ESC1	0,3040617	0,32626	0,93	0,351
ESC2	-0,4856128	0,1208	-4,02	0,000
<i>ln</i> PIB	0,542275	0,33448	1,62	0,105
IDH-M	-10,83264	6,48091	-1,67	0,095
ALF	6,459851	6,7912	0,95	0,341
IFDM	3,754705	2,65156	1,42	0,157
IFGF	-1,665067	0,99451	-1,67	0,094
PFRF	0,1345753	0,28241	0,48	0,634
Gênero	-0,3400937	0,18585	-1,83	0,067

Fonte: Dados extraídos do STATA®.

A análise do efeito marginal indica três variáveis estatisticamente significativas (valor- $p < \alpha$). Desse modo, o fato de o gestor municipal ser filiado ao PR, em detrimento de pertencer a outros partidos, aumenta em 0,61 pontos percentuais a probabilidade de o município apresentar um nível de *disclosure* considerado Superior. Ademais, o fato de o gestor municipal possuir ensino médio completo, ao invés de formação superior, reduz em 0,48 pontos percentuais a probabilidade de o município apresentar um bom nível de *disclosure*, confirmando estudos anteriores de que a educação é um dos principais fatores que determinam o comportamento político dos cidadãos (SCHLEGEL, 2010). Quanto à variável Tamanho, o efeito marginal encontrado indica que aumentos unitários na variável em análise provocam um aumento de 0,30 pontos percentuais na probabilidade de o ente público apresentar um nível de *disclosure* considerado Superior.

Na Tabela 23, evidenciam-se as classificações corretas e incorretas do modelo analisado.

Tabela 23: Resultados da classificação do modelo da situação dos municípios de médio e grande porte.

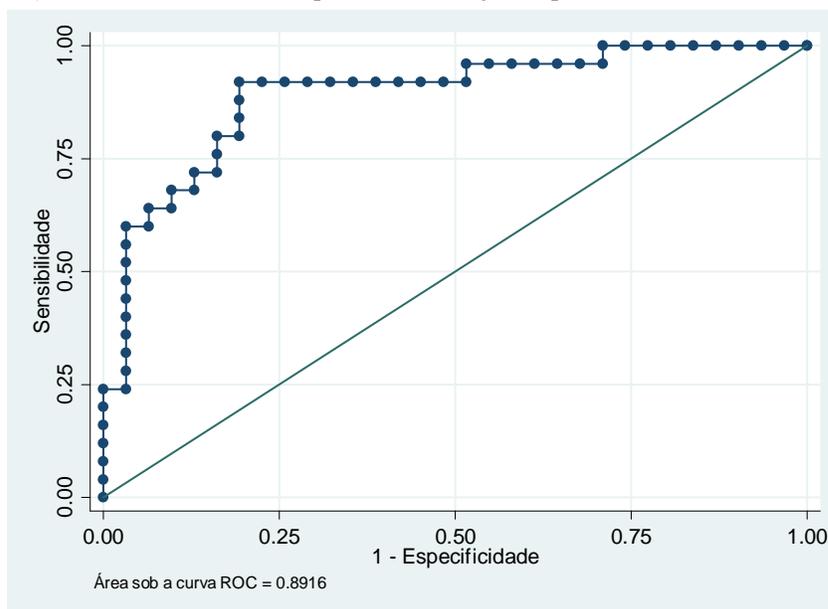
Situação do município	Classificação do município pelo modelo		Percentual de acerto
	<i>Disclosure</i> Superior	<i>Disclosure</i> Inferior	
<i>Disclosure</i> Superios	18	7	18/25 = 72,00% (sensibilidade)
<i>Disclosure</i> Inferior	5	26	26/31 = 83,87% (especificidade)
Total	23	33	(18+26) / 56 = 78,57%

Fonte: elaborada pela autora.

Verifica-se que o modelo estimado apresentou 78,57% de classificação correta dos municípios. Das 25 observações referentes ao grau de *disclosure* Superior, 18 foram captadas pelo modelo, o que indica um alto nível de acerto (72,00%) para os municípios de médio e grande porte que apresentaram um bom nível de *disclosure*. Para as observações referentes aos entes públicos que apresentaram um nível de *disclosure* considerado Inferior, obteve-se 83,87% de classificação correta. Pode-se considerar, portanto, que o modelo apresentou um bom ajuste em termos de tabela de expectativa de predição, ressaltando que o percentual de classificação correta é maior quando se consideram os municípios que apresentam *disclosure* Inferior. Destaca-se, porém, que as porcentagens de classificação correta foram inferiores às encontradas no modelo que considera a totalidade dos municípios.

Optou-se, também, por analisar a curva ROC, que relaciona a sensibilidade *versus* a especificidade do modelo estimado, conforme verificado na Figura 5.

Figura 5: Curva ROC (municípios de médio e grande porte).



Fonte: Dados extraídos do STATA®.

Observa-se que o modelo estimado para os municípios de médio e grande porte apresentou uma boa capacidade preditiva, com uma área sob a curva de 0,8916, reforçando a prerrogativa de que este é adequado para a previsão de níveis de *disclosure*. A capacidade preditiva do modelo, no entanto, foi inferior à verificada no modelo estimado para a totalidade dos municípios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, buscou-se identificar as características que explicam o nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais em seus portais eletrônicos, nível este representado pelo Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M). O índice em questão teve por base os estudos de Welch e Wong (2001), Lima (2007), Santana Júnior (2008), Cruz (2010) e Avelino *et al.* (2011), bem como as recomendações de melhores práticas de transparência orçamentária fornecidas pela OECD e os seguintes índices, adaptados à realidade brasileira: ITA, ITM e INDIP.

O IDV-M foi estruturado em quatorze dimensões relacionadas ao tipo de informação: (1) Visão geral do Município; (2) Relação com os cidadãos; (3) Análise do portal do município; (4) Contratação de serviços; (5) Urbanismo e obras públicas; (6) Assistência Social; (7) Meio ambiente; (8) Educação e Cultura; (9) Segurança Pública; (10) Administração; (11) Saúde e Saneamento; (12) Transporte Urbano; (13) *Layout* dos relatórios; e (14) Relatórios/Informações Contábeis Adicionais.

A amostra da pesquisa foi composta por 130 municípios, sendo 65 considerados de pequeno porte (até 50.000 habitantes) e 65 de médio e grande porte (população superior a 50.000 habitantes). As características dos entes públicos analisadas foram: gênero do gestor municipal, filiação partidária, escolaridade do(a) gestor(a) municipal, PIB *per capita*, receita orçamentária, população, transferências de recursos da União para os Municípios, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), taxa de alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos.

A Teoria da Divulgação foi aqui entendida como uma resposta aos conflitos tratados pela Teoria da Agência, propiciando o subsídio conceitual para sustentar os achados. Mais especificamente, a presente pesquisa se enquadrou na categoria dos estudos sobre divulgação baseada em discricionariedade, uma vez que teve como objetivo avaliar a influência de determinadas variáveis sobre a prática da divulgação voluntária de informações pelos entes públicos componentes da amostra. A divulgação foi, portanto, analisada sob uma perspectiva interna (endógena), em que se procurou entender os motivos e/ou incentivos que a administração pública teria para divulgar ou não determinadas informações.

A divulgação de informações, por sua vez, remeteu aos conceitos de transparência na gestão pública e *accountability* governamental, conceitos estes que se complementam. Nesse contexto, para a existência de transparência, supõe-se como pré-requisito a existência da *accountability*, entendida, neste estudo, como a responsabilidade dos governantes em prestar contas de seus atos, de forma transparente, inteligível e acessível aos cidadãos, adicionado à capacidade destes últimos de impor sanções às autoridades, mediante recondução ao cargo numa eleição futura ou destituição por desempenho insatisfatório.

Definidos os aspectos principais deste estudo, destacam-se as seguintes constatações:

Os municípios da amostra apresentaram, em geral, níveis baixos de divulgação de informações voluntárias, uma vez que as pontuações encontradas para o Índice de *Disclosure* Voluntário Municipal (IDV-M) ficaram, em média, abaixo de 50% da pontuação máxima possível (134 pontos). Considerando-se a totalidade dos municípios, o ente público com a menor pontuação alcançou 3 pontos (Simão Pereira) e o município com maior índice atingiu 86 pontos (Belo Horizonte). Quando a análise passa a segregar os municípios por porte, verificam-se resultados discrepantes: municípios de médio e grande porte apresentaram médias de pontuação superiores em 9, das 14 categorias consideradas, fornecendo indícios que corroboram a afirmativa de cunho teórico de que o tamanho da entidade está positivamente associado a níveis de *disclosure*. O município com a menor pontuação no grupo daqueles considerados de pequeno porte alcançou 3 pontos (Simão Pereira) e os municípios com os maiores índices atingiram 31 pontos (Machado e Caeté). Quando se consideram os municípios de médio e grande porte, a menor pontuação foi apresentada pela cidade de Manhuaçu (4 pontos) e a maior, pelo município de Belo Horizonte (86 pontos).

De acordo com Prado (2004), considerando-se que uma das premissas fundamentais da democracia representativa é que ela deva ser o governo do visível e que, por princípio, nada deva permanecer escondido, é essencial que os governantes tornem públicos não só os próprios atos, mas disponibilizem informações relativas à administração pública de forma a tornar o governo cada vez mais transparente. Porém, o que se observa é que os municípios analisados estão usufruindo, apenas de forma limitada, dos benefícios advindos de uma maior divulgação de informações. A transparência do setor público gera credibilidade e permite que a sociedade tenha condições de exercer controle quanto à utilização dos recursos públicos (LOCK, 2003), propiciando uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade.

Adicionalmente, conforme já mencionado, as entidades públicas que apresentam maior nível de *disclosure* estão, teoricamente, oferecendo mais mecanismos de monitoramento das atividades do gestor público (agente) para os cidadãos (principais), de modo que o compromisso de uma maior divulgação reduz a assimetria de informação (VERRECHIA, 2001). A evidenciação de informações voluntárias, especificamente, tem a possibilidade de apresentar linguagem mais acessível e atrativa aos cidadãos, permitindo o exercício da cidadania e exercendo papel fundamental no processo de legitimação das entidades públicas. Os municípios da amostra não parecem priorizar a divulgação destas informações, gerando empecilhos para o exercício pleno da *accountability* e do controle social.

A análise dos testes de correlação, considerando-se, primeiramente, a totalidade dos municípios, permitiu identificar uma associação positiva e significativa entre o IDV-M e todas as variáveis quantitativas elencadas no estudo: PIB *per capita* (*ln*), receita orçamentária (*ln*), população (*ln*), transferências de recursos da União para os Municípios (*ln*), IDH-M, taxa de alfabetização, IFDM e IFGF. Ao segregarem-se os municípios por porte, verificou-se uma correlação positiva e significativa entre o IDV-M dos municípios de pequeno porte e as variáveis: receita orçamentária, população e transferências de recursos. Quando se consideram os municípios de médio e grande porte, identificou-se uma associação positiva e significativa entre o IDV-M e as variáveis: PIB *per capita* (*ln*), receita orçamentária (*ln*), população (*ln*), transferências de recursos da União para os Municípios (*ln*), IDH-M, taxa de alfabetização e IFDM.

Com o intuito de possibilitar maiores inferências e alcançar o objetivo geral deste estudo, foi estimado um modelo de regressão linear, a fim de verificar se determinadas características dos municípios analisados (variáveis independentes) podem ser consideradas fatores explicativos para o nível de *disclosure* voluntário apresentado por tais entes públicos (variável dependente). Nesta etapa, optou-se por desconsiderar as observações extremas (*outliers*), situadas na ponta superior e inferior da distribuição, de modo que a amostra analisada passou a ser composta por 106 municípios: 50 classificados como de pequeno porte e 56 como de médio e grande porte.

A análise da totalidade dos municípios permitiu identificar cinco variáveis que podem ser consideradas características explicativas para o nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais: Tamanho, englobando, mediante análise fatorial, as variáveis

população (ln), receita orçamentária (ln) e transferências de recursos da União para os Municípios (ln); IFDM; PT; PMDB; e PR. Assim, foram encontrados indícios que não permitiram rejeitar as seguintes hipóteses elencadas no estudo: H_5 (*A receita orçamentária do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); H_6 (*A população do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); H_7 (*A transferência de recursos da União para os Municípios é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*); e H_{10} (*O IFDM é estatisticamente significativo quando relacionado ao IDV-M e esta relação é positiva*), confirmando estudos anteriores que já haviam identificado uma relação positiva e significativa entre o tamanho das entidades e níveis de *disclosure*; e entre indicadores socioeconômicos e os níveis de evidenciação em portais eletrônicos.

Estes resultados, porém, forneceram indícios para a rejeição da hipótese H_2 (*A variável filiação partidária do(a) gestor(a) municipal não é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M*). Esperava-se, a princípio, que não houvesse diferenças estatisticamente significativas no nível de divulgação de informações voluntárias nos portais eletrônicos de municípios governados por gestores de partidos distintos. Uma possível explicação para a situação encontrada seria o fato de que o PT, o PMDB e o PR respondem, juntos, por mais de 30% do total de indivíduos filiados a partidos políticos no Brasil, sendo, portanto, partidos de grande visibilidade, o que implicaria em preocupações maiores no sentido de recuperar ou manter sua legitimidade perante a sociedade. Além disso, o PT e o PMDB foram fundados em 1980, ainda em meados da Ditadura Militar no Brasil, período de supressão de liberdades individuais e censura de meios de comunicação. Tal fato, também, poderia explicar uma maior preocupação destes partidos com a transparência. O PR, por sua vez, criado a partir da união do Partido Liberal (PL) com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), é de formação mais recente (2006). Assim, apesar de o PR contar com um considerável número de filiados, por ser de formação recente, pode, ainda, não estar totalmente consolidado perante a sociedade. De forma similar ao que ocorre com empresas jovens, que são mais caracterizadas pela incerteza do que as com mais tempo de existência, pressupondo-se que as primeiras precisariam prestar mais informações (MACAGNAN, 2009); partidos políticos de criação recente, também, poderiam suscitar maior desconfiança dos eleitores, minimizando esta situação mediante a maior preocupação com a transparência.

Segregando-se os municípios por porte, a análise daqueles considerados de pequeno porte permitiu identificar apenas a variável tamanho como um fator explicativo para o nível de *disclosure* voluntário de tais entes públicos. Enquanto a análise dos municípios de médio e grande porte permitiu observar duas variáveis como explicativas para o nível de *disclosure* voluntário destas entidades: tamanho e taxa de alfabetização. Poderia-se inferir, desse modo, que municípios de médio e grande porte com maiores taxas de alfabetização tenderiam a prezar mais pela transparência de sua gestão, uma vez que seus habitantes estariam mais preparados para acompanhar e fiscalizar o trabalho dos gestores. Este resultado forneceu indícios para a não rejeição, também, da hipótese H₉ (*A taxa de alfabetização do município é estatisticamente significativa quando relacionada ao IDV-M e esta relação é positiva*), ratificando estudos como os de Lock (2003), Santana Júnior (2008) e Cruz (2010).

Finalmente, com o intuito de alcançar o terceiro objetivo específico estabelecido no estudo (propor um modelo que classifique os municípios em diferentes níveis de divulgação de informações voluntárias), estimou-se, primeiramente, três modelos *logit* multinomial, considerando-se, respectivamente, a totalidade dos municípios, apenas os municípios de pequeno porte e somente os municípios de médio e grande porte. Nos modelos supracitados, os índices de *disclosure* voluntário dos municípios analisados foram divididos em quartis para definir o grau de nível de *disclosure*, de forma que os entes públicos receberam notas de 1 a 4, de acordo com o intervalo de dados divididos pelos quartis, sendo: Grau 1 (de 0 até o 1º quartil) – Ruim; Grau 2 (acima do 1º quartil até o 2º quartil) – Regular; Grau 3 (acima do 2º quartil até o 3º quartil) – Bom; e Grau 4 (acima do 3º quartil) – Ótimo.

Após a estimação dos modelos, constatou-se, mediante a realização do teste de *Wald*, que as categorias Regular e Ruim e Bom e Ótimo poderiam ser classificadas como similares, podendo, então, ser agrupadas. Assim, optou-se por estimar um modelo *logit* binário, considerando-se apenas as categorias *disclosure* Inferior (agrupando o Grau 1 e o Grau 2 do *logit* multinomial) e *disclosure* Superior (englobando o Grau 3 e o Grau 4 do *logit* multinomial).

Os resultados permitiram inferir que, considerando-se a totalidade dos municípios, as variáveis PT, PMDB, PR e Tamanho exercem influência sobre a probabilidade de os municípios apresentarem um grau de *disclosure* considerado Superior. Salienta-se que não foi possível realizar análise similar segregando-se apenas os municípios de pequeno porte, uma

vez que o modelo estimado não foi considerado globalmente válido. Em relação aos municípios de médio e grande porte, a análise do efeito marginal indicou que o tamanho do município e o fato de o gestor municipal ser filiado ao PR, em detrimento de pertencer a outros partidos, aumentam a probabilidade de o município apresentar um nível de *disclosure* considerado Superior. De modo contrário, o fato de o gestor municipal possuir ensino médio completo, ao invés de formação superior, reduz a probabilidade de o município apresentar um bom nível de *disclosure*. Conforme já mencionado, de acordo com Schlegel (2010), a educação é um dos fatores mais relevantes como determinante do comportamento político do cidadão, mantendo correlação consistente, forte e positiva com dimensões como interesse por política, conhecimento de informações políticas, engajamento cívico e social ou com indicadores relacionados a atitudes democráticas e legitimidade, como tolerância e eficácia política. Isto poderia fornecer o embasamento teórico para a situação encontrada nesta pesquisa, uma vez que, quando se consideram apenas os municípios de médio e grande porte, observou-se que o fato de o prefeito possuir menos anos de estudo (ensino médio completo ao invés de formação superior) reduziria a probabilidade de o município apresentar um nível de *disclosure* Superior.

Após a análise da tabela de expectativa de predição e da curva ROC, tanto o modelo *logit* considerando a totalidade dos municípios, quanto aquele que segrega apenas os municípios de médio e grande porte, foram considerados adequados para a previsão de níveis de *disclosure*, com destaque para o desempenho superior do primeiro modelo.

Em suma, os resultados encontrados permitiram identificar as características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais e responder à questão de pesquisa levantada no estudo. Assim, observa-se que, para os municípios analisados, o tamanho do ente público pode ser considerado uma característica explicativa do nível de *disclosure* voluntário, corroborando a afirmativa de cunho teórico de que o tamanho da entidade está positivamente associado a níveis de *disclosure*. Adicionalmente, considerando-se somente o modelo de regressão estimado para a totalidade dos municípios, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), também, pode ser considerado um fator explicativo para o nível de divulgação de informações voluntárias, além do fato de o gestor municipal ser filiado ao PT, PMDB ou PR, em detrimento de outros partidos. Ao analisarem-se apenas os municípios de médio e grande porte, a taxa de alfabetização, informação incorporada pelo

IFDM, foi, igualmente, considerada uma característica explicativa do nível de *disclosure* voluntário.

Nesse contexto, das 12 características dos municípios elencadas neste estudo (gênero do gestor municipal, filiação partidária, escolaridade do gestor municipal, PIB *per capita*, receita orçamentária, população, transferências de recursos da União para os Municípios, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, taxa de alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Índice Firjan de Gestão Fiscal e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos), foram consideradas estatisticamente significativas as variáveis: população, receita orçamentária e transferências de recursos da União para os Municípios (agrupadas no fator Tamanho), além da filiação partidária (PT, PMDB e PR) e IFDM, se considerada a totalidade dos municípios; e da taxa de alfabetização, quando considerados apenas os municípios de médio e grande porte. Desse modo, a maior parte das variáveis que podem ser consideradas características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais refletem as condições econômicas e sociais destes entes públicos, fornecendo evidências que não permitiram rejeitar a hipótese da pesquisa de que os indicadores de natureza socioeconômica exercem maior influência no nível de *disclosure* voluntário do que outras variáveis explicativas.

Para pesquisas futuras, sugere-se que sejam agregados diferentes indicadores ao modelo de investigação, haja vista que o índice de *disclosure* voluntário elaborado não é um fim em si mesmo. Sugere-se, também, que o mesmo índice considerado na pesquisa seja investigado em momento posterior, de forma que seja possível a realização de uma comparação no que diz respeito à evolução deste índice, à medida que o exercício da cidadania, expresso pelo voto, esteja mais consolidado no país.

REFERÊNCIAS

- AHMED, K.; COURTIS, J. K. Associations between Corporate Characteristics and Disclosure Levels in Annual Reports: a Meta-Analysis. **The British Accounting Review**, v. 31, n. 1, p. 35–61, mar. 1999.
- AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, *accountability* e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 723-745, set./out. 2002. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_resumos.asp?cd_artigo=1587>. Acesso em: 8 fev. 2012.
- ALBUQUERQUE, J. H. M.; ANDRADE, C. S.; MONTEIRO, G. B.; RIBEIRO, J. C. Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a *accountability* e a relação Estado-sociedade. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7, 2007. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007. CD-ROM.
- ALENCAR, R. C. S. **Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro**. 2007. 114 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14032008-120509/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- ARMSTRONG, C. S.; GUAY, W. R.; WEBER, J. P. The role of information and financial reporting in corporate governance and debt contracting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, p. 179–234, 2010.
- ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 376-382, maio/jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16549.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2012.
- ATHAYDE, F. R. **A Evidenciação de informações contábeis da área social no setor público**: estudo de caso do município de Luziânia GO. 2002. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://www.unb.br/cca/pos-graduacao/mestrado/dissertacoes/mest_dissert_003.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2012.
- AVELINO, B. C.; MARIO, P. C.; CARVALHO, L. N.; COLAUTO, R. D. Índice de *disclosure* nos Estados brasileiros: uma abordagem da Teoria da Divulgação. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 8, 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011. CD-ROM.
- BAIROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, ano 3, 2º semestre, p. 458-463, 1995. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BANCO MUNDIAL – BRASIL. Relatório n. 43590-BR. **Diversos caminhos para o Sucesso Educacional Boas práticas e Desempenho dos alunos na Prova Brasil**: Identificando casos bem sucedidos nas redes municipais de ensino. Brasília, 2008. Disponível em: <www.planejamento.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2012.

BANDEIRA, A. A. Informação e exercício da *accountability*. In: Congresso Nacional de Ciência da Informação, 6, 2005. Salvador, BA. **Anais eletrônicos...** Salvador: CIFORM, 2005. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/AlineAlvesBandeira.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2012.

BEUREN, I. M.; SÖTHER, A. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações – RCO**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 5, p. 98-120 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1982-64862009000400007&script=sci_abstract>. Acesso em: 10 fev. 2012.

BOFF, M. L. **Estratégias de legitimidade organizacional de Lindblom na evidência ambiental e social em relatórios da administração de empresas familiares**. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau. Disponível em: <http://proxy.furb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=435>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R. S.; SALOTTI, B. M. Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9º, 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. CD-ROM.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. 23. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

_____. Lei nº 12.034, de 29 de Setembro de 2009. Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. Lei Complementar 101/2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Lei Complementar 131/2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Lei 9.755/1998. Dispõe sobre a criação de ‘homepage’ na ‘Internet’, pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9755.htm>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. Lei nº 12.527/2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 25 maio 2012.

_____. Portaria nº 751/2009. Aprova o volume V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e republica o volume IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, da 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_DCAS_P_port751.pdf>. Acesso em: 25 maio 2012.

_____. Portaria nº 467/2009. Aprova os volumes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos e IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, da 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_467_2009_PCP_PCE_PCASP.pdf>. Acesso em: 25 maio 2012.

CAMPOS, A. M. *Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português?* **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p.30-50, fev./abr. 1990. Disponível em: <<http://admsp20061.wikispaces.com/file/view/Accountability-+Quando+poderemos+traduzi-la+par+o+portugu%C3%AAs+-+Anna+Maria+Campos.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

CARLOS, F. A.; LOPES, J. E. G.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; MACÊDO, J. M. A.; AMARO, R. G.; RIBEIRO FILHO, J. F. Uma Discussão sobre a Criação de Indicadores de Transparência na Gestão Pública Federal como Suporte ao Ciclo da Política Pública. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.1-15, maio/ago, 2008. Disponível em: <http://www.sergiomariz.com/mcc.uerj/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=47&Itemid=51>. Acesso em: 31 jan. 2012.

CASAS, A. **Cinefotografia**. México: UNAM, Centro Universitario de Estudios Cinematográficos, 2006.

CASTRO, D. P. Ajustando o foco da Contabilidade Pública. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano XXXIV, n. 151, p. 69-83, jan./fev. 2005.

CASTRO, J. Brasil piora colocação em ranking sobre corrupção. **Jornal O Globo**, dez. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/brasil-piora-colocacao-em-ranking-sobre-corrupcao-3359621>>. Acesso em: 22 out. 2012.

CATAIA, M. Federalismo Brasileiro. As Relações Intergovernamentais Analisadas a partir das Transferências Voluntárias (União/Municípios). **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Costa Rica, p. 1-16, II semestre 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2799>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Acesso à Informação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/legislacao-integra.asp>>. Acesso em: 24 maio 2012a.

_____. **Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos**. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/AreaAuditoriaFiscalizacao/ExecucaoProgramasGoverno/Sorteios/index.asp>>. Acesso em: 12 abr. 2012b.

CORBARI, E. C. *Accountability* e Controle Social: Desafio à Construção da Cidadania. **Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil**, Curitiba, n. 2, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/viewfile/PROGESP/ItemAcervo242?rev=&filename=Accountability_e_Control_Social_Desafio_a_Construcao_da_Cidadania.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2012.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. 2008.

CRUZ, C. F. **Transparência da Gestão Pública Municipal: Referenciais Teóricos e a Situação dos Grandes Municípios Brasileiros**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/viewArticle/86>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/838>>. Acesso em: 03 fev. 2012.

DAFT, R. L. **Teoria e projeto das organizações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do *disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: EnANPAD, XXVIII, 2004. Curitiba-PR. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. CD-ROM.

DE LUCA, M. M. M.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B.; CUNHA, J. V. A.; OTT, E. Associação de Modelos de Sucesso Profissional e Gênero entre Graduandos de Ciências Contábeis. In: Congresso ANPCONT, V, 2011. Vitória-ES. **Anais...** Vitória-ES: ANPCONT, 2011. CD-ROM.

DELLI CARPINI, M. X.; KEETER, S. **What Americans know about politics and why it matters**. New Haven: Yale University Press, 1996.

DOBLER, M. How informative is risk reporting? A review of disclosure models. **Munich Business Research Working Paper**, Social Science Research Network, n. 1, jan. 2005. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=640522>. Acesso em: 8 mar. 2012.

DYE, R. A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 181-235, dez. 2001.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, jan. 2001.

FIGUEIREDO, C. M. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FRANCIS, J.; KHURANA, I.; PEREIRA, R. Disclosure incentives and effects on cost of capital around the world. **The Accounting Review**, v. 80, p. 1125-1162, out. 2005.

GALL, M. D.; GALL, J. P.; BORG, W. R. **Educational Research: An introduction**. 8 ed. Boston: Pearson Education, 2007.

GOMES FILHO, A. B. O desafio de implementar uma gestão pública transparente. In: Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, X, 2005. Santiago, Chile. **Anais eletrônicos...** Santiago: CLAD, 2005. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/handle/123456789/2698>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

GOULART, A. M. C. **Evidenciação Contábil do Risco de Mercado por Instituições Financeiras no Brasil**. 2003. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/pt-br.php>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

GRACILIANO, E. A.; MOREIRA FILHO, J. C.; NUNES, A. P.; PONTES, F. C. M.; ZAMPA, F. F. *Accountability* na Administração Pública Federal: Contribuição das Auditorias Operacionais do TCU. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 43-51, jan./mar. 2010.

GRAU, N. C. A democratização da administração pública: os mitos a serem vencidos. In: **Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães**, nº 8 – Gestão pública e participação.

Salvador: FLEM, 2005. Disponível em:

<<http://www.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFlem8-VersaoCompleta.pdf>>.

Acesso em: 11 mar. 2012.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política.

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, ano 9, 1º semestre, p. 167-206, 2001.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010#t10>.

Acesso em: 17 mar. 2012.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

GUTTENTAG, M. D. An Argument for Imposing Disclosure Requirements on Public Companies. **Florida State University Law Review**, n. 32, ago. 2004. Disponível em:

<<http://www.law.fsu.edu/journals/lawreview/downloads/321/Guttentag.pdf>>.

Acesso em 18 jan. 2012.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 9, n. 1, 1996, p. 77-108.

HAIR, J. F. Jr.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise**

Multivariada de Dados. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo:

Atlas, 1999.

HOPE, O. Firm-level disclosures and the relative roles of culture and legal origin. **Journal of International Financial Managerial and Accounting**, v. 14, n. 3, p. 218-248, jan. 2003.

HUME, D. **Investigação acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Associativismo, Representação de Interesses e Intermediação Política**. 1996. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/suppme/analiseresultados1.shtm>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>.

Acesso em: 22 mar. 2012.

_____. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

INDIP - ÍNDICE DE TRANSPARENCIA DE LAS DIPUTACIONES PROVINCIALES.

Cuadro General de Indicadores. Disponível em:

<http://www.transparencia.org.es/INDIP/Cuadro_General_de_Indicadores_INDIP.pdf>.

Acesso em: 30 abr. 2012.

INDIP. **El Índice de Transparencia de Las Diputaciones**: objetivos y características básicas, 2010. Disponível em:

<http://www.transparencia.org.es/INDIP/OBJETIVOS_Y_CHARACTERÍSTICAS_BÁSICAS_INDIP.pdf>. Acesso em: 04 maio 2012.

ITA – ÍNDICE DE TRANSPARENCIA DE LOS AYUNTAMIENTOS. **Cuadro General de Indicadores**. Disponível em:

<http://www.transparencia.org.es/ITA_2010/Cuadro_General_de_Indicadores_2010.pdf>.

Acesso em: 30 abr. 2012.

ITA. **El Índice de Transparencia de los Ayuntamientos: objetivos y características básicas**, 2010. Disponível em:

<http://www.transparencia.org.es/ITA_2010/Objetivos_y_caracteristicas_basicas_2010.htm>.

Acesso em: 04 maio 2012.

ITM – ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL. **Corporación Transparencia por Colômbia: Resultados 2008 -2009**. Disponível em:

<<http://www.transparenciacolombia.org.co/LinkClick.aspx?fileticket=0hpgyO3LgZw%3d&tabid=195&language=es-ES>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, 1976.

_____. Teoria da firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 2, p. 87-125, abr./jun. 2008.

KHAIR, A. A. **Lei de Responsabilidade Fiscal: guia de orientação para as prefeituras**.

Brasília: BNDES, 2000. Disponível em:

<<http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=1851&cat=245&sec=25>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a05v2057.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 23-40, fev. 2004. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a02v1954.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2012.

KONDO, S. Promovendo o Diálogo para Fortalecer a boa Governança. In: KONDO *et al.*

Transparência e Responsabilização no Setor Público: Fazendo Acontecer. Brasília:

Coleção Gestão Pública, 2002.

LANG, M.; LUNDHOLM, R. Voluntary disclosure and equity offerings: Reducing information asymmetry or hyping the stock. **Contemporary Accounting Research**, v. 17, p. 623-662, 2000. Disponível em:

<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=252653>. Acesso em: 6 mar. 2012.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/pt-br.php>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of Accounting Research**, v. 38, p. 91-124, jul. 1999. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=171975>. Acesso em: 6 mar. 2012.

LEUZ, C.; WYSOCKI, P. Economic consequences of financial reporting and disclosure regulation: A review and suggestions for future research. **Social Science Research Network**, mar. 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1105398>. Acesso em: 6 mar. 2012.

LEVY, E. Apresentação. In: KONDO *et al.* **Transparência e Responsabilização no Setor Público: Fazendo Acontecer**. Brasília: Coleção Gestão Pública, 2002.

LIBBY, R.; BLOOMFIELD, R.; NELSON, M. W. Experimental Research in Financial Accounting. **Accounting, Organizations and Society**, v. 27, n. 8, p. 775–810, nov. 2002.

LIMA, E. M. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em Instituições de Ensino Superior Filantrópicas do Brasil: uma abordagem da Teoria da Divulgação**. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052009-110807/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

LIMA, G. A. S. F de. **Utilização da Teoria da Divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 2007. 118 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-26112007-165145/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

LOCK, F. N. **Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na Internet**. 111 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040210180938.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

LOPES, C. A. Os impactos da transparência governamental na efetividade dos gastos públicos e na consolidação da democracia. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXII, 2009. Curitiba/PR. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2191-1.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

LOUREIRO, M. R.; TEIXEIRA, M. A. C.; PRADO, O. Construção de Instituições Democráticas no Brasil Contemporâneo: Transparência das Contas Públicas. **Organização &**

Sociedade - O&S, v.15, n.47, p. 107-119, out./dez. 2008. Disponível em:
<<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=493>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 46-61, mai./ago. 2009.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO. **Volume V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público**. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/manual_cont_setpublico.as>. Acesso em: 7 fev. 2012.

_____. **Volume II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais**. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/manual_cont_setpublico.as>. Acesso em: 7 fev. 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MELO, C. A. V. **Alta corrupção como resposta a baixos níveis de accountability**. 2003. 185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MELO, M. C. O. L.; MAGESTE, G. S.; MENDES, E. L. Percursos da mulher no mundo do trabalho. In: CLADEA, 41, 2006. Montpellier. **Anais...** Montpellier: CLADEA, 2006. CD-ROM.

MIGUEL, L. F. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Rev. Sociol. Polit.**, n. 25, Curitiba, nov. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200004#top5>. Acesso em: 03 fev. 2012.

MINGOTI, S. A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**: as bases da legitimidade democrática no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

MOON, M. J. The Evolution of E-Government among Municipalities: Rhetoric or Reality? **Public Administration Review**, v. 62, n. 4, p. 424-433, jul./ago. 2002. Disponível em:
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/0033-3352.00196/abstract>>. Acesso em: 8 fev. 2012.

MOSHER, F. C. **Democracy and the public service**. New York: Oxford University, 1968.

MURCIA, F. D. R. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) -

Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/pt-br.php>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

NAKAGAWA, M. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1995.

NAKAGAWA, M.; RELVAS, T. R. S.; DIAS FILHO, J. M. *Accountability*: a Razão de ser da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC**, v. 1, n. 3, 2007.

NUNES, J. G.; TEIXEIRA, A. J. C.; NOSSA, V. Análise das Variáveis que influenciam a Adesão das Empresas ao índice Bovespa de Sustentabilidade In: EnANPAD, XXXIII, 2009. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2010. CD-ROM.

O'DONNELL, G. *Accountability* horizontal e as novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Best Practices for Budget Transparency**, 2002. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/33/13/1905258.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. **Key indicators on education**. Education at a Glance 2010: OECD Indicators. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/55/0,3746,en_2649_37455_46349815_1_1_1_37455,00.html>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. **Key indicators**. OECD Health Data 2011, nov. 2011. Disponível em: <http://www.oecd.org/document/16/0,3746,en_2649_37407_2085200_1_1_1_37407,00.html>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. **The government imperative**. Paris, 2003. Disponível em: <www.oecd.org/dataoecd/60/60/2502539.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2012.

OLIVEIRA, A. S. **Controle Social**: Perspectivas para a fiscalização popular da Administração Pública no Brasil. In: Prêmio Serzedello Corrêa 2001 - Perspectivas para o controle social e a transparência da Administração pública, Brasília, TCU, 2002, p. 143-210. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058956.PDF>>. Acesso em: 29 jan. 2012.

OLIVEIRA, P. H. F. C. **Amostragem Básica**: Aplicação em Auditoria. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2004.

OLIVEIRA, R. R.; SILVA, A. M. C.; MORAES, M. C. C. Transparência do orçamento governamental dos países: um estudo acerca da associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p. 5-11, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://webserver.crcrj.org.br/asscom/Pensarcontabil/revistaspdf/revista%2042.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

PAIVA, R. M. M. **O Controle Social na Administração Pública**: Propostas para estruturar e estimular o seu desenvolvimento. 2004. Monografia (Especialização em Controladoria Aplicada ao Setor Público) – Escola de Contas Otacílio da Silveira (ECOSIL)/ Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB)/Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)/Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2997/1/o_controle_social_na.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

PAUL, S. Accountability in public services: exit, voice and control. **World Development**, v. 20, n. 7, p. 1047-1060, abr. 1992.

PINHO, J. A. G. *Accountability* em portais estaduais e municipais no Brasil: realidades distantes das promessas. In: Encontro de Administração Pública e Governança, II, São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006. CD-ROM.

_____. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-493, maio/jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300003>. Acesso em: 7 fev. 2012.

PIPPIN, S. E. **An analysis of the impact of tax systems on income distribution, poverty, and human well-being**: Evidence from cross-country comparisons. 2006. 193 f. Dissertation in Business Administration (Accounting) – Doctor of Philosophy, Texas Tech University, USA.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75-94, jan./mar. 2007.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2012a. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. **Entenda os indicadores: Educação**. 2012b. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id_ind=edu&nome_ind=Educa%E7%E3o>. Acesso em: 25 mar. 2012.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Transferências de Recursos**. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPrincipal2.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

PRADO, O. Agências reguladoras e transparência: a disponibilização de informações pela Aneel. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 631-646, jul./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000400007&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 fev. 2012.

_____. **Governo Eletrônico e Transparência: a Publicização das Contas Públicas das Capitais Brasileiras**. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2432/127608.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J. E. G.; SILVA, L. M.; PEDERNEIRAS, M. M. M. *True and Fair View e Accountability na Gestão Pública Brasileira: uma Análise das Percepções de Auditores de Tribunais de Contas Estaduais*. In: Congresso IAAER-ANPCONT, III, 2009. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: IAAER-ANPCONT, 2009. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIII/02/207.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

RIBEIRO, D. C. **Sistema de Controle dos Gastos Públicos do Governo Federal: uma ênfase no Programa Bolsa Família**. 165 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-07102009-145113/pt-br.php>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

ROZANSKI, C. R. M.; TOMASI, M. *Universidade Pública e Accountability*. In: Congresso Consad de Gestão Pública, III, 2010. Brasília/DF. **Anais eletrônicos...** Brasília: Consad, 2010. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/paineis_III_congresso_consad/painel_45/universidade_publica_e_accountability.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2012.

RUEDIGER, M. A. *Governo Eletrônico e Democracia – uma Análise Preliminar dos Impactos e Potencialidades na Gestão Pública*. **Organização & Sociedade - O&S**, v. 9, n. 25, p. 29-43, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=548&layout=abstract&OJSSID=2394a4b501fae57746978ff5ec04f78c>>. Acesso em: 7 fev. 2012.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1230/123016184004.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTANA JÚNIOR, J. J. B. 2008. 177 f. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPE/UFPE/UFPE/UFPE, Recife. Disponível em:

<http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4018/1/2008_JorgeJoseBSJunior.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2012.

SATO, C. S. **Utilizando a internet na administração pública**. (Texto para discussão, n. 22). Brasília: ENAP, 1997. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=259>>. Acesso em: 4 fev. 2012.

SCARPIN, J. E. **Estudo dos fatores condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do Estado do Paraná**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. 2006. 402 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHLEGEL, R. **Educação e Comportamento Político**: os Retornos Políticos Decrescentes da Escolarização Brasileira Recente. 2010. 325 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-14102010-105934/pt-br.php>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

SILVA, D. S. (Coord.). **Guia contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal**: para aplicação nos municípios. 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade; São Paulo: Instituto Ethos, 2000. Disponível em: <www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/lrfacil.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

SILVA, F. C. C. Controle Social: Reformando a Administração para a Sociedade. **Organizações & Sociedade - O&S**, v. 9, n.24, p. 115-137, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=105>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

SILVEIRA, N. S. P. A Diversidade de Gênero e as Diferenças e Semelhanças na Hierarquia de Valores do Trabalho de Homens e Mulheres no Chão de Fábrica. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 77-91, 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rege/v13nspe/v13spea6.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

SISTEMA FIRJAN. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

_____. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/IFGF/>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

SLOMSKI, V. *et al.* **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, A. A.; BOINA, T. M.; AVELAR, E. A.; GOMIDE, P. L. R. Evidenciação contábil nos municípios mineiros: atendimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 18, 2008. Gramado/RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: CBC, 2008. Disponível em: <http://www.congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/486.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2012.

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Finanças do Brasil**: Dados Contábeis dos Municípios – 2009. Disponível em:

<http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em: 23 mar. 2012.

TOLEDO JÚNIOR, F. C. **Lei de Responsabilidade Fiscal**: comentada artigo por artigo. 3. ed. São Paulo: NJD, 2005.

TRE-MG – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS. **Eleições 2008**: Vereadores Eleitos. Disponível em: <<http://www.tremg.gov.br/aplicativos/html/ele2008/#>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições Anteriores**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. **Filiação Partidária**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

_____. **Filiados**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas/filiados>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

UNITED NATIONS (DPEPA/UNDESA). **UN global e-government survey 2003**. New York, 2004. Disponível em: <http://www2.unpan.org/egovkb/global_reports/03survey.htm>. Acesso em: 19 mar. 2012.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT FUND FOR WOMEN (UNIFEM). **Who Answers to Women?** Gender and Accountability, Progress of the World's Women 2008/2009. New York: UNIFEM, 2008.

VERRECCHIA, R. E. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, jun. 2001.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

WCAG – WEB CONTENT ACCESSIBILITY GUIDELINES 2.0. Disponível em: <<http://www.w3.org/TR/2008/REC-WCAG20-20081211/>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

WELCH, E. W.; HINNANT, C. C.; MOON, M. J. Linking Citizen Satisfaction with E-Government and Trust in Government. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 15, n. 3, p. 371-391, jul. 2005.

WELCH, E. W.; WONG, W. Global Information Technology Pressure and Government Accountability: The Mediating Effect of Domestic Context on Website Openness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, London, v. 11, n. 4, p. 509-538, out. 2001.

WONG, W.; WELCH, E. Does e-government promote accountability? A comparative analysis of website openness and government accountability. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, v. 17, n. 2, p. 275-297, abr. 2004.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação Contábil**: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais. São Paulo: Atlas, 2006.

ZHOU, H. The impact of increased accounting disclosure on information asymmetry: A case of implementing new auditing standards in emerging markets. **Social Science Research Network**, nov. 2004.

APÊNDICE A – Amostra da pesquisa.

Nº	Porte	Município	População	PIB 2009 (R\$)
1	Pequeno	Simão Pereira	2.537	20.950,87
2	Pequeno	Argirita	2.901	23.857,29
3	Pequeno	Jaguaraçu	2.990	36.942,16
4	Pequeno	Caranaíba	3.288	17.252,89
5	Pequeno	São Félix de Minas	3.382	19.402,96
6	Pequeno	Goianá	3.659	25.165,33
7	Pequeno	Santana dos Montes	3.822	19.299,38
8	Pequeno	Santa Fé de Minas	3.968	24.721,94
9	Pequeno	Oratórios	4.493	27.503,38
10	Pequeno	Córrego Fundo	5.790	76.349,15
11	Pequeno	Mamonas	6.321	25.831,94
12	Pequeno	São José do Jacuri	6.553	32.980,96
13	Pequeno	São José da Barra	6.778	301.047,04
14	Pequeno	Santana da Vargem	7.231	83.066,22
15	Pequeno	Nova Porteirinha	7.398	64.863,11
16	Pequeno	Pimenta	8.236	94.904,59
17	Pequeno	Cordisburgo	8.667	64.878,32
18	Pequeno	Perdigão	8.912	60.268,73
19	Pequeno	Paula Cândido	9.271	51.212,12
20	Pequeno	Urucânia	10.291	91.329,15
21	Pequeno	Jordânia	10.324	45.021,63
22	Pequeno	Planura	10.384	348.061,99
23	Pequeno	Chapada Gaúcha	10.805	72.452,36
24	Pequeno	Teixeiras	11.355	108.453,57
25	Pequeno	Canápolis	11.365	262.747,75
26	Pequeno	Itaipé	11.798	52.865,80
27	Pequeno	Jacinto	12.134	63.906,42
28	Pequeno	Águas Vermelhas	12.722	89.496,18
29	Pequeno	Alterosa	13.717	104.638,23
30	Pequeno	Dores do Indaiá	13.778	117.550,29
31	Pequeno	Felixlândia	14.121	146.535,95
32	Pequeno	Poté	15.667	72.084,27
33	Pequeno	Sabinópolis	15.704	87.639,68
34	Pequeno	Montalvânia	15.862	67.271,94
35	Pequeno	Lima Duarte	16.149	117.942,37
36	Pequeno	Borda da Mata	17.118	123.114,44
37	Pequeno	Lagoa Formosa	17.161	153.542,97
38	Pequeno	Baependi	18.307	129.998,00
39	Pequeno	Guaranésia	18.714	220.517,24
40	Pequeno	Campina Verde	19.324	216.954,44
41	Pequeno	Paraisópolis	19.379	275.498,94
42	Pequeno	Monte Alegre de Minas	19.619	361.592,75
43	Pequeno	Carlos Chagas	20.069	195.723,25

44	Pequeno	Paraguaçu	20.245	208.498,35
45	Pequeno	Paraopeba	22.563	236.121,32
46	Pequeno	Conceição das Alagoas	23.043	493.776,11
47	Pequeno	Carandaí	23.346	286908,26
48	Pequeno	São Joaquim de Bicas	25.537	308.069,49
49	Pequeno	Prata	25.802	428.143,34
50	Pequeno	Cambuí	26.488	326.565,71
51	Pequeno	Mutum	26.661	178.215,96
52	Pequeno	Carmo do Paranaíba	29.735	350.128,65
53	Pequeno	Piumhi	31.883	486.778,30
54	Pequeno	Itamarandiba	32.175	178.886,47
55	Pequeno	Carangola	32.296	236.816,80
56	Pequeno	Andradas	37.270	408.386,54
57	Pequeno	Santa Rita do Sapucaí	37.754	597.007,37
58	Pequeno	Visconde do Rio Branco	37.942	498.500,25
59	Pequeno	Machado	38.688	624.135,97
60	Pequeno	Oliveira	39.466	342.731,85
61	Pequeno	Caeté	40.750	233.092,56
62	Pequeno	João Pinheiro	45.260	515.155,52
63	Pequeno	Itabirito	45.449	817.721,99
64	Pequeno	Diamantina	45.880	287.632,03
65	Pequeno	Guaxupé	49.430	1.037.274,25
66	Médio	Leopoldina	51.130	510.692,75
67	Médio	Campo Belo	51.544	399.429,73
68	Médio	Lagoa Santa	52.520	672.530,49
69	Médio	Pirapora	53.368	897.816,87
70	Médio	Frutal	53.468	786.498,76
71	Médio	Três Pontas	53.860	539.718,13
72	Médio	Mariana	54.219	1.444.840,08
73	Médio	Ponte Nova	57.390	687.477,89
74	Médio	Pedro Leopoldo	58.740	865.962,76
75	Médio	Esmeraldas	60.271	291.246,00
76	Médio	São Sebastião do Paraíso	64.980	909.921,39
77	Médio	Formiga	65.128	699.269,43
78	Médio	Januária	65.463	334.938,74
79	Médio	Janaúba	66.803	510.184,30
80	Médio	Cataguases	69.757	769.552,64
81	Médio	Ouro Preto	70.281	2.492.686,70
82	Médio	Viçosa	72.220	599.764,11
83	Médio	Três Corações	72.765	1.344.211,46
84	Médio	João Monlevade	73.610	1.316.052,37
85	Médio	Nova Serrana	73.699	619.228,54
86	Médio	Alfenas	73.774	1.093.276,12
87	Médio	Curvelo	74.219	662.872,69
88	Médio	Unai	77.565	1.310.654,37

89	Médio	Manhuaçu	79.574	1.108.459,77
90	Médio	Nova Lima	80.998	2.120.726,68
91	Médio	Timóteo	81.243	1.693.002,41
92	Médio	Patrocínio	82.471	1.291.520,99
93	Médio	Pará de Minas	84.215	1.348.007,90
94	Médio	São João del Rei	84.469	822.362,01
95	Médio	Paracatu	84.718	1.226.047,27
96	Médio	Caratinga	85.239	684.352,38
97	Médio	Itaúna	85.463	1.224.195,68
98	Médio	Itajubá	90.658	1.455.166,36
99	Médio	Lavras	92.200	1.211.762,66
100	Médio	Araxá	93.672	1.980.481,75
101	Médio	Ituiutaba	97.171	1.773.226,44
102	Grande	Muriae	100.765	927.706,99
103	Grande	Ubá	101.519	1.088.261,38
104	Grande	Coronel Fabriciano	103.694	724.103,78
105	Grande	Vespasiano	104.527	1.101.311,24
106	Grande	Passos	106.290	1.185.068,17
107	Grande	Itabira	109.783	3.415.339,89
108	Grande	Araguari	109.801	1.915.200,31
109	Grande	Conselheiro Lafaiete	116.512	896.665,27
110	Grande	Varginha	123.081	3.046.304,01
111	Grande	Sabará	126.269	1.005.070,63
112	Grande	Barbacena	126.284	1.335.419,62
113	Grande	Pouso Alegre	130.615	2.563.770,61
114	Grande	Teófilo Otoni	134.745	1.154.886,19
115	Grande	Patos de Minas	138.710	1.734.815,96
116	Grande	Poços de Caldas	152.435	2.818.455,75
117	Grande	Ibirité	158.954	1.070.732,06
118	Grande	Santa Luzia	202.942	1.786.026,14
119	Grande	Divinópolis	213.016	2.819.794,35
120	Grande	Sete Lagoas	214.152	4.105.511,90
121	Grande	Ipatinga	239.468	5.659.343,96
122	Grande	Governador Valadares	263.689	2.845.813,94
123	Grande	Uberaba	295.988	6.489.508,61
124	Grande	Ribeirão das Neves	296.317	1.712.842,54
125	Grande	Montes Claros	361.915	3.815.101,23
126	Grande	Betim	378.089	25.183.730,33
127	Grande	Juiz de Fora	516.247	7.423.137,79
128	Grande	Contagem	603.442	15.410.450,40
129	Grande	Uberlândia	604.013	16.165.949,54
130	Grande	Belo Horizonte	2.375.151	44.595.204,91
TOTAL			12.297.005	215.369.651,20
Minas Gerais			19.597.330	287.054.747,64
%			62,75%	75,03%

APÊNDICE B – Indicadores utilizados nas análises dos municípios.

Nº	IDV-M	Porte	Gênero	Partido	Escolari- dade	PIB <i>per</i> <i>capita</i>	Receita Orçamentária	População	IDH-M	Taxa de Alfabetização	IFDM	IFGF	PFRF	Transf. Recursos
1	3	0	0	5	1	8.076,66	8.822.561,62	2.537	0,76000	0,8914000	0,62460	0,47207	0	4.763.309,50
2	14	0	0	4	2	7.819,50	7.187.122,35	2.901	0,73500	0,8953000	0,69833	0,50500	1	4.996.005,92
3	10	0	0	4	1	12.930,40	9.121.725,28	2.990	0,74200	0,8967000	0,63874	0,66138	0	4.958.232,89
4	8	0	0	5	3	4.855,87	7.863.230,29	3.288	0,70600	0,9095000	0,60754	0,43127	1	5.001.556,79
5	6	0	0	1	3	5.569,16	8.495.524,74	3.382	0,63500	0,7765000	0,63310	0,73333	0	5.831.221,25
6	16	0	0	2	1	6.543,25	7.677.381,70	3.659	0,74100	0,8948000	0,65490	0,68393	0	5.492.934,44
7	5	0	0	5	2	4.668,45	8.273.019,94	3.822	0,69200	0,8896000	0,59554	0,60103	0	5.014.146,79
8	4	0	0	5	2	5.987,39	9.148.505,35	3.968	0,62200	0,8147000	0,53205	0,41239	0	5.487.343,95
9	7	0	0	3	2	6.060,68	9.895.847,47	4.493	0,66300	0,8418000	0,63592	0,47246	0	5.484.915,04
10	10	0	0	5	2	12.855,56	10.687.635,00	5.790	0,73000	0,9050000	0,69725	0,64325	0	5.243.110,62
11	12	0	0	5	1	3.983,34	9.069.236,16	6.321	0,62100	0,7147000	0,61738	0,46017	0	7.037.470,90
12	20	0	0	1	3	4.559,16	9.545.318,80	6.553	0,66900	0,7998000	0,48939	0,56360	1	6.661.582,94
13	21	0	0	4	3	42.460,80	16.606.942,37	6.778	0,79200	0,9337000	0,79786	0,54678	0	5.694.998,35
14	16	0	0	5	2	11.501,83	9.565.366,94	7.231	0,74900	0,9099000	0,63069	0,60937	0	5.734.202,06
15	22	0	0	2	2	8.537,99	9.605.730,18	7.398	0,68500	0,8151000	0,61679	0,46797	0	7.034.391,27
16	7	0	0	3	3	11.132,50	12.957.078,00	8.236	0,76800	0,9138000	0,69343	0,49713	0	5.918.152,38
17	24	0	0	1	3	6.854,55	9.571.748,20	8.667	0,73300	0,8917000	0,61032	0,58652	0	5.720.382,10
18	8	0	0	5	2	7.570,50	11.525.209,69	8.912	0,79400	0,9312000	0,69039	0,65703	0	6.511.536,76
19	5	0	0	3	1	5.445,78	10.454.400,07	9.271	0,69900	0,9005000	0,62953	0,65896	0	6.529.775,58
20	12	0	0	5	2	8.696,36	13.847.343,11	10.291	0,69300	0,8493000	0,63659	0,47680	1	8.297.070,46
21	16	0	0	2	2	3.971,21	10.586.865,99	10.324	0,64600	0,7572000	0,52916	0,45395	1	8.891.052,10
22	17	0	0	4	1	31.249,95	18.947.244,76	10.384	0,77900	0,9159000	0,66514	0,37692	1	8.222.733,81
23	17	0	0	1	2	6.373,36	15.180.094,74	10.805	0,68300	0,8324000	0,56461	0,55791	1	9.734.591,10
24	13	0	0	4	3	8.899,12	13.021.817,29	11.355	0,71200	0,8985000	0,62483	0,27606	0	8.643.963,58
25	11	0	0	1	2	22.144,77	19.422.130,52	11.365	0,75500	0,8538000	0,75030	0,41013	1	9.641.934,17
26	4	0	0	1	2	4.379,21	14.036.361,38	11.798	0,63300	0,7503000	0,46236	0,30460	1	9.855.428,93
27	20	0	0	2	1	4.945,17	15.460.494,22	12.134	0,63200	0,7251000	0,53312	0,49000	1	11.988.531,67
28	9	0	0	4	1	6.728,53	14.710.876,29	12.722	0,62800	0,7243000	0,53300	0,42172	1	10.254.238,92
29	14	0	0	3	3	7.576,99	17.759.368,03	13.717	0,73600	0,8960000	0,71081	0,69068	0	10.538.132,11
30	21	0	0	3	3	8.182,53	18.864.488,99	13.778	0,75200	0,8896000	0,61297	0,43838	0	10.262.343,33
31	16	0	0	5	2	10.256,59	22.498.356,33	14.121	0,73000	0,8978000	0,58699	0,43607	1	12.147.311,03
32	13	0	0	5	2	4.730,87	17.226.380,57	15.667	0,64200	0,7452000	0,58493	0,41199	0	12.442.044,66
33	25	0	0	2	1	5.368,11	21.078.244,87	15.704	0,68900	0,8231000	0,61596	0,65685	1	11.160.412,54

Nº	IDV-M	Porte	Gênero	Partido	Escolari- dade	PIB per capita	Receita Orçamentária	População	IDH-M	Taxa de Alfabetização	IFDM	IFGF	PFRF	Transf. Recursos
34	28	0	0	5	3	4.169,32	15.487.117,91	15.862	0,64500	0,7822000	0,58660	0,65661	0	11.561.457,01
35	15	0	0	5	3	7.150,62	19.201.539,31	16.149	0,73900	0,8899000	0,67382	0,69519	0	10.766.469,58
36	14	0	0	1	3	7.939,28	16.793.815,88	17.118	0,78000	0,9177000	0,71261	0,59859	1	9.082.213,99
37	24	0	0	2	1	8.961,30	25.410.541,04	17.161	0,75000	0,8905000	0,72247	0,55911	1	12.359.776,24
38	4	0	0	5	1	6.935,08	24.833.081,58	18.307	0,74200	0,8995000	0,65649	0,57753	0	13.039.179,21
39	15	0	0	5	3	11.833,50	25.257.303,37	18.714	0,76900	0,8876000	0,65568	0,62208	1	11.757.750,19
40	8	0	0	5	2	11.299,12	27.384.535,22	19.324	0,79500	0,9185000	0,68980	0,43808	1	13.476.322,67
41	19	0	0	4	3	14.619,98	26.989.973,62	19.379	0,77900	0,9165000	0,66705	0,44984	0	11.218.214,87
42	14	0	0	5	3	18.980,25	34.674.358,08	19.619	0,75900	0,8866000	0,71199	0,74246	0	13.664.192,91
43	22	0	0	3	3	9.227,01	32.078.698,13	20.069	0,68100	0,7805000	0,57270	0,71783	0	19.197.620,57
44	13	0	0	2	1	10.206,00	24.860.840,39	20.245	0,78800	0,9275000	0,68975	0,61503	1	11.021.865,33
45	11	0	0	1	3	10.086,34	29.660.097,35	22.563	0,76700	0,9389000	0,61264	0,57107	1	13.690.667,81
46	13	0	0	5	3	22.507,80	47.379.903,99	23.043	0,76700	0,9132000	0,74978	0,53706	0	17.477.177,85
47	14	0	0	3	3	12.321,06	30.226.018,30	23.346	0,76000	0,9273000	0,79859	0,39957	0	2.920.715,93
48	20	0	0	2	3	12.843,72	33.171.243,02	25.537	0,70700	0,9135000	0,68899	0,46930	1	17.561.020,24
49	15	0	0	5	3	15.941,59	34.011.517,15	25.802	0,76900	0,9033000	0,65103	0,61155	0	15.007.850,20
50	25	0	0	3	3	12.386,33	37.080.820,11	26.488	0,78600	0,9272000	0,71318	0,72255	0	13.437.137,95
51	10	0	0	1	3	6.570,66	24.051.020,86	26.661	0,71200	0,8184000	0,62072	0,44709	0	15.628.455,80
52	18	0	0	5	3	10.921,38	38.321.055,61	29.735	0,79200	0,9108000	0,66284	0,65391	0	17.059.112,35
53	17	0	0	4	2	14.941,02	45.662.944,00	31.883	0,80000	0,9294000	0,69990	0,77528	0	18.095.607,00
54	22	0	0	5	2	5.327,01	37.002.253,43	32.175	0,66300	0,8129000	0,56399	0,60113	0	21.293.997,84
55	14	0	0	5	3	7.136,91	35.073.053,21	32.296	0,78300	0,8985000	0,66716	0,47068	0	18.012.726,45
56	9	0	0	1	3	11.148,05	42.468.060,79	37.270	0,81200	0,9153000	0,73416	0,52824	0	16.404.856,06
57	25	0	0	5	2	16.514,73	45.762.741,39	37.754	0,78900	0,9145000	0,73879	0,51457	0	32.963.560,95
58	23	0	0	3	3	13.390,47	41.938.045,95	37.942	0,75300	0,9126000	0,75133	0,65087	0	17.646.292,11
59	31	0	0	1	3	15.797,31	41.549.417,13	38.688	0,78900	0,9193000	0,67147	0,55873	1	18.547.112,01
60	22	0	0	2	1	8.740,04	52.722.677,54	39.466	0,77000	0,9388000	0,71711	0,69442	1	20.107.375,75
61	31	0	0	4	3	5.679,23	42.421.630,08	40.750	0,78900	0,9485000	0,70052	0,60762	1	20.371.489,93
62	6	0	0	5	2	11.409,87	65.192.515,50	45.260	0,74800	0,8920000	0,65690	0,61082	0	24.093.548,04
63	19	0	0	2	3	18.655,82	103.871.183,26	45.449	0,78600	0,9600000	0,69193	0,57272	1	40.716.944,42
64	14	0	0	2	3	6.202,71	50.824.252,80	45.880	0,74800	0,9072000	0,71983	0,67875	0	26.604.952,98
65	25	0	0	1	3	20.862,73	52.809.149,04	49.430	0,79600	0,9391000	0,75712	0,51685	0	20.887.981,44
66	18	1	0	3	2	9.907,71	50.744.229,26	51.130	0,77800	0,9291000	0,71362	0,55124	0	25.476.807,31
67	22	1	0	5	3	7.444,69	62.970.266,29	51.544	0,77600	0,9131000	0,66616	0,72110	0	31.424.198,66

Nº	IDV-M	Porte	Gênero	Partido	Escolari- dade	PIB per capita	Receita Orçamentária	População	IDH-M	Taxa de Alfabetização	IFDM	IFGF	PFRF	Transf. Recursos
68	37	1	0	5	3	13.949,15	95.003.491,03	52.520	0,78300	0,9530000	0,76091	0,78652	0	25.760.252,16
69	21	1	0	5	2	16.716,63	80.341.421,05	53.368	0,75800	0,9304000	0,67374	0,65416	0	32.051.978,07
70	29	1	1	4	3	14.347,19	69.860.142,31	53.468	0,80300	0,9347000	0,70694	0,41212	1	29.490.010,14
71	26	1	0	2	3	9.967,28	71.194.308,64	53.860	0,77300	0,9126000	0,68425	0,62737	0	30.906.693,75
72	16	1	0	3	3	26.419,21	155.805.844,34	54.219	0,77200	0,9342000	0,68354	0,73369	0	68.841.086,01
73	17	1	0	5	2	11.924,20	101.165.225,95	57.390	0,76600	0,9302000	0,68958	0,67868	0	49.637.256,09
74	19	1	0	5	3	14.661,43	83.481.715,43	58.740	0,80700	0,9469000	0,75454	0,61229	0	31.330.934,27
75	16	1	0	5	3	4.902,47	52.555.449,97	60.271	0,74800	0,9140000	0,63127	0,45190	1	27.836.501,23
76	25	1	0	5	3	14.042,00	91.572.079,07	64.980	0,81200	0,9357000	0,69113	0,58135	0	38.126.142,87
77	25	1	0	1	3	10.409,20	77.265.992,91	65.128	0,79300	0,9385000	0,75973	0,68373	0	29.211.653,98
78	9	1	0	5	3	4.960,88	59.408.506,71	65.463	0,699	0,8265000	0,59593	0,39000	1	39.345.541,00
79	26	1	0	1	3	7.445,01	71.545.475,55	66.803	0,71600	0,8577000	0,62992	0,58050	1	38.614.317,43
80	34	1	0	3	3	10.914,56	78.386.534,98	69.757	0,79400	0,9428000	0,72122	0,38105	0	40.541.381,05
81	46	1	0	2	3	35.868,58	170.569.046,09	70.281	0,78700	0,9498000	0,73864	0,61981	0	55.916.584,20
82	17	1	0	5	1	8.086,23	98.494.420,37	72.220	0,80900	0,9439000	0,78195	0,64329	0	58.226.535,63
83	12	1	0	3	3	17.739,28	97.273.665,37	72.765	0,78000	0,9303000	0,65317	0,43934	1	32.352.580,58
84	36	1	0	5	3	17.472,81	125.482.708,00	73.610	0,80700	0,9587000	0,70324	0,50165	0	42.300.585,61
85	14	1	0	5	1	9.110,72	83.519.911,60	73.699	0,80100	0,9518000	0,72971	0,65051	0	27.893.127,27
86	24	1	0	1	2	14.535,54	118.500.835,67	73.774	0,82900	0,9423000	0,75247	0,39095	0	64.150.017,50
87	20	1	0	2	3	8.832,30	70.105.223,81	74.219	0,75500	0,9217000	0,63046	0,61425	0	32.756.997,41
88	49	1	0	3	2	16.776,38	110.292.858,64	77.565	0,81200	0,9116000	0,71273	0,62243	0	33.979.657,78
89	4	1	0	5	3	14.101,64	95.282.111,75	79.574	0,77600	0,9142000	0,69793	0,60804	0	51.164.161,94
90	40	1	0	1	3	27.682,84	289.904.102,25	80.998	0,82100	0,9713000	0,81221	0,72663	1	85.703.511,89
91	20	1	0	5	3	21.212,11	147.384.119,55	81.243	0,83100	0,9554000	0,78032	0,36050	0	36.095.884,11
92	21	1	0	5	3	14.936,58	127.174.866,76	82.471	0,79900	0,9348000	0,68192	0,49534	0	47.778.193,99
93	22	1	0	4	2	15.997,44	104.080.510,08	84.215	0,81100	0,9610000	0,74810	0,72380	0	31.623.454,20
94	29	1	0	2	1	9.617,93	110.636.283,89	84.469	0,81600	0,9603000	0,71195	0,65617	0	49.841.860,72
95	30	1	0	2	3	14.672,66	126.812.434,00	84.718	0,76000	0,9243000	0,70801	0,63375	0	51.560.433,73
96	32	1	0	1	3	8.006,74	91.174.834,30	85.239	0,75400	0,9045000	0,65298	0,37268	0	52.004.057,77
97	51	1	0	1	2	14.261,70	133.722.784,10	85.463	0,82300	0,9581000	0,70390	0,61593	1	47.578.085,22
98	42	1	0	5	3	16.128,19	101.395.233,61	90.658	0,81500	0,9608000	0,80728	0,67640	0	34.662.943,02
99	25	1	1	3	3	13.094,19	134.807.259,16	92.200	0,81900	0,9587000	0,82227	0,51301	0	56.363.624,52
100	15	1	0	5	3	21.312,23	171.753.012,94	93.672	0,79900	0,9574000	0,74225	0,64354	0	41.485.710,29
101	29	1	0	2	3	18.326,22	139.541.373,00	97.171	0,81800	0,9154000	0,72874	0,57574	0	40.095.928,69

Nº	IDV-M	Porte	Gênero	Partido	Escolaridade	PIB per capita	Receita Orçamentária	População	IDH-M	Taxa de Alfabetização	IFDM	IFGF	PFRF	Transf. Recursos
102	21	1	0	5	1	9.311,71	135.090.963,28	100.765	0,77300	0,9238000	0,77913	0,84008	0	44.475.926,21
103	32	1	0	1	3	10.914,48	95.691.243,55	101.519	0,77300	0,9419000	0,79945	0,72591	0	36.748.374,39
104	23	1	0	1	3	6.893,80	91.718.832,00	103.694	0,78900	0,9394000	0,72120	0,66006	0	41.498.907,02
105	35	1	0	2	3	10.813,50	115.545.606,00	104.527	0,74700	0,9412000	0,71341	0,67889	1	42.318.508,15
106	24	1	0	2	3	11.011,70	111.326.951,97	106.290	0,79700	0,9448000	0,78944	0,59838	0	37.961.221,63
107	38	1	0	4	3	30.930,73	292.675.153,97	109.783	0,79800	0,9366000	0,73963	0,70069	1	102.981.488,29
108	21	1	0	2	3	17.239,30	143.547.249,30	109.801	0,81500	0,9512000	0,78427	0,49849	1	52.004.539,34
109	26	1	0	3	3	7.825,74	120.334.901,14	116.512	0,79300	0,9646000	0,77526	0,51069	0	54.363.979,23
110	36	1	0	1	3	25.013,79	198.819.693,16	123.081	0,82400	0,9535000	0,77701	0,66619	0	43.086.109,19
111	26	1	0	5	3	7.964,43	135.793.057,97	126.269	0,77300	0,9504000	0,70971	0,65147	0	53.507.895,02
112	33	1	1	2	3	10.386,55	192.945.152,77	126.284	0,79800	0,9455000	0,70227	0,32295	1	89.901.766,37
113	34	1	0	1	3	20.033,53	204.080.484,22	130.615	0,82600	0,9601000	0,82460	0,60109	1	43.504.011,73
114	28	1	1	1	3	8.848,55	159.372.243,34	134.745	0,74200	0,8705000	0,68015	0,50845	1	90.734.740,31
115	26	1	1	5	3	12.405,63	194.284.554,10	138.710	0,81300	0,9453000	0,80705	0,57486	0	79.067.587,67
116	41	1	0	5	3	18.609,93	396.784.297,33	152.435	0,84100	0,9631000	0,77473	0,56308	0	98.663.648,23
117	41	1	0	5	1	6.800,98	184.521.052,86	158.954	0,72900	0,9404000	0,75876	0,68698	0	77.257.292,65
118	27	1	0	2	3	7.711,45	204.689.398,11	202.942	0,75400	0,9521000	0,69891	0,52098	0	97.611.740,45
119	28	1	0	3	3	13.048,62	347.239.988,77	213.016	0,83100	0,9622000	0,81607	0,71867	1	116.640.711,96
120	27	1	0	3	3	18.217,73	329.356.609,59	214.152	0,79100	0,9601000	0,78539	0,60706	1	112.385.989,92
121	30	1	0	5	2	23.145,84	484.942.207,17	239.468	0,80600	0,9496000	0,81254	0,54959	0	143.246.022,10
122	25	1	1	1	3	10.809,32	404.542.973,08	263.689	0,77200	0,9242000	0,66137	0,64000	0	162.823.094,31
123	57	1	0	2	3	21.904,70	514.037.601,28	295.988	0,83400	0,9578000	0,81723	0,73818	0	188.465.234,21
124	38	1	0	5	3	4.903,54	250.010.569,90	296.317	0,74900	0,9369000	0,75038	0,51202	0	144.107.786,60
125	30	1	0	2	3	10.503,35	427.739.333,42	361.915	0,78300	0,9375000	0,78892	0,41415	1	227.018.687,67
126	47	1	1	1	3	57.009,27	1.099.226.209,89	378.089	0,77500	0,9466000	0,83141	0,57922	1	182.556.291,81
127	63	1	0	3	3	14.093,51	847.461.234,89	516.247	0,82800	0,9673000	0,82492	0,67897	1	279.524.306,49
128	37	1	1	1	3	24.641,23	893.058.006,72	603.442	0,78900	0,9644000	0,80913	0,60766	1	219.268.462,23
129	66	1	0	5	2	25.484,48	1.042.962.394,00	604.013	0,83000	0,9626000	0,85974	0,80642	1	279.547.891,84
130	86	1	0	5	3	18.182,70	5.349.446.381,93	2.375.151	0,83900	0,9713000	0,85285	0,69020	1	1.576.197.194,06

Legenda: **Porte:** 0 = Pequeno; 1 = Médio ou Grande.

Gênero: 0 = gênero masculino; 1 = gênero feminino;

Escolaridade: 1 = ensino fundamental completo ou inferior; 2 = ensino médio completo; 3 = ensino superior completo.

Partido: 1 = PT; 2 = PMDB; 3 = PSDB; 4 = PR; 5 = Outros partidos.

PFRF: 0 = municípios que ainda não foram sorteados pelo Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de Sorteios Públicos; 1 = municípios já sorteados.